

**NÁDIA ROBERTA STÜRMER**

**O MUNDO RURAL EM TRANSFORMAÇÃO: POSSIBILIDADES E  
PERSPECTIVAS PARA OS FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES  
EM BARRA BONITA (SC)**

**FLORIANÓPOLIS, SC**

**2008**

**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós Graduação em Geografia**

**Nádia Roberta Stürmer**

**O Mundo rural em transformação: possibilidades e perspectivas para os filhos de  
agricultores familiares em Barra Bonita (SC)**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Walquíria Krüger Corrêa**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, maio de 2008

**O Mundo rural em transformação: possibilidades e perspectivas para os filhos de agricultores familiares em Barra Bonita (SC)**

**Nádia Roberta Stürmer**

Coordenador: Prof<sup>o</sup> Dr. Carlos Espíndola

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Walquíria Krüger Corrêa (Presidente e Orientadora - GCN/UFSC)

---

Prof. Dr<sup>o</sup> Nazareno José de Campos (Membro - GCN/UFSC)

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Mariângela Alice Pieruccini Souza (Membro - U.E Cascavel/PR)

Florianópolis-SC, maio de 2008

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos que auxiliaram na elaboração desta dissertação, resultado de um sonho conquistado. Agradecer não somente às pessoas que contribuíram na elaboração do trabalho final, mas a todas que ofereceram sua amizade e confiança durante os dois anos de formação. De modo especial, gostaria de agradecer:

A Deus, por me dar sabedoria e força necessária para desenvolver este trabalho;

À Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e em especial, ao Programa de Pós-graduação em Geografia pela oportunidade auferida;

A Professora Walquíria Krüger Corrêa, pela orientação deste estudo e, principalmente, pelos momentos de crescimento intelectual, profissional e pessoal que a sua convivência proporcionou;

A meu esposo, Davi, pelo amor e compreensão;

Aos meus pais, Nédio e Lorita, por estarem sempre do meu lado, compartilhando os momentos alegres e dando força nos momentos difíceis;

Às famílias de agricultores entrevistadas, que muito auxiliaram no desenvolvimento do trabalho, pela acolhida e disposição em colaborar;

À Capes, pela bolsa de estudos, no período de março de 2007 a março de 2008.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

A modernização agrícola difundida no meio rural brasileiro, a partir de 1960, submeteu as pequenas propriedades a novas relações econômicas, determinadas pela lógica do capital urbano-industrial. Assim, municípios com tradição agropecuária incorporaram tecnologias industriais e alteraram as condições de produção. Tais condições podem ser verificadas no município de Barra Bonita, localizado no extremo oeste de Santa Catarina. Objetiva-se, com este trabalho, compreender as implicações sócio-espaciais advindas da modernização agrícola, analisando as estratégias de reprodução familiar e as perspectivas para os jovens continuarem no meio rural do município de Barra Bonita, no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Constatou-se que, apesar das inúmeras dificuldades, os agricultores familiares estão diversificando a produção e buscando alternativas de trabalho agrícola e não agrícola para ampliar a renda familiar. Nesse contexto, uma parcela dos jovens está sendo estimulada a continuar trabalhando na agricultura. A outra parcela manifesta desejo de migrar, sendo influenciada pelos pais que não vêem mais “futuro” para os filhos no meio rural. Apesar da insatisfação com as condições socioeconômicas, caso houvesse mais oportunidades de trabalho, sua opção seria permanecer no lugar.

Palavras – Chave: Município de Barra Bonita, Agricultura Familiar, Jovens, Estratégias de Reprodução.

## **ABSTRACT**

Agricultural updating in the Brazilian countryside, which began in the 60's, submitted small properties to new economic relationships determined by the urban industrial financial logic. Barra Bonita city, located on the western side of Santa Catarina State, has its economy based on cattle breeding activities, explored in small units of production with familiar workmanship. The cattle breeding tradition units incorporated industrial technologies and changed production conditions. Therefore, the main reason for this project is to understand the socio-spacial implications that came from the agricultural modernization, analyzing the familiar reproduction strategies and youth perspectives to keep living in the countryside of Barra Bonita, under the capitalistic way of production and development. It is testified that, although the countless difficulties, the familiar agriculturists are diversifying their production and looking for alternatives of agricultural and not-agricultural ways to increase the families' income. Regarding this context, a part of the young people is being encouraged to remain working in agriculture. The other part has the will to migrate, influenced by their parents, who don't see any "future" for their kids in the countryside. In spite of the non satisfaction with the socio-economic conditions, if there were more work opportunities, young people's option would be to remain in the countryside.

Keywords: Barra Bonita city, Familiar agriculture, young people, reproduction strategies

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa de localização geográfica do município de Barra Bonita.....	19
FIGURA 2 – Ordenha manual.....	60
FIGURA 3 – Ordenha mecânica em instalações simples.....	60
FIGURA 4 – Ordenha mecânica em sala especializada.....	61
FIGURA 5 – Rótulo dos produtos coloniais de Barra Bonita.....	67
FIGURA 6 – Projeto Sistema Pastoreio Rotacionado Voisin em Barra Bonita.....	79
FIGURA 7 – Barra Bonita: paisagística da sede e do entorno.....	83
FIGURA 8 – Pista de Veloterra e jipe cross em Barra Bonita.....	85
FIGURA 9 – Vista da rampa de Asa Delta em Barra Bonita.....	85
FIGURA 10 – Gráfico da escolaridade dos jovens em Barra Bonita (SC).....	89

## LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 - Recursos alocados em Barra Bonita para execução do projeto Microbacias.....	77
---	----

## LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

**ACARESC** - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

**ADM** - Associação para o Desenvolvimento da Microbacia

**BDE** - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

**BIRD** - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

**BRDE** - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

**CMDRS** - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

**COOPERLIBB** - Cooperativa de Produtores de Leite e Industrializados de Barra Bonita

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**EPAGRI** - Empresa de Pesquisa Agropecuária

**FAO** - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

**FEPRO** - Fundo de Estímulo a Produtividade

**FETRAF-SUL** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**PDMH** - Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica

**PLAMEG I** - Plano de Metas do Governo

**PMDR** - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PSH** - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SNCR** - Sistema Nacional de Crédito Rural

**SUASA** - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. AGRICULTURA FAMILIAR E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO ESPAÇO RURAL .....</b>	<b>18</b>
1.1 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA: O CONTEXTO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE .....	18
1.2 MODERNIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (1970/1990): BREVE CARACTERIZAÇÃO .....	22
1.2.1 Características socioeconômicas e ambientais predominantes da região oeste.....	31
<b>2. AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E EM SANTA CATARINA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>36</b>
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL, PÓS 1990: PRONAF.....	37
2.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL COM GESTÃO PARTICIPATIVA : O MICROBACIAS EM SANTA CATARINA.....	45
2.2.1 A expressão “desenvolvimento sustentável”: breves considerações.....	50
<b>3. POLÍTICAS PÚBLICAS E ALTERNATIVAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS PARA OS PRODUTORES FAMILIARES EM BARRA BONITA .....</b>	<b>53</b>
3.1 CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS E DAS PROPRIEDADES.....	54
3.2 A DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS.....	56

3.3 AS ATIVIDADES NÃO AGRICOLAS: COMPLEMENTO DA RENDA FAMILIAR.....	62
3.4 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AÇÕES EM BARRA BONITA.....	71
<b>4. OUTRAS POTENCIALIDADES DO LUGAR E OS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS .....</b>	<b>81</b>
4.1 POTENCIALIDADES DO LUGAR E O PROJETO FUTURO DOS PRODUTORES FAMILIARES.....	81
4.2 O ACESSO DOS JOVENS A EDUCAÇÃO.....	88
4.3 POSSIBILIDADES DE PERMANENCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL..	93
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>114</b>
ANEXO I.....	114
ANEXO II.....	115
ANEXO III .....	118
ANEXO IV.....	125

## INTRODUÇÃO

O modelo euro-americano de modernização agrícola, alicerçado no emprego de insumos químicos, máquinas e equipamentos, expandiu-se no território brasileiro após meados do século XX, provocando mudanças estruturais nas atividades agropecuárias. À semelhança do que ocorreu em outros lugares do país, a região oeste de Santa Catarina, incluindo-se Barra Bonita, incorporou tecnologias industriais, alteraram-se as condições de produção e consumo, o que elevou o custo em função da incorporação das novas tecnologias. Desde então os agricultores familiares<sup>1</sup> vêm se moldando às condições impostas pelo mercado para conseguir se reproduzir.

A opção pela agricultura familiar como objeto de estudo desta pesquisa deve-se à relevância dessa para o desenvolvimento socioeconômico do país e por sua capacidade de gerar emprego e renda no meio rural. Como área de estudo, elegeu-se o município de Barra Bonita, localizado no extremo oeste de Santa Catarina, com base econômica assentada nas atividades agropecuárias, exploradas em pequenas unidades de produção, com mão de obra familiar. A escolha deu-se em função de estudos realizados anteriormente nesse município<sup>2</sup>, além da constatação empírica de que alguns problemas socioeconômicos e ambientais são advindos da modernização tecnológica das atividades agropecuárias, bem como da falta de motivação dos jovens em permanecer no campo. A necessidade de ampliar a discussão acerca das possibilidades e perspectivas dos jovens em permanecer no campo serviu de estímulo para realização deste estudo. Da mesma forma, destaca-se a carência de estudos que abordem a diversidade e a complexidade da agricultura familiar do município em questão, considerando-se oportuno o desenvolvimento do presente trabalho.

---

<sup>1</sup> Entende-se por agricultura familiar uma unidade de produção agrícola, em que o trabalho e a propriedade estão intimamente ligados à família. Usar-se-á aqui este termo por entender que ele abarca um grupo de agricultores bastante heterogêneo, com níveis diferentes de inserção no mercado.

<sup>2</sup> Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) realizada durante a Graduação em Geografia, em 2001, intitulada *Paisagem rural do município de Barra Bonita* e monografia realizada na Especialização (Educação e Meio Ambiente) em 2005, com o título *Motivação dos jovens que migram do campo no município de Barra Bonita*.

Os problemas que desafiaram a proposta de pesquisa podem ser assim estruturados: a) Quais são as implicações sócio-espaciais da modernização agrícola e do avanço da lógica urbana sobre o rural do município de Barra Bonita, SC? b) Que estratégias viabilizam a reprodução e a permanência das famílias no meio rural e no mercado? c) Qual o papel das políticas públicas na geração de emprego e renda no campo? d) Existem perspectivas para os jovens permanecerem na agricultura?

Diante dos problemas levantados, tem-se como objetivo geral, neste trabalho, compreender as implicações sócio-espaciais advindas da modernização agrícola, analisando as estratégias de reprodução familiar e as perspectivas para os jovens continuarem no meio rural do município de Barra Bonita, no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Como objetivos específicos, procurou-se: 1) Elaborar um panorama sobre as transformações contemporâneas no espaço rural e na agricultura familiar, associando-as às políticas de desenvolvimento; 2) Identificar e caracterizar as atividades agrícolas e não agrícolas exploradas pela produção familiar, vinculando-as com as políticas públicas; 3) Identificar e avaliar as perspectivas futuras dos agricultores familiares e dos jovens no meio rural.

Os procedimentos metodológicos que nortearam o trabalho constituíram-se de várias etapas, de acordo com os objetivos específicos propostos. Para atingir o primeiro objetivo, ou seja, mostrar um panorama das transformações estruturais contemporâneas ocorridas nas atividades agropecuárias e sobre a política de desenvolvimento rural pós 1990, realizou-se um levantamento de informações em trabalhos publicados sobre a região oeste de Santa Catarina e sobre o município de Barra Bonita. Coletou-se informações sobre o processo de colonização da área de pesquisa e sobre as transformações tecnológicas ocorridas nas atividades agropecuárias e as implicações advindas. Os dados foram levantados em diversos trabalhos publicados e que dão foco à região oeste de Santa Catarina. Também foram usados sites de Internet, de onde foram retirados subsídios para mostrar a política de desenvolvimento rural recente, especialmente no que diz respeito ao PRONAF

(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e ao Projeto Microbacias.

Na etapa seguinte, realizou-se levantamento na Secretaria de Agricultura do município e no escritório local da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária), para colher informações sobre as políticas de desenvolvimento rural e as ações voltadas para a agricultura familiar. A intenção foi levantar, junto a esses órgãos, as características das políticas agrárias vigentes, como o PRONAF e o Microbacias, bem como sua aplicação; número de famílias beneficiadas com os programas no município, controle de aplicação dos recursos junto aos agricultores, critérios para liberação dos créditos, entre outros. Paralelamente foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis por aquelas instituições, visando a complementar esclarecimentos sobre a temática.

A próxima etapa pautou-se na realização de uma pesquisa de campo. Adotou-se a técnica da entrevista aplicada junto aos agricultores familiares e aos jovens, seus filhos. A pesquisa objetivou mostrar as características da produção familiar do município de Barra Bonita, enfatizando as alternativas de trabalho e renda, as perspectivas para os jovens e a satisfação dos agricultores em relação às políticas públicas. As entrevistas foram realizadas com 20 pais e 20 filhos de ambos os sexos, tendo estes últimos entre 14 e 25 anos, de diferentes comunidades do município. Tendo em vista a repetição das informações, considerou-se desnecessário um número maior de entrevistados para traçar o perfil da agricultura familiar do município.

A escolha dos entrevistados ocorreu de forma aleatória. Como a intenção era entrevistar pais e filhos, realizou-se inicialmente um levantamento das famílias que tinham filhos jovens residindo com os pais em cada uma das comunidades. De posse da lista de nomes, partiu-se para as entrevistas, se a família não estivesse em casa, seguia-se para a próxima da lista, residente naquela comunidade, e assim sucessivamente.

Por fim, a etapa seguinte foi marcada pela seleção, tabulação, análise e interpretação das informações levantadas. Adotou-se abordagem qualitativa e

quantitativa, buscando entender as causas e as conseqüências da transformação do mundo rural e as perspectivas para a população jovem daquele município.

As políticas macroeconômicas se refletem em diferentes escalas, contudo é no lugar, seja ele uma região, município ou comunidade que elas vão se cristalizar. Assim, as mudanças sócio-espaciais não constituem um problema único e exclusivo de Barra Bonita. O que acontece nesse município é fruto de uma decisão global e se reflete no local, pois como destaca Carlos (1996), a globalização<sup>3</sup> materializa-se no lugar,

“[...] aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem todavia anular-se as particularidades (CARLOS, 1996, p. 15).

Castro (2003) lembra que o desenvolvimento no modo de produção capitalista se apresenta de maneira desigual e combinada sócio espacialmente, por isso, não se pode generalizar as realidades, pois existem particularidades entre os lugares e mesmo, nos próprios lugares. De acordo com esse autor, a realidade que se apresenta diante dos olhos varia, dependendo da escala utilizada, mas é a escala local que incorpora os elementos da cultura e da subjetividade. “A escala local é onde isto se torna possível, pois é mais fácil de serem visualizados os elementos concernentes à cultura e à identidade das comunidades e de se mobilizar os agentes necessários entorno da idéia” (CASTRO, 2003, p. 87). No entanto, o próprio autor reconhece que o local só tem sentido como problemática da articulação entre várias escalas.

A questão do desenvolvimento local é central desde que enfocada não como oposição ao desenvolvimento global, mas como uma das escalas desse movimento, não devendo haver uma sobre valorização de nenhuma das escalas [...] Não se deve supervalorizar o local ou o global, mas tentar

---

<sup>3</sup> A globalização é um dos processos de aprofundamento da integração econômica, social, cultural, e política. As principais características da globalização são a homogeneização dos centros urbanos, a expansão das corporações para regiões fora de seus núcleos geopolíticos, a revolução tecnológica nas comunicações e na eletrônica, a reorganização geopolítica do mundo em blocos comerciais (não mais ideológicos), a hibridização entre culturas populares locais e uma cultura de massa universal, entre outros (<http://pt.wikipedia.org>).

apreender a realidade em suas múltiplas (inter) relações e como as escalas e as diferentes lógicas se interpenetram em um modelo de desenvolvimento (CASTRO, 2003, p. 87-89).

Nesse sentido, o presente trabalho procurou levar em consideração as (inter) relações entre as escalas, pois como assinala Santos (2004, p. 339) “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

Para tanto se organizou o trabalho em quatro capítulos, procurando estabelecer uma ordem cronológica aos fatos. O primeiro intitulado “Agricultura familiar e transformações contemporâneas no espaço rural” faz uma retrospectiva histórica acerca do processo de colonização do município de Barra Bonita, no contexto da região oeste catarinense. Aborda-se também a inserção dos colonos no mercado, a adoção à política de modernização tecnológica a partir da década de 1970, bem como suas conseqüências, resultando em crise social, econômica e ambiental.

Com a crise socioeconômica e ambiental, que se abateu sobre o espaço rural brasileiro e sobre o oeste de Santa Catarina, a partir de meados da década de 1980, surgiu uma nova política de desenvolvimento rural. Essa temática é explorada no segundo capítulo: “A agricultura familiar e a política de desenvolvimento rural no Brasil e em Santa Catarina”. Nessa parte, apresentam-se algumas considerações sobre a política de desenvolvimento rural, dando ênfase ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o Projeto Microbacias, desenvolvidos em Santa Catarina com o apoio de instituições financeiras internacionais.

Os capítulos subseqüentes foram elaborados, com base nas informações coletadas em campo. Sendo assim, o terceiro capítulo apresenta as características da agricultura familiar, sobressaindo-se as novas alternativas de trabalho e de renda, ou seja, a pluriatividade das famílias rurais. Na seqüência, faz-se uma avaliação das políticas de desenvolvimento rural, que estão sendo geridas no município, a exemplo do PRONAF e do Projeto Microbacias 2. Além disso, procura-se fazer uma análise da atual

situação socioeconômica da agricultura familiar, procurando vislumbrar alternativas econômicas para superação da crise e motivação para permanecer no campo.

Por fim, o quarto capítulo coloca em relevo outras potencialidades do lugar, o projeto futuro dos agricultores familiares e os desafios para a permanência dos jovens no meio rural. Diante do quadro de estagnação econômica, alguns agricultores não vêem mais perspectivas no meio rural e transferem essa descrença aos filhos. Outros, apesar das dificuldades, ainda vislumbram um futuro. O problema, entretanto, está na carência de sucessores, tendo em vista o número reduzido de jovens que aspiram a um futuro no meio rural, principalmente, porque, segundo eles, “a produção exclusivamente agrícola está se tornando economicamente inviável”.

# **1. AGRICULTURA FAMILIAR E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO ESPAÇO RURAL**

O modelo de agricultura difundido no meio rural brasileiro, após meados do século XX, submeteu as pequenas propriedades a novas relações econômicas, determinadas pela lógica do capital urbano-industrial. A estrutura produtiva tradicional foi substituída por uma nova dinâmica e integrada ao setor industrial, tornando a agricultura cada vez mais dependente dos mecanismos do mercado.

À semelhança do que ocorreu em outros lugares do país, a região oeste de Santa Catarina, incluindo-se Barra Bonita, incorporou tecnologias industriais, alteraram-se as condições de produção e consumo, o que elevou o custo de produção. Desde então, os agricultores familiares vêm se adaptando às condições impostas pelo mercado para conseguir se reproduzir.

Para melhor compreender e analisar esse processo, far-se-á, inicialmente, uma retrospectiva histórica acerca de como se reproduziam os primeiros colonos<sup>4</sup> na região oeste, sua inserção no mercado, as políticas públicas de incentivo à modernização, bem como as atuais características socioeconômicas da região.

## **1.1 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA: O CONTEXTO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE**

O município de Barra Bonita localiza-se no extremo oeste de Santa Catarina, distante 22km da cidade de São Miguel do Oeste<sup>5</sup>, município ao qual pertencia até

---

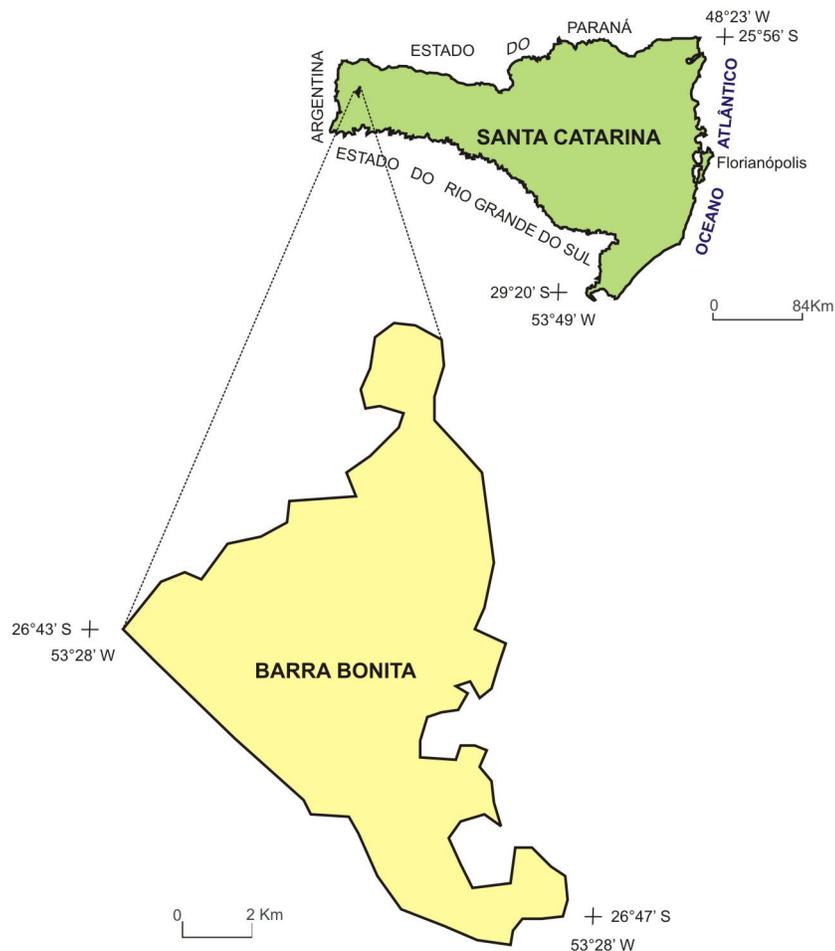
<sup>4</sup> Expressão usada na região para se referir aos agricultores colonizadores

<sup>5</sup> São Miguel do Oeste é município pólo do extremo oeste catarinense

dezembro de 1995, data da emancipação política (Figura 1). Barra Bonita limita-se a norte, com o município de Anchieta, a leste, com o município de Romelândia, ao sul, com São Miguel do Oeste e a oeste, com o município de Guaraciaba.

Inserido na Microrregião geográfica de São Miguel do Oeste, Barra Bonita possui uma extensão territorial de 93 Km<sup>2</sup> e uma população de 2064 habitantes (IBGE 2007). Como os demais municípios da região oeste Catarinense, foi colonizado por descendentes de europeus, sobressaindo-se os italianos e os alemães, vindos do estado do Rio Grande do Sul.

**Figura 1: Mapa de localização geográfica do município de Barra Bonita**



Fonte: Mapa Político de Santa Catarina, CIASC, 2007.  
Digitalização e Edição: Sarah Andrade

O oeste catarinense foi por muito tempo área de disputa entre Brasil e Argentina. Para favorecer-se na disputa fronteiriça travada com a Argentina, o governo brasileiro buscou acelerar a ocupação da região. Para tanto, em 1889, autorizou a construção de uma estrada de ferro ligando São Paulo a Rio Grande, passando em Santa Catarina, pela região do vale do Rio do Peixe, no Meio-Oeste. A conclusão do trecho catarinense da ferrovia somente se efetivou em 1910.

A empresa construtora da via férrea, a multinacional Brazil Railway Company, de propriedade do grupo americano Farquhar, recebeu como forma de pagamento do governo brasileiro uma faixa de terra de trinta quilômetros de largura nas áreas onde se estendiam os trilhos. Como parte das margens da estrada já se encontrava titulada, o governo brasileiro concedeu à multinacional, em 1926, áreas de terras situadas no extremo oeste de Santa Catarina. Com isso, iniciou oficialmente o processo de colonização da região<sup>6</sup>, através da venda de grandes glebas de terras a outras empresas colonizadoras.

Competia às companhias colonizadoras construir infra-estrutura, abrir estradas e povoar as terras. Para isso, exploravam a madeira de maior valor comercial, demarcaram os lotes ao longo das estradas vicinais e vendiam aos imigrantes, normalmente das colônias velhas do Rio Grande do Sul, que se encontravam em dificuldades para assegurar o futuro das novas gerações visto da insuficiência de terras naqueles núcleos coloniais.

As empresas de colonização se utilizavam de jornais e revistas para divulgar e vender suas terras. No entanto, os relatos descritos nesses meios de comunicação nem sempre correspondiam com a verdade. Ao chegarem ao oeste catarinense, os primeiros colonos se depararam com uma série de dificuldades como, por exemplo, a inexistência de estradas e de canais de comercialização. Como assinala Grandó (2001, p. 24)

---

<sup>6</sup> Antes da chegada dos imigrantes já havia povos habitando a região, eram tribos nômades de índios Guaranis e Kaingang (GRANDÓ, 2001). Além desses, existiam algumas famílias conhecidas localmente como caboclas. Os caboclos estavam voltados para uma economia extrativa de subsistência, não possuíam uma mentalidade mercantil e por isso foram relegados a segundo plano, sendo menosprezados pelos imigrantes e pelo Estado.

Devido às dificuldades da topografia e a menor quantidade de espécies arbóreas com potencial de mercado, as companhias de colonização não tiveram muito sucesso em obter recursos com a venda da madeira. Assim, muitas deixaram de fazer investimentos em infra-estrutura viária para a alocação dos colonos.

O ingresso de migrantes no oeste catarinense estava relacionado, principalmente, ao preço acessível das terras. Uma colônia de terras (24ha) naquela área chegava a custar sete vezes menos do que uma colônia no Rio Grande do Sul. Se mesmo assim, o migrante não tivesse todo o montante na hora da compra, a empresa colonizadora parcelava o pagamento. Segundo Renk (2000), essa acessibilidade permitia aos deserdados das pequenas propriedades do Rio Grande do Sul adquirirem suas terras em Santa Catarina.

A maior dificuldade enfrentada pelos colonizadores era o acesso ao mercado consumidor, devido à infra-estrutura precária das estradas e dos transportes, por isso, raras vezes, os produtos eram comercializados. Os colonos criavam gado, porcos e galinhas; produziam milho, batata, mandioca, feijão, arroz, trigo, cana-de-açúcar, frutas entre outros. Os produtos destinavam-se à alimentação humana e animal, sendo consumidos de forma in natura ou beneficiados de forma artesanal, como era o caso da cana-de-açúcar utilizada no fabrico da cachaça e doces.

Aos poucos, a infra-estrutura foi sendo construída e a partir da segunda metade do século XX, o processo de acumulação comercial tomou força na região oeste.

Casas comerciais se organizaram e seus caminhões se deslocavam em estradas de terra, ainda precárias, recolhendo a produção dos agricultores – milho, trigo, fumo, alfaça, feijão, suínos. Em viagens que duravam até 20 dias (ida e volta) para alcançar os centros consumidores, entregavam produtos primários e adquiriam bens industrializados (GRANDO, 2001, p. 31).

Foi neste contexto, em 1951, que Barra Bonita começou a ser colonizada. Os colonizadores se fixaram às margens do rio das Antas e foram atraídos pela fertilidade das terras e pelo preço dos lotes, compatível com sua situação econômica. Comentando sobre a colonização da região oeste, Grandó (2001, p.27) relembra que,

ao se instalar na área, os colonos derrubavam a vegetação nativa, queimavam e desenvolviam a agricultura. “Uma pequena parte da madeira extraída foi utilizada nas construções de moradias para agricultores e galpões. Parte das árvores, sem valor comercial na época, foram derrubadas e queimadas para dar lugar às plantações”.

Apesar dos agricultores de Barra Bonita terem acesso ao mercado, embora limitado, desde o início, a subsistência persistiu ainda por algum tempo nos estabelecimentos rurais. Isso, porque, até meados de 1970, as famílias rurais quase não tinham gastos, elas produziam a maior parte de suas necessidades no interior das propriedades. Além disso, as áreas recém desmatadas eram férteis e garantiam boas safras, possibilitando ao agricultor formar uma poupança, utilizada normalmente para a aquisição de terras para os filhos.

Os bons resultados obtidos nas primeiras safras não se repetiram nas décadas seguintes, tendo em vista o esgotamento dos solos e a elevação no custo de produção decorrentes da modernização da agricultura, que será abordada a seguir.

## **1.2 MODERNIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (1970/1990): BREVE CARACTERIZAÇÃO**

O padrão agrícola tecnológico difundido no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, inspirou-se no modelo euro-americano de desenvolvimento. De acordo com Romeiro (1998, p. 93), entende-se por modelo euro-americano de modernização agrícola

[...] o sistema de produção que tornou viável a difusão em larga escala da prática da monocultura após a Revolução Industrial. [...] Esse sistema é baseado na utilização intensiva de fertilizantes químicos e em processos mecânicos de reestruturação e condicionamento de solos, além do emprego sistemático de controle químico de pragas.

Para viabilizar a modernização das atividades agropecuárias, o Estado brasileiro criou alguns mecanismos relacionados a órgãos de pesquisa como a EMBRAPA<sup>7</sup> (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Também foram criados mecanismos financeiros como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Os produtores familiares só tiveram acesso aos recursos financeiros, porque se associaram a cooperativas ou integraram-se a agroindústrias.

Na opinião de Santos (1979), os programas oficiais do Estado garantiam empréstimos aos pequenos proprietários de terra para comprar as sementes, agrotóxicos, fertilizantes, equipamentos, etc. e encorajavam a administração moderna. Segundo o autor, isso foi feito

[...] sob o pretexto de a ajudar a solucionar problemas de abastecimento de alimentos e pobreza rural mas a finalidade verdadeira é modernizar a economia rural e aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura. Obviamente, qualquer alteração técnica na agricultura é seguida por uma modificação na propriedade da terra que é, ela própria, uma forma: uma forma jurídica mas também espacial (SANTOS, 1979, p. 155).

O estado de Santa Catarina e a região Oeste também inseriu-se no projeto econômico desenvolvimentista implantado no país após 1950. Objetivando promover a modernização do território catarinense, Celso Ramos, governador do Estado (1961-65) incorporou o referido modelo econômico e criou o PLAMEG I – Plano de Metas do Governo. Para isso, foram criados o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que passaram a apoiar financeiramente a modernização da indústria e da agricultura.

No contexto do processo de modernização, surgiu a ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina) criada ainda em 1956, recebendo a incumbência de incentivar e repassar as modernas tecnologias aos agricultores

---

<sup>7</sup> A Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) foi criada em 1971 pelo governo brasileiro, mas era fortemente influenciada pelos centros internacionais. A influência era constatada na submissão das empresas nacionais com relação às multinacionais dos Estados Unidos e dos países europeus, que financiavam o projeto agrícola modernizante e ditavam as regras à sua difusão.

catarinenses. Além disso, para atender aos interesses das indústrias fornecedoras de insumos agrícolas, a ACARESC, através dos Clubes de jovens 4-S<sup>8</sup>, passou a estimular os agricultores não assistidos diretamente pela extensão rural, para a realização de novas experiências produtivas nas propriedades. Como forma de motivação, distribuíam premiações e viabilizavam a participação dos agricultores em excursões para visitar as propriedades consideradas “modelos” no estado. Com isso, indiretamente a elite capitalista passou a impor mudanças na forma de produzir.

Em 1970, o governo de Santa Catarina também criou o Fundo de Estímulo à Produtividade (FEPRO), que veio somar-se à pesquisa agropecuária e à extensão rural. De acordo com Mussoi (2002), a FEPRO tinha por finalidade, subsidiar os produtores na compra dos principais insumos modernos. O subsídio consistia no pagamento dos custos de transportes de corretivos e fertilizantes e dos juros que incidiam nos financiamentos de compra de maquinários agrícolas, mudas de árvores frutíferas e reprodutores de suínos e bovinos. Assim, completavam-se as condições básicas para viabilização do projeto modernizador em Santa Catarina incluindo-se aí a região oeste do estado.

O processo de modernização da agricultura, via subsídios, estimulou, a partir de 1970, a introdução de novas culturas, como a soja e o trigo na região oeste. Culturas tradicionais, como milho e, em menor escala, feijão, arroz, entre outras, permaneceram, embora a produção tenha se externalizado, ou seja, tenha se tornado dependentes das tecnologias mecânicas<sup>9</sup> e, principalmente, físico-químicas.

Percebe-se que, apesar da estrutura minifundiária da região oeste, os estabelecimentos agrícolas absorveram parcialmente as novas tecnologias. A adesão às novas tecnologias provocou profundas transformações na base técnica da

---

<sup>8</sup> Clubes 4S eram clubes de jovens de inspiração norte-americana que tinham como emblema um trevo de quatro folhas com a letra S: saber- aprender fazer fazendo e ganhando, aprender como agir para conseguir os direitos que lhes cabem como cidadão; sentir- olhar a vida com otimismo e realismo; servir- esquecer sua pessoa para dedicar-se à família comum; saúde- higiene, alimentação, hábitos saudáveis. A formação destes Clubes começou em Santa Catarina por volta de 1966 e no município de Barra Bonita, em 1977.

<sup>9</sup> A renda da maioria dos agricultores, bem como o relevo acidentado de parte substancial das terras oestinas foram (e são) fatores limitantes no uso das tecnologias mecânicas.

agricultura. Naquela região, como em outros lugares de Santa Catarina, o tamanho reduzido da maioria das propriedades, aliado à renda escassa de grande parte dos agricultores, inviabilizava econômica e socialmente a prática da monocultura, e o uso de insumos externos à propriedade elevava o custo de produção.

No contexto, sob a influência da política desenvolvimentista, surgem, no oeste e extremo oeste catarinense, alguns frigoríficos, iniciativa de empresários locais, que buscaram desenvolver empreendimentos agroindustriais, com o objetivo de agregar valor aos produtos agropecuários, destacando-se, inicialmente, os suínos, típicos nessas áreas coloniais, e a soja, cultura nova incentivada via subsídios estatais.

São exemplos destas iniciativas empresas como GENER, esmagadora de soja em São Miguel do Oeste e o frigorífico SAFRITA em Itapiranga. Esse tipo de iniciativa avançou nos anos 80 e 90. São exemplos, os frigoríficos de suínos em Guarujá do Sul e São Miguel do Oeste e, modernamente, a tentativa de empresários locais de reunirem capitais para construir um abatedouro de frangos em São Miguel do Oeste. Essas iniciativas tiveram na soja e no suíno, a matéria-prima embrionária de suas atividades (GRANDO, 2001, p. 34).

A atuação dessas empresas e outras de maior porte tornou, inicialmente, a região oeste exemplo de um modelo de desenvolvimento socioeconômico equilibrado. “Enquanto outras regiões do sul do Brasil, assim como boa parte do país, tinha passado fortes processos de êxodo rural, a região teria passado praticamente incólume a primeira fase da modernização agrícola” (MIOR, 2005, p. 81).

Na região oeste de Santa Catarina, incluindo-se o município de Barra Bonita, a suinocultura se tornou uma alternativa de renda importante para a maioria das famílias, nas décadas de 1970 e 1980. Naquele momento, a crise agrária se generalizava no país, sendo agravada com os problemas socioeconômicos decorrentes da modernização do campo.

Verifica-se, dessa forma, que o espaço rural oestino foi, desde a implantação do projeto modernizador, comandado política, econômica e tecnologicamente pela lógica dos complexos agroindustriais. Entretanto, cabe mencionar que o Estado teve participação importante no desenvolvimento das agroindústrias.

[...] no período de 1930-45, o governo de Santa Catarina estava preocupado em implantar um amplo sistema de infra-estrutura (estradas de rodagem, sistema de esgoto etc.) capaz de sustentar e viabilizar a modernização econômica, via expansão e implantação de atividades industriais no Nordeste Catarinense e atividades agroindustriais no Oeste barriga-verde (ESPINDOLA, 1999, p. 57).

Em relação ao incentivo auferido as agroindústrias cabe mencionar que, a partir de 1960, o Governo Federal implantou uma política de desenvolvimento para o setor “[...] através de incentivos fiscais, linhas de crédito, isenção de impostos, créditos-prêmio etc., o governo procurou colocar as agroindústrias brasileiras num patamar de competitividade mundial” (ESPINDOLA, 1999, p. 67). Esse processo gerou uma competição interna e, a partir da segunda metade da década 1980, muitas agroindústrias de pequeno porte viram-se sem capacidade comercial para buscar mercados, encontravam-se em dificuldades financeiras e gerencial para se expandirem. Por isso, para não falirem, foram sendo incorporadas por empresas maiores, mais dinâmicas, situadas também no oeste catarinense.

Perdigão, Sadia e Chapecó são exemplos de agroindústrias que tiveram origem no oeste catarinense, ainda na década de 1940 e que foram crescendo gradativamente, incorporando empresas menores e tornando-se nacionalmente conhecidas. Dentre as grandes empresas agroalimentares existentes no oeste, apenas a Cooperativa Aurora foi construída mais tarde, nos anos de 1970<sup>10</sup>.

Paralelo à expansão dessas empresas, a região se notabilizava por ser pioneira no sistema de integração entre agroindústrias e agricultura familiar. De acordo com Espíndola (1999), o sistema de integração foi implantado pela Sadia, a partir de 1950, e disseminado graças ao governo do estado, prefeituras e demais empresas agroindustriais, depois de 1960, provocando profundas transformações na base técnica do processo produtivo local, bem como na organização da unidade familiar.

---

<sup>10</sup> No período de expansão da suinocultura e, ou do número de produtores, todas as empresas agroalimentares citadas atuavam em Barra Bonita. Atualmente, pelo número reduzido de integrados apenas a Sadia e a Ceval/Cargil atuam no município.

O 'sistema de integração' entre os agricultores e as agroindústrias funciona sob supervisão direta das agroindústrias que controlam todo o processo produtivo das matérias primas e os preços pagos aos produtores rurais. Os frigoríficos fornecem aos agricultores o material genético (suínos), os pintos (frangos e perus), e as rações, a tecnologia de instalações e de criação de animais e, por fim, adquirem o que foi criado. Os agricultores entram no sistema com as instalações, a propriedade rural, parte da matéria prima e animais - no caso dos suínos. A eles cabe o trabalho de criação de animais (GRANDO, 2001, p. 35-36).

Deve-se ressaltar que até por volta de 1980, não havia grandes exigências por parte das agroindústrias para comercialização dos suínos, por exemplo. As despesas com a produção eram pequenas e os animais podiam ser alimentados à base de milho e lavagem (restos de comida ou cozimento de batata doce, mandioca, abóbora e outros vegetais). Além disso, o agricultor, mesmo integrado, "gozava de uma relativa autonomia no processo decisório, já que podia organizar seu processo de trabalho e produção com base na disponibilidade interna de fatores" (MIOR, 2005, p. 86).

Mas a expansão da criação especializada e a inserção das modernas tecnologias no campo alteraram o quadro anterior. No caso da suinocultura, por exemplo, os suínos rústicos do tipo banha, foram substituídos por nova linhagem - o porco tipo carne - importado dos Estados Unidos e da Europa, que exigia novas técnicas de manejo e de alimentação, cuja base é a ração fornecida pela agroindústria. Substituir a raça suína significava fazer uma reestruturação em toda a propriedade. Assim, para acomodar as novas raças, foi preciso construir uma nova infra-estrutura. Chiqueiros fechados com maiores cuidados sanitários, cuidados especiais do nascimento até o abate. De acordo com Espíndola (1999), a partir de 1977, começaram os investimentos em melhoramento genético.

A Sadia, por exemplo, trabalhando com animais de origem norte-americana e européia- Landrace, Large White e Duroc – obteve, através de cruzamento, o hiper Sadia. Hoje todo suporte de criação suinícola está apoiado em suas fazendas agropastoris e, em 1984, esse grupo passou a desenvolver um programa de sanidade, objetivando a erradicação das doenças através dos animais SPF (Specific Pathogen Free= livre de patógenos específicos) (ESPÍNDOLA, 1999, p. 113-114).

Dessa forma, a Sadia, assim como outras empresas agroalimentares catarinenses, alcançaram importante posição socioeconômica, tanto no Brasil como no mundo. Mas as sucessivas mudanças tecnológicas aliadas à elevação nos custos de produção e a perda de autonomia do produtor no processo decisório excluíram, sucessivamente, uma parcela considerável de produtores integrados no oeste catarinense e também em Barra Bonita.

A produção de suínos está cada vez mais sob o signo do sistema de produção especializado, em que parte dos produtores cuidam da criação dos leitões e parte cuida do processo de crescimento e terminação (engorda) dos animais. [...] Esse processo especializado tem levado ao aumento das escalas de produção e, conseqüentemente, a exclusão dos pequenos suinocultores da cadeia. Além disso, o agricultor que adere ao sistema especializando de produção de suíno perde autonomia no seu espaço de trabalho e produção (MIOR, 2005, p. 87).

Assim como aconteceu (e ainda acontece) com a suinocultura pós década de 1990, a avicultura tornou-se uma atividade mais especializada<sup>11</sup>. A consequência foi o aumento da produção e a diminuição no número de produtores integrados. Em relação às perspectivas futuras para a avicultura, Altmann (2003) esclarece que as oportunidades para os produtores de frango, no sistema de integração, deverão continuar limitadas, haja vista a continuidade do processo de concentração da produção.

Dentre os sistemas produtivos, também chama atenção o expressivo aumento na produção do leite, na região oeste de Santa Catarina, na década de 1990. Como lembra Mello (1998), isso é reflexo do aumento horizontal da produção proporcionada pela grande adesão dos agricultores à produção comercial de leite, com o objetivo de substituir a lacuna deixada pela suinocultura.

---

<sup>11</sup> Apesar de ter intensificado as exigências por parte das agroindústrias para produção de aves e ter diminuído o número de produtores, em tempo algum, a avicultura alcançou a dimensão que a suinocultura atingiu na região oeste catarinense, bem como em Barra Bonita. Nas décadas de 1970 e 1980, o número de produtores de suínos predominava em relação ao de aves.

A conversão da produção de suínos para a produção leiteira é facilitada, em primeiro lugar, em virtude da existência da produção do leite para o consumo da família. Em segundo lugar, pelo fato de já existir a infra-estrutura da produção – pelo menos a mínima – e a atividade praticamente não necessitar de insumos externos. Com isso os custos da entrada comercial na atividade são baixos, representados basicamente pela retenção das fêmeas existentes no plantel da propriedade, ou pela aquisição na vizinhança (MELLO, 1998, p. 55).

O fato é que o leite tornou-se uma nova alternativa econômica, uma fonte de renda extremamente importante para os produtores da região oeste e, por extensão, de Barra Bonita, mas isso será abordado posteriormente. A produção comercial do leite cresceu consideravelmente nas últimas duas décadas na região.

[...] no oeste o incremento da produção na primeira metade da década de 90 foi de 67%, ou seja, quase 11% ao ano. Também merece destaque a quantidade de leite comercializada, alcançando em 1996 a marca de 71,7% do leite produzido, o que significa que se trata de uma produção eminentemente comercial (MELLO, 1998, p. 54).

Na atualidade, a produção de leite está presente em praticamente todas as propriedades, o que representa uma alternativa de trabalho e renda para as famílias. No entanto, teme-se que a produção venha a se especializar, tal como ocorreu com a suinocultura, o que acentuaria o processo de concentração da produção, tendo em vista as características socioeconômicas e fundiária de grande parte das propriedades. De acordo com Mello (1998), a produção em escala preconizada, nos últimos anos, por técnicos e indústrias de laticínios inviabilizaria a produção de leite nas propriedades com menos de 10 hectares, o que representa 33,57% das propriedades na região. Sendo assim,

[...] em função de exigências qualitativas impostas pelos principais compradores de matéria-prima e pela legislação sanitária, deve crescer a oferta com redução no número de produtores, isto é, deve acentuar-se o processo de concentração da produção (ALTMANN, 2003, p. 76).

Mello (1998), entretanto, entende que previsões desse tipo não devem ser consideradas como uma tendência inelutável. O leite pode e deve assumir o papel de produto-âncora para a agricultura familiar da região.

As características peculiares da produção, transformação e comercialização do leite, dependendo das políticas institucionais, poderão se constituir em uma alternativa para a manutenção das pessoas no meio rural em condições satisfatórias de emprego e renda, como produtores de leite e/ ou elaboradores de derivados e/ ou vendedores e/ou transportadores (MELLO, 1998, p. 58-59).

É importante lembrar que, como em outros lugares, na região oeste catarinense, existe uma forte diferenciação socioeconômica entre os agricultores, e isso se reflete na heterogeneidade do grau de capitalização dos produtores. Mas, independente da escala de produção, todos participam do mercado nacional e/ ou mundial, atendendo, parcialmente ou totalmente, às regras de normalização impostas pelo mercado.

Assim, as tecnologias modernas, incorporadas ao processo produtivo, sob influência das indústrias localizadas à montante e à jusante, constituem-se em imposição do mercado, que impulsiona a adoção de normas e padronização dos produtos. As normas internacionais instituídas para a produção e comercialização dos produtos desafiam as agroindústrias a acompanhar as inovações, a fim de tornar seu produto competitivo no mercado mundial. A exigência de qualidade, imposta pelo mercado, é, por sua vez, repassada aos produtores rurais, fornecedores da matéria-prima.

A modernização tecnológica da produção familiar, na região oeste catarinense, alterou não só as relações sociais e culturais das unidades de produção, mas também as relações econômicas com o mercado urbano industrial. A crescente mercantilização da produção tornou a reprodução das famílias rurais cada vez mais dependente de recursos e saberes externos à unidade produtiva.

Nesse sentido, assistiu-se à substituição do meio natural pelo meio técnico-científico informacional, período marcado por profunda interação entre ciência e técnica. “Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o

mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global” (SANTOS, 2004, p. 238). As transformações decorrentes deste novo período atingiram também o espaço rural. “Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifícios. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural” (SANTOS, 2004, p. 238-239).

### **1.2.1 Características socioeconômicas e ambientais predominantes da região oeste**

A economia da região está fundamentada no setor primário, particularmente, o agropecuário. O setor secundário é dominado por indústrias agroalimentares, tanto em movimento econômico quanto em ocupação de mão-de-obra. As atividades comerciais e de serviços também estão diretamente ou indiretamente ligadas à agropecuária. (TESTA et al., 1996)

O uso intensivo de produtos químicos, máquinas e equipamentos modificaram a estrutura produtiva das atividades agropecuárias nas últimas décadas. Não demorou muito para esse modelo de desenvolvimento dar sinais de esgotamento na região oeste de Santa Catarina, o que resultou numa crise de enormes proporções já na década de 1980. As conseqüências da crise afetam as órbitas ambiental, econômica, cultural e social.

Do ponto de vista ambiental, Mattei (1998) destaca que os principais problemas estão relacionados à intensificação da produção, que causou efeitos diretos sobre os recursos naturais bem como compactação dos solos, poluição da águas, contaminação alimentar, etc. Tudo, porque as especificidades naturais dos lugares não foram levadas em consideração na implantação do projeto modernizador.

Em regiões tropicais, os impactos ambientais do padrão tecnológico do modelo euro-americano de modernização agrícola são muito mais graves do que nas regiões de clima temperado frio. Em primeiro lugar porque nos trópicos a ausência de uma estação fria faz com que o equilíbrio de cada ecossistema dependa inteiramente da diversidade biológica, expressa na cadeia de presas e predadores. Desse modo a monocultura, nessas regiões, tem necessidade de um controle químico mais rigoroso para ser viável (ROMEIRO, 1998, p. 112).

Pode-se dizer que o modelo euro-americano de modernização agrícola provocou mudanças estruturais nas atividades agropecuárias. Sob o comando das políticas públicas, as atividades agrícolas tradicionais absorveram os pacotes tecnológicos (insumos químicos e mecânicos) e incorporaram uma das características da agricultura moderna, o seu caráter especulativo. Nesse sentido, Romeiro (1998) destaca que os agricultores em geral mudam de cultura, ao sabor das flutuações dos preços, sem seguir qualquer regra agrônômica de rotação de culturas. Isso pode resultar em problemas, pois nem todas as culturas se adaptam naturalmente às condições naturais de determinadas regiões.

Certas culturas só são rentáveis a partir de certo tamanho da área de cultivo, o que favorece as regiões onde predominam grandes propriedades. Do mesmo modo, cada cultura se adapta melhor em determinada região e, apesar do progresso técnico ampliar as possibilidades de cultivo, a superação das restrições naturais tem um custo (ROMEIRO, 1998, p. 94).

Além de elevar o custo de produção, o uso indiscriminado de insumos químicos aliado a práticas inadequadas de cultivo produziu a degradação dos solos em regiões tropicais<sup>12</sup>. Apesar de Santa Catarina localizar-se em área subtropical, predominam na região oeste as classes 3 e 4 de aptidão de uso das terras, ou seja, a maioria das terras apresenta alto risco de degradação ou limitações fortes para utilização com culturas anuais. “A forte pressão sobre seu uso vem causando efeitos nocivos ao ambiente pela

---

<sup>12</sup> A aração do solo é um exemplo de prática inadequada de manejo. De acordo com Romeiro (1998), nos países de clima frio, a exposição do solo desnudo e esboroadado ao sol e à chuva cumpre um papel importante no reaquecimento do solo após o degelo e o início da primavera. Nas regiões tropicais, isso não é necessário, nessas regiões as chuvas torrenciais e o sol forte tem um efeito devastador sobre o solo e sua microvida.

exploração inadequada dos recursos naturais, ameaçando, inclusive, a viabilidade econômica das atividades agrícolas” (SILVA et al., 2003, p. 39).

Em relação ao padrão cultural, na medida em que os agricultores familiares foram incorporando saberes e tecnologias externas à propriedade, verificaram-se mudanças de consumo, hábitos e costumes.

O avanço tecnológico e as grandes descobertas científicas atuais possibilitaram profundas mudanças na vida das pessoas, alterando valores e padrões sociais. O que vem se assistindo é que a comunicação social também tem servido como meio para transmitir paradigmas que levam o indivíduo, nas mais variadas funções, a passar de sujeito que é, a objeto, facilmente conduzido pelas informações (MOREIRA, 2001, p. 72).

Nesse contexto, as famílias rurais foram absorvendo as modernidades antes restritas às cidades. Para Moreira (1995), o pensamento, ou até mesmo parte do lazer e o conforto da cidade, penetrou no meio rural através do automóvel, televisão, fogão a gás, eletrodomésticos em geral, atingindo os padrões morais, hábitos e costumes do meio rural. Surgiram novas formas de relacionamento humano, novas formas de viver, nova mentalidade e nova visão de mundo.

Muitos hábitos alimentares foram alterados em função da reorganização da produção, pois os agricultores começaram a produzir somente o que era de interesse das agroindústrias. Por isso, muitos alimentos de subsistência deixaram de ser produzidos na propriedade e passaram a ser adquiridos nos supermercados. Esse fator elevou significativamente as despesas das famílias rurais.

Do ponto de vista social, a queda de preços dos produtos agropecuários, a elevação no custo de produção, de vida e a instabilidade da renda agrícola causaram impactos negativos sobre as condições sociais de muitos agricultores, resultando em um processo de despovoamento do espaço rural. Prova disso é a redução no número de estabelecimentos. “A mesorregião Oeste Catarinense perdeu cerca de 236,5 mil hectares e 14.370 estabelecimentos, equivalendo a 10 % da área e a 14% do número total de estabelecimentos rurais ali existentes em 1985” (SILVA et al., 2003, p. 18).

Das microrregiões do oeste catarinense, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste, a qual pertence o município de Barra Bonita, apresentaram redução no número de estabelecimentos três vezes maior que a redução da área dos estabelecimentos. De acordo com Silva et al. (2003), isso ocorreu, porque os pequenos estratos de área proporcionalmente registraram a maior redução no número de estabelecimentos agropecuários.

O êxodo rural é atualmente um fenômeno social bastante conhecido no Brasil, e não é diferente na região pesquisada, sendo conseqüência dos problemas econômicos e ambientais. Autores, a exemplo de Silvestro et al. (2001), Abramovay et al. (1998), Silva et al. (2003), entre inúmeros outros, já estudaram as causas e efeitos da redução da população rural na região oeste de Santa Catarina, bem como as possíveis soluções alternativas para o problema.

Muito embora os dados do IBGE tenham registrado um pequeno aumento na população total da região oeste catarinense nas últimas décadas, houve um decréscimo significativo na população rural. Esta, no censo de 1991, totalizava 518.124 habitantes, sendo reduzida para 414.150 habitantes no censo de 2000<sup>13</sup>. Analisando especificamente a microrregião de São Miguel do Oeste, nos dois últimos censos, observa-se uma situação similar. A população total passou de 169.934 em 2000 para 171.716 em 2007. Surpreende, neste caso, a diminuição da população rural, que passou de 88.707 para 78.222 habitantes.

Dentre os emigrantes, os jovens (15 a 24 anos) ocupam destaque na região oeste de Santa Catarina. Segundo o IBGE, em 1991, eles totalizavam 102.834 pessoas, ao passo que em 2000, essa população totalizava 70.005 jovens, ou seja, 32% de jovens a menos em apenas dez anos (IBGE).

Ao analisar a perda populacional da mesorregião oeste de Santa Catarina, no período de 1991 e 2000, Silva et al. (2003) verificaram um decréscimo cuja taxa anual corresponde a 2,45%. Assim como nas demais áreas, na microrregião de São Miguel

---

<sup>13</sup> Até a conclusão deste trabalho, o IBGE não havia divulgado os dados do censo 2007 referentes à população rural e urbana da região oeste de Santa Catarina, entretanto, a agência do IBGE de São Miguel do Oeste disponibilizou os dados referentes à microrregião.

do Oeste houve uma acentuada diminuição da população rural, sendo exceção o município de Barra Bonita, que registrou um pequeno aumento.

É importante lembrar que, em 1991, Barra Bonita era ainda distrito de São Miguel do Oeste. No ato da emancipação, o novo município incorporou parte da área rural dos municípios limítrofes, a exemplo de Romelândia e Anchieta. Por isso, o aumento da população rural deve ser relativizado. Analisando os dados do IBGE 2007, em relação a 2000, período em que Barra Bonita já era município, verifica-se uma pequena queda no número da população rural, ou seja, essa passou de 1862 (2000) para 1741 (2007).

As causas apontadas como mais atrativas para o homem do campo para migrar para a cidade são a estrutura socioeconômica que oferece perspectivas de emprego com trabalho mais "leve", carga horária pré-definida e com renda mensal. A perspectiva de dispor mensalmente de proventos para a manutenção da família é muito valorizado pelo homem do campo, pois a incerteza de obtenção de boas colheitas é uma constante na vida do agricultor (SILVA, et al., 2003, p. 64).

A falta de incentivo governamental, os baixos rendimentos agrícolas e, ou a ilusão "das facilidades" oferecidas pelas grandes cidades também têm levado algumas famílias, mas, principalmente, seus filhos, a migrar do campo. O êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Isso porque, com o acesso à informação, os jovens vêem nas cidades a possibilidade de construírem a tão sonhada independência. Morando com a família no campo, os jovens são dependentes economicamente dos pais, seu trabalho é considerado como de "ajuda" e raras vezes, têm direito de participar das decisões da unidade produtiva.

Contudo, pode-se afirmar que a crise socioeconômica e ambiental que se instaurou no espaço rural brasileiro, incluindo-se aí a região oeste de Santa Catarina, depois de meados da década de 1980, fez emergir discussões por parte de grupos sindicais, lideranças políticas e entidades acerca de como construir um novo modelo de desenvolvimento rural, pautado na inclusão dos agricultores familiares nas políticas públicas e na sustentabilidade, como será apresentado no capítulo que segue.

## **2. AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E EM SANTA CATARINA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A complexidade que envolve o mundo rural e, por extensão, a agricultura familiar fez emergir, principalmente depois de meados de 1980, a necessidade de repensar os processos de desenvolvimento rural, os quais não podem mais ser analisados de forma tradicional. Como destaca Mattei (1998, p. 2), há um conjunto de novos problemas que transcendem a questão agrária tradicional. “Tais problemas envolvem, basicamente, a natureza das relações entre agricultura, os estados, as empresas capitalistas, as instituições não agrícolas e as representações dos agricultores”.

Apesar dos inúmeros estudos, teorias e debates acerca do desenvolvimento rural, ainda não parece haver consenso entre os pesquisadores a respeito de como se atingir o tão almejado desenvolvimento. De acordo com Mior (2005), o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil está ligado ao papel da agricultura familiar, em especial sua re-inserção econômica. Para o autor, existem três enfoques distintos envolvendo a produção familiar. O primeiro origina-se nos estudos FAO/INCRA, do início da década de 1990, buscando inserir a agricultura familiar no mundo agrícola, no contexto da reforma agrária e dando destaque à agricultura como indutora do desenvolvimento. O segundo tipo enfatiza as atividades não agrícolas como única estratégia de desenvolvimento do espaço rural. E por último,

o “enfoque agroindustrial” que vê o desenvolvimento rural associado a possibilidade da agricultura familiar se reinserir no mercado das cadeias produtivas fordistas, e, principalmente, nas novas cadeias, visando atender aos emergentes padrões de consumo associados a produtos locais, artesanais/locais, orgânicos/agroecológicos (MIOR, 2005, p. 65).

Analisando os diferentes enfoques acerca do desenvolvimento rural, Veiga et al. (2001, p. 49) entendem que, o que falta no debate é o reconhecimento de que tudo

passa pelas possibilidades de maior ou menor diversificação local, ou seja, “mais do que se perguntar qual é (ou será) a importância relativa da agropecuária para a criação de empregos e redução da pobreza no espaço rural, deve-se perguntar qual pode ser a influência da diversificação agropecuária para a diversificação das economias locais”.

Por isso, entende-se que não há apenas uma estratégia de desenvolvimento rural. Os agricultores, bem como as políticas públicas que propõem o desenvolvimento rural, devem sempre levar em consideração as potencialidades do lugar, da propriedade e da família na execução de soluções alternativas, pois de nada adianta investir em novas atividades, se não existe um mercado consumidor para absorver o produto do trabalho. Diversificar a produção agrícola, investir em pecuária leiteira, no turismo rural, em agroecologia, agregar valor ao produto in natura, praticar a pluriatividade são todas atividades viáveis que garantem trabalho e renda para a agricultura familiar e conseqüentemente promovem o desenvolvimento rural. No entanto, nem todas essas atividades se ajustam à realidade socioambiental e econômica dos lugares, bem como às regiões a que pertencem.

Dessa forma, o desenvolvimento rural é entendido aqui como uma ação que visa a ampliar as potencialidades físicas, biológicas e humanas do espaço rural e pode ser obtido através de um conjunto de ações locais originadas pela descentralização das decisões e pela participação da comunidade.

## **2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL, PÓS 1990: PRONAF**

Para o poder público nacional, o desenvolvimento rural foi, por décadas, senão por séculos, sinônimo de desenvolvimento agrícola. Com raras exceções, ainda prevalece essa estratégia como forma de combater a pobreza rural e elevar os índices

de emprego rural. Apesar de alguns relatórios oficiais afirmarem o contrário, Mattei (1998) entende que as políticas governamentais, em sua maioria, ainda privilegiam tanto na esfera federal quanto estadual, o desenvolvimento agrícola como se fosse o único caminho possível para atingir o desenvolvimento rural.

É importante frisar que, a partir de 1990, a política de desenvolvimento rural nacional começou a ser revista, ao menos teoricamente. Alguns fatores foram decisivos para mudar os rumos das políticas de desenvolvimento rural. De um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais que direcionavam suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura econômica<sup>14</sup>. De outro lado, órgãos internacionais passaram a “estimular” novas formas de desenvolvimento, a fim de reduzir a pobreza rural e proteger o meio ambiente.

Vilela (1997) lembra que, no final dos anos 1980, o Banco Mundial realizou um diagnóstico da agricultura brasileira através do relatório “Brasil: Gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais”. Diferentemente do período, quando aquele organismo financeiro dava suporte financeiro às políticas públicas, na década de 1990, essa instituição passou a delinear receituários para “superar” as deficiências constatadas. Nesse sentido, o relatório deixava claro que a agricultura familiar deveria ser o alvo preferencial das novas políticas. “Não se trata mais de aumentar o volume da produção a todo custo. É preciso que ocorra uma inversão no caráter da política agrícola, deixando os ‘privilegiados’ por conta do mercado” (VILELA, 1997, p. 10). Assim, o relatório define qual deve ser a postura do governo brasileiro em relação à agricultura.

Observa-se que as características desta proposta estão em perfeita harmonia com os preceitos neoliberais do Estado mínimo, da preponderância das regras

---

<sup>14</sup> A abertura econômica, intensificada após 1990, provou uma reestruturação no espaço rural, pois como lembra Mior (2005) as exigências para produzir tornaram-se crescentes, os agricultores familiares ficaram expostos à competição com produtores de outros países, dificultando a inserção daquele segmento nos mercados de commodities tradicionais.

do mercado, da prevalência da iniciativa privada, de desregulamentação das atividades comerciais. Sobra para a intervenção estatal, apenas, a “defesa do bem público”, a correlação das “falhas de mercado” e a “proteção ambiental” (VILELA, 1997, p. 8).

Após a divulgação do relatório, o Banco Mundial firmou um convênio de cooperação técnica entre a FAO e o INCRA. A partir daí, o governo brasileiro lançou um conjunto de políticas dirigidas a uma parte dos agricultores, que nas palavras do próprio governo, foram historicamente marginalizados pelas políticas públicas.

Nesse sentido, em 1994, o governo de Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – Provap. Em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, esse programa foi reformulado e passou a se chamar Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – através do Decreto presidencial nº 1946 de 28 de junho de 1996.

É importante ressaltar que, até o início da década de 1990, não havia política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades dos agricultores familiares.

Schneider et al. (2004) consideram a criação do PRONAF o acontecimento mais marcante que ocorreu na esfera da política pública para o meio rural brasileiro, no período recente. Para esses autores, o surgimento desse programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social, os agricultores familiares, até então designada por termos como “pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência”.

Segundo o Manual Operacional do PRONAF, o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. “Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para geração de empregos e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares” (SCHNEIDER et al., 2004, p. 24).

O PRONAF apresenta quatro linhas de atuação: financiamento de produção, financiamento de infra-estrutura e serviços municipais, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e financiamento de pesquisa e extensão rural. Além dessas linhas específicas, existem créditos para agroindústrias, reflorestamento, para o semi-árido, para jovens e mulheres, para o financiamento de cotas-partes de cooperativas, entre outros. De acordo com Mior (2005), inicialmente, o PRONAF não previa o financiamento de atividades ligadas à agregação de valor dentro de suas linhas de atuação. Foi somente em 1999, com o acirramento do debate a cerca da importância da agroindústria como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar que o governo instituiu o PRONAF Agroindústria.

Em relação ao público- alvo, são considerados beneficiários do PRONAF todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não-agrícolas e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (PRONAF/ LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006).

A opção pela agricultura familiar se deve, segundo o Programa, à grande capacidade da agricultura familiar em absorver mão de obra<sup>15</sup> o que a transforma numa alternativa socialmente desejada, economicamente produtiva e politicamente correta para atacar grande parte dos problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade. A definir quem seria beneficiado pelo PRONAF, Vilela (1997) lembra que o projeto FAO/IN CRA tipificou dois tipos de agricultores: os Patronais e os Familiares. No interior da agricultura familiar foi

---

<sup>15</sup> Apesar da agricultura familiar também fazer uso de algumas tecnologias, a capacidade dela absorver mão-de-obra é maior em relação à agricultura patronal, normalmente dotada de alta tecnologia.

realizada uma subdivisão de acordo com a renda: agricultura familiar consolidada, agricultura familiar em transição e agricultura familiar periférica, divididas nos grupos A, B, C, A/C, D e E. Essa nova classificação permitiu, a partir de 1999, que “as regras de financiamentos fossem mais adequadas à realidade de cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates (descontos) visam auxiliar mais as parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas” (SCHNEIDER et al., 2004, p. 26).

Segundo Vilela (1997), na concepção do PRONAF, a agricultura familiar em transição deveria receber uma porção mais significativa dos recursos do Programa, tendo em vista o risco dos agricultores dessa modalidade regredirem para o estado da agricultura familiar periférica. Além disso, cabe acrescentar o seu potencial para serem promovidos para a modalidade da agricultura familiar consolidada.

Em relação ao número de beneficiários, no ano de 2004, mais de 1,57 milhão de pessoas firmaram contratos do PRONAF, contra apenas 953,2 mil em 2002. Na safra 2005/2006, no Brasil, o PRONAF promoveu a “inclusão social” de quase dois milhões de agricultores. Foram 1.913.043 contratos, totalizando um investimento de 7,61 bilhões. Para a safra 2006/2007, o Governo Federal colocou à disposição dos agricultores familiares de todo o país R\$ 10 bilhões em financiamento rural do PRONAF, com a meta de alcançar dois milhões de agricultores (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2007).

Apesar do número de contratos ter se ampliado nas últimas safras, mesmo assim, ainda menos da metade dos agricultores familiares do Brasil têm acesso ao crédito. Nesse sentido, Bastos (2006) questiona o crescimento no número de beneficiários do programa e a distribuição dos recursos alegando que

[...] mais da metade desses contratos é referente à crédito retroativo, ao qual tem acesso apenas os agricultores já consolidados, que já acessavam o crédito tradicionalmente. Além disso, os financiamentos foram concentrados em poucas culturas, justamente as mais comerciais, e em algumas regiões cujo dinamismo rural possa ampliar essa participação da agricultura familiar (BASTOS, 2006, p. 72).

Dessa forma, considerando que os empréstimos têm de ser pagos, parece haver um certo exagero por parte do Ministério de Desenvolvimento Agrário em afirmar que o PRONAF promove a “inclusão social”. Os recursos estão dentro da lógica do capital, principalmente do capital financeiro. Logo, “inclusão” parece não ser o termo mais adequado, tendo em vista que os recursos financiam a produção, que, por sua vez, é dependente de insumos externos, beneficiando também o capital industrial e comercial.

Não se quer dizer que essa política pública não é apropriada para a agricultura familiar, apenas que seus mentores se excedem no discurso ao deixar entender que tudo é “perfeito” e realizado em nome do “bem estar” dos agricultores familiares.

Vilela (1997), por sua vez, entende que o PRONAF, apesar de beneficiar uma parcela dos agricultores familiares, está profundamente influenciado pela concepção do Banco Mundial de uma agricultura de terceiro mundo, no contexto da Nova Divisão Internacional do Trabalho, que vem sendo desenhada nos últimos anos, em que alguns países desenvolvidos, principalmente da União Européia, passaram de importadores a exportadores de produtos agrícolas.

Embora não esteja explicitado nos documentos oficiais, a concepção de um novo modelo de agricultura brasileira, baseado na agricultura familiar, não parece supor uma agricultura protagonista do desenvolvimento econômico, inserida de maneira competitiva no cenário transnacional e sim uma política de desenvolvimento rural que se propõe a reduzir os drásticos níveis de pobreza que a tem caracterizado, tornando o novo cenário de acumulação de capital menos desumano e mais verde (VILELA, 1997, p. 17).

Em se tratando das políticas públicas de desenvolvimento rural do Estado de Santa Catarina, Mior (2005) lembra que, a partir de 1990, também houve um alinhamento na política de pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural desse estado com as diretrizes do Governo Federal, condizentes com o processo de desregulamentação da economia e diminuição da participação do estado dentro do modelo neoliberal.

Para implementar a nova política de desenvolvimento rural, as esferas de Governo Federal, Estadual e Municipal passam a dividir responsabilidades (previstas na

Constituição Federal de 1988). Assim, o que se observa é o estímulo às iniciativas locais e as parcerias público privadas, na busca de soluções para os problemas locais e regionais. Comentando sobre a questão, Mussoi (2003, p. 229) ressalta que a política de desenvolvimento rural, centrada na gestão participativa “mostra-se insuficiente na medida em que o ideário tecnocrático-centralizador, autoritário e antidemocrático ainda se faz muito presente na cultura político-institucional nacional”.

Para viabilizar a nova estratégia, o PRONAF definiu que deveria ser montada uma nova estrutura “para o gerenciamento e acompanhamento do programa através da criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, Conselhos Estaduais e Nacionais e as Secretarias Executivas Estaduais e Nacionais do Pronaf” (VILELA, 1997, p. 14).

A criação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural<sup>16</sup> nos municípios deu-se como condição para que os mesmos recebessem recursos do PRONAF referentes à “linha” de infra-estrutura e serviços. De acordo com Mior (2005), a linha de atuação do PRONAF infra-estrutura e serviços abrange o apoio financeiro e técnico, sem reembolso, aos municípios rurais pobres e que tenham grande concentração de agricultores familiares para implantação, ampliação, modernização e realocação de infra-estrutura e serviços necessários.

Abramovay (2003) faz uma crítica em relação aos Conselhos de Desenvolvimento Rural. Para esse autor, os Conselhos são formados como contrapartida à exigência legal para obtenção de recursos públicos e não expressam uma dinâmica local significativa. Além disso, parece haver um distanciamento entre as duas principais linhas do PRONAF, em que “os benefícios derivados do Pronaf infra-

---

<sup>16</sup> De acordo com informações obtidas no site [http://www.pronaf.gov.br/quem\\_somos/perguntas.htm](http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas.htm), o CMDRS é formado por representações/instituições de agricultores familiares, e por instituições que atuam no município. Pelo menos 50% de seus membros devem ser agricultores familiares. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural tem por finalidade analisar e aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR, sugerir mudanças nas políticas municipais, estaduais e federais, promover articulações para implementação do Plano, e auxiliar no acompanhamento e fiscalização da boa aplicação dos recursos públicos.

estrutura não parecem integrar-se organicamente às iniciativas dos agricultores que tiveram acesso ao crédito” (ABRAMOVAY, 2003, p. 58).

Outro problema diz respeito à baixa participação da comunidade nas reuniões do conselho e o “despreparo” dos agricultores familiares em desempenhar o papel de conselheiros com poder de decisão. Abramovay (2003, p. 61) lembra que não existem grandes dificuldades em se transferir, do Governo Federal para o plano local, regras formais, estruturais administrativas e alguns procedimentos burocráticos. “ O problema é que não se transferem, num passe de mágica, valores, comportamentos, coesão social e sobretudo a confiança entre os indivíduos que os estimulam a tomar em conjunto iniciativas inovadoras”.

Os agricultores familiares precisam tomar consciência da importância da sua participação nas discussões e decisões efetivadas pelos conselhos para o desenvolvimento rural. Desenvolvimento este que não deve se limitar ao econômico, mas principalmente estender-se ao social. Para isso, o mais importante

[...] é descobrir os potenciais de geração de renda existentes num determinado território e que vão muito além daqueles contidos estritamente no crescimento da agropecuária. Isso supõe que os conselhos de desenvolvimento não se confinem ao universo restrito dos agricultores e que suas pautas contemplem possibilidades de geração de renda que a agropecuária por si só é incapaz de permitir (ABRAMOVAY, 2003, p. 75).

Diante das transformações do espaço rural, é imprescindível associar o trabalho ao conhecimento na tentativa de oferecer um horizonte promissor aos jovens. É necessário, segundo Abramovay (2003), transformar a experiência de gestão de unidades produtivas agropecuárias em fonte de estímulo ao empreendedorismo, à criação de novas organizações econômicas que não sejam a pura repetição daquilo que os pais já faziam. Disso depende uma assessoria consistente de organizações especializadas aos conselhos, que poderá vir das universidades, dos colégios agrícolas, do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), de associações comerciais e de um variado conjunto de entidades sensíveis aos potenciais que o espaço rural oferece ao processo de desenvolvimento. É importante

também que os atores sociais locais aliem-se com atores externos a eles, buscando soluções regionais, pois,

[...] tão importante quanto a confiança entre os membros de uma certa localidade é a capacidade de ampliar as relações sociais fazendo da coesão interna uma alavanca para aproveitar oportunidades que o próprio município, por seu próprio tamanho, é incapaz de oferecer (ABRAMOVAY, 2003, p. 71).

Esse raciocínio se aplica principalmente aos pequenos municípios que têm dificuldades de gerir seu desenvolvimento internamente. Na mesma perspectiva, Veiga (2003) sente a necessidade de um plano estratégico de desenvolvimento rural sustentável, que contenha diretrizes, objetivos e metas, que favoreçam sinergias entre a agricultura e os setores terciários e secundários das economias locais. Entretanto uma fixação positiva dessas diretrizes, objetivos e metas só acontecerá se conseguirem articulações locais com os demais municípios da microrregião.

## **2.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL COM GESTÃO PARTICIPATIVA : O MICROBACIAS EM SANTA CATARINA**

Em Santa Catarina, além do PRONAF, há outro programa de desenvolvimento rural, com gestão participativa, denominado Microbacias. Trata-se de um Programa de alcance nacional, criado através do DECRETO FEDERAL Nº 94.076 de 1987 e executado por órgãos e entidades pertencentes à Administração Pública Federal, sendo gradualmente descentralizado mediante a transferência, disciplinada em convênio, de encargos e recursos para os Governos dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios.

A descentralização das ações do Programa está condicionada à constituição de Comissões Locais de Coordenação, integradas por representantes dos governos

municipais e dos produtores rurais, cujas atividades e projetos devem ser compatibilizados, em cada Estado, Território ou Distrito Federal, por Comissões vinculadas a seus respectivos Governos (DECRETO FEDERAL Nº 94.076/1987).

Apesar do Programa ter sido criado em 1987, apenas na década seguinte, ele ganhou força. Isso, porque “a costumeira falta de recursos e a ineficiência administrativa, somada aos conflitos políticos e aos interesses particulares dominantes, dificultaram a operacionalização do programa” (SIMON, et al., 2005, p. 75). Na década de 1990, um convênio firmado com o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) fez alavancar o programa, elegendo a conservação dos recursos naturais como prioridade.

Visando a interromper o processo de esgotamento dos recursos naturais e objetivando o aumento do resultado econômico e financeiro da agricultura catarinense, a primeira etapa do Programa Microbacias, realizada entre os anos 1992 e 1998, propôs um projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais nas Microbacias Hidrográficas. O Projeto previu executar trabalhos em 520 das 1.683 microbacias hidrográficas e atingir 80.900 produtores rurais, em 143 municípios, nos sete anos de sua execução.

De acordo com informações obtidas no site do Programa<sup>17</sup>, além dos estímulos a adoção de tecnologias de manejo do solo, o projeto possibilitou ações nas áreas de reflorestamento, saneamento ambiental, adequação de estradas, pesquisa e desenvolvimento, extensão rural e proteção dos recursos naturais. Apesar do Programa Microbacias ter representado um avanço na política de desenvolvimento rural catarinense, verificam-se algumas limitações.

Quando o Microbacias foi preparado, suas metas foram estabelecidas supondo uma adoção linear de 35% para o conjunto das práticas propostas, porque na ocasião eram insuficientes as informações sobre o comportamento das tecnologias propostas nas condições de solo e clima de Santa Catarina e de sua aceitação por parte dos produtores. [...] Dadas, portanto, as limitações iniciais e considerando as dificuldades que os produtores tiveram com a

---

<sup>17</sup> <http://microbacias.sc.gov.br>

política econômica desfavorável ao setor agrícola, os resultados apontados pela pesquisa de avaliação final permitem concluir que o Projeto Microbacias apresentou resultados bastante favoráveis (Instituto Cepa/SC, 1999, p. 94-95).

No estado de Santa Catarina, o projeto Microbacias encontra-se na sua segunda etapa (2002-2008) e tem como principal objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia, estimulando uma maior organização e participação no planejamento, gestão e execução das ações. O projeto abrange todo estado, atendendo 879 microbacias hidrográficas.

O projeto atende, prioritariamente, pequenos agricultores familiares com renda de até 3 salários mínimos por mês, os empregados rurais e populações indígenas, totalizando 105 mil famílias residentes nas microbacias. Para o período de 2002 – 2008 o projeto está orçado em U\$ 107,5 milhões, sendo 59% financiado pelo BIRD e 41% com contrapartida do Estado de Santa Catarina. Dentre as metas do Projeto Microbacias 2, como é chamado na segunda etapa, estão

Em manejo e conservação de recursos naturais:

- Implantação da estrutura de gestão em três bacias hidrográficas abrangendo uma área de 8,4 mil km<sup>2</sup>;
- Implantação de dois corredores ecológicos abrangendo uma área de 4,2 mil km<sup>2</sup>;
- Implantação de sistemas de coleta de dejetos animais em 16.500 propriedades;
- Manejo e conservação do solo e água, em 250.000 hectares, beneficiando 50.000 famílias;
- Implantação de mata ciliar em 2.000 km;
- Implantação do Programa de Educação Ambiental em 1.000 escolas rurais, atingindo 92.850 pessoas entre agricultores, professores e escolares;

- Consolidação da Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Em melhoria de habitação:

- Implantação de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água beneficiando 30.000 famílias;
- Destinação adequada de efluentes domésticos beneficiando 14.500 famílias;
- Reforma de moradias beneficiando 15.000 famílias.

Em melhoria de renda:

- Implantação de 2.350 projetos de agregação de valor, beneficiando 50.000 famílias;
- Melhoria do sistema de produção em 40.000 propriedades;
- Implantação e aquisição de insumos e serviços.

Muitas dessas ações já foram implementadas pelas ADM (Associação para o Desenvolvimento da Microbacia)<sup>18</sup> e/ ou estão sendo executadas. O Microbacias 2 é considerado um projeto inovador pelo fato de a comunidade definir as ações de acordo com suas necessidades mais urgentes. Organizadas através de Grupos de Animação<sup>19</sup> e de Associações de Desenvolvimento, as famílias têm voz ativa e poder de decisão. Teoricamente, jovens, mulheres, homens e idosos têm a oportunidade de definir o plano de desenvolvimento da Microbacia, a qual pertencem e planejam propostas de melhorias comunitárias, grupais ou individuais.

---

<sup>18</sup> Em cada microbacia existe uma Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM). Sua diretoria, eleita democraticamente pelas famílias rurais envolvidas, é composta por moradores da microbacia trabalhada. A Associação será responsável pela elaboração e execução do plano de desenvolvimento da microbacia e pelo gerenciamento dos recursos a serem mobilizados para a implementação dos projetos específicos.

<sup>19</sup> É um grupo de pessoas, em geral com liderança na comunidade, responsável pela sensibilização e mobilização das famílias na elaboração e implementação participativa do plano de desenvolvimento sustentável da microbacia trabalhada.

De acordo com publicação da Secretaria Executiva do PRAPEM/MICROBACIAS 2 (2007), os jovens integram o grupo prioritário do Programa. O direito a participar do processo de gestão do plano de desenvolvimento da microbacia e gerir projetos daí decorrentes proporcionam aos jovens uma melhor auto-estima.

Devemos estimulá-los a se sentirem capazes de dar sua contribuição pessoal para um projeto coletivo. É importante que eles façam parte das ações, que tenham oportunidade de praticar suas idéias e de tomar parte nas decisões que visam a mudar uma situação indesejada ou a buscar soluções para melhorar as condições de vida dos moradores das microbacias. É gratificante para os jovens ver o produto realizado, constatar a evolução ou a melhoria de uma situação, ver pessoas beneficiadas com o trabalho e se sentir útil e inovadores (PRAPEM/MICROBACIAS 2, 2007, p. 15).

O poder de autonomia auferido aos jovens poderá, de fato, estimulá-los a novas iniciativas e a permanecer no campo. Entretanto, resta saber se essa política de desenvolvimento rural sustentável é, de fato, tão eficaz e participativa quanto é apresentada nos relatórios oficiais, pois, como lembra Simon et al. (2005, p. 83), a mudança metodológica e de instrumentos exigida impõe um enorme desafio à extensão rural das microbacias hidrográficas, “uma vez que não se trata somente de uma mudança de paradigma relacionada com o manejo dos recursos naturais, mas de uma mudança de época (paradigma societário), da qual faz parte”.

Por uma questão cultural e/ ou habitual, muitos agricultores familiares encontram resistência à auto-gestão e à implantação de práticas de manejo mais ecológicas, como se verá mais adiante, na pesquisa de campo.

Sendo assim, entende-se que o desenvolvimento rural, dito sustentável, que está no foco das políticas públicas, incluindo-se aí o Programa Microbacias, é um tema polêmico e alvo de muitos questionamentos. Embora não seja objetivo deste estudo aprofundar a temática, no tópico seguinte, serão apresentadas algumas considerações.

### 2.2.1 A expressão “desenvolvimento sustentável”: breves considerações

A expressão desenvolvimento sustentável ganhou força no debate internacional a partir de 1990, tendo como sustentáculo discursivo três princípios gerais: justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica. A noção de desenvolvimento sustentável ganhou notoriedade, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Naquela ocasião, o modelo desenvolvimentista passou a ser questionado pelas conseqüências ambientais nefastas, surgindo, no plano das discussões, primeiramente, a noção de ecodesenvolvimento, que, em meados de 1980, cedeu espaço à expressão desenvolvimento sustentável.

Na década de 1970, quando teve início o discurso ambientalista, a “preocupação” ambiental se restringia à poluição das cidades, ignorando problemas ambientais relacionados ao meio rural, como desmatamento, erosão, poluição de rios pelo uso de fertilizantes e herbicidas, entre outros. A partir de 1990, o adjetivo “sustentável” se estendeu ao espaço rural, voltando-se não apenas aos problemas ambientais, mas também aos socioeconômicos, que impactavam de forma negativa, principalmente, nos países em vias de desenvolvimento, dentre eles, o Brasil.

Assim, gradativamente, as políticas agrícolas passaram a incorporar esse “paradigma” como estratégia de desenvolvimento. Entretanto, percebe-se que há muito mais teoria do que prática nesse campo, sendo necessário ampliar o número de beneficiários nas “ditas” políticas de desenvolvimento rural sustentável. Em relação aos agricultores familiares, além de exigir políticas públicas eficazes e condizentes com sua realidade, devem exigir o cumprimento das leis, a fim de que sejam colocadas em prática, na íntegra.

A região oeste de Santa Catarina também passou a demandar um novo modelo de desenvolvimento rural. Nesse sentido, um estudo<sup>20</sup> realizado em 1996 por

---

<sup>20</sup> TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L.C.; BALDISSEIRA, I.T.; CORTINA, N. O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Propostas para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247 p.

pesquisadores do Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades (CPPP/EPAGRI) diagnosticou a crise socioeconômica e ambiental naquela região. A partir das constatações, o estudo propôs novos rumos para o desenvolvimento, visando à sustentabilidade econômica, social e ambiental do espaço rural e particularmente da agricultura familiar. Defendendo a diversificação produtiva como alternativa à produção familiar, os autores sugeriram uma série de medidas, da qual se compartilha, a fim de alcançar o desenvolvimento rural sustentável regional.

Partindo do princípio de que os problemas enfrentados pelos agricultores nem sempre podem ser solucionados somente através da agricultura, Testa et al. (1996) propõe a integração dos três setores da economia. Além de fornecer os insumos, serviços diversos, comercialização e industrialização dos produtos agrícolas, os setores secundário e terciário precisam voltar sua atenção para a absorção da mão-de-obra excludente da agricultura.

A partir da instalação de módulos industriais descentralizados, há possibilidade de ocupação de mão-de-obra rural em tempo parcial (de uma pessoa ou parte da família) em atividades não agrícolas. Esse sistema interessa sobretudo aos agricultores que não possuem terra e capital suficientes para proporcionarem uma vida digna para a família só com a produção agrícola. Com isso também diminui-se a pressão demográfica sobre os recursos naturais facilitando seu uso sustentável (TESTA et al., 1996, p. 29).

No setor agropecuário, a diversificação é a opção estratégica que melhor permite obter um alto grau de dinamismo, flexibilidade e competitividade econômica frente aos mercados globalizados. A produção familiar diversificada, segundo Testa et al. (1996), melhora o aproveitamento da mão-de-obra e terra ao longo do ano e amplia a capacidade de enfrentar riscos, decorrentes das variações nos preços dos produtos ou de influências climáticas e de pragas e doenças. Além disso, avalia-se de forma positiva a interação entre as atividades agrícolas, decorrentes principalmente da agregação de valor e do melhor aproveitamento de subprodutos ou resíduos na propriedade.

Para garantir máxima produtividade dos produtos agrícolas, Testa et al. (1996) alerta para a importância de obedecer à capacidade de uso dos solos, já que grande

parte das terras do oeste catarinense não apresentam aptidão para culturas anuais. Sendo assim, “as áreas ‘liberadas’ abrirão um espaço potencial que pode ser ocupado economicamente com outras explorações, como: pastagem para bovinocultura de leite, fruticultura e reflorestamento” (TESTA et al., 1996, p. 30-31).

A bovinocultura de leite tem se mostrado uma atividade bastante promissora na região oeste catarinense, devido ao tamanho do mercado do leite e a adaptabilidade às condições dos solos, entretanto Testa et al. (1996) destaca a importância de se adotar medidas técnicas, creditícias e de legislação sanitária, que evitem a concentração da atividade nas mãos de poucos agricultores.

São muitas as atividades (agrícolas e não agrícolas) que podem oportunizar trabalho e renda para a agricultura familiar, porém é preciso verificar a viabilidade econômica e ambiental dos lugares.

A busca de novas opções requer, como primeiro passo, o conhecimento de “nichos” de mercado, seguido do zoneamento agroclimático, de estudos de viabilidade econômica e de um amplo trabalho de pesquisa, visando o desenvolvimento de tecnologia de produção das atividades selecionadas (TESTA et al., 1996, p. 32).

Por fim, os autores destacam a necessidade de se fazer intervenção pública para que ocorra desenvolvimento regional sustentável e não só apenas crescimento. Para Testa et al. (1996, p. 36), “intervenção se faz com planejamento, que indique premissas, diretrizes, prioridades e estratégias para atuação das instituições públicas e privadas, demarcando uma nova etapa da história da região.”

O município de Barra Bonita também participa da política de desenvolvimento sustentável, e a realidade da agricultura familiar será abordada no próximo capítulo.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS E ALTERNATIVAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS PARA OS PRODUTORES FAMILIARES EM BARRA BONITA**

Conforme Santos (1988), o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima, ou seja, a sociedade em movimento, pois, em seu entender “[...] a sociedade não é estática – mas sim dinâmica – a cada movimento da sociedade corresponde uma mudança de conteúdo das formas geográficas e uma mudança na distribuição do valor no espaço” (SANTOS, 1988, p. 16).

À semelhança do que ocorreu na região oeste catarinense, as explorações agrícolas familiares de Barra Bonita também absorveram as inovações tecnológicas, a partir de 1970, e as atividades agropecuárias se modernizaram. Com isso, surgiram novos processos sócio-espaciais, ocorreu degradação ambiental, aumentou o custo da produção e um grande número de agricultores familiares se descapitalizaram.

Atualmente, apesar das dificuldades, muitos agricultores ainda lutam para sobreviver e manter sua propriedade e para isso lançam mão de diversas estratégias de reprodução. De acordo com Lamarche (2003), os agricultores sempre utilizaram determinados recursos, alternativas, mecanismos, ou seja, determinadas estratégias, tais como migração, a busca de atividades não agrícolas, inserção nas atividades agroindustriais, entre outras, com vistas a assegurar a sua sobrevivência. Na verdade, as famílias adotam determinadas estratégias como respostas a pressões externas, ou seja, se metamorfoseiam sob necessidade de se reproduzirem.

### 3.1 CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS E DAS PROPRIEDADES

Apoiando-se em Lamarche (1998), entende-se que as explorações familiares não constituem um grupo social homogêneo. Segundo o autor, a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda essa diversidade, uma vez que, em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações diferenciam-se segundo condições de produção diferenciadas como superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, etc. Também em Barra Bonita, os agricultores possuem níveis diferenciados de tecnologias e inserção no mercado<sup>21</sup>.

De acordo com informações da Epagri local, o município de Barra Bonita possui 598 estabelecimentos e uma média de área de terra de 15 hectares por produtor rural. Os agricultores entrevistados são todos proprietários da terra, 40% deles adquiriram suas terras por meio de compra, 30% por herança e os outros 30% de forma mista, ou seja, parte herdou dos pais, parte adquiriu, posteriormente, através de compra.

Quanto ao tamanho das propriedades, 35% delas possuem menos de um módulo fiscal<sup>22</sup>, 45% possuem entre 20 a 39 hectares, e 20% detêm mais de 40 hectares. Apesar da reduzida área para trabalhar, 55% dos entrevistados acham que a terra é suficiente para atender as necessidades da família, tendo em vista o número de pessoas que vivem no estabelecimento.

Verificou-se, em 85% das propriedades amostradas, que o número de membros não ultrapassava 4 pessoas. Esse número é baixo se comparado com os antepassados que possuíam famílias numerosas. A vasta prole representava o “capital” mais importante do colono, que não encontrava dificuldades para assegurar o futuro

---

<sup>21</sup> Para realização da pesquisa de campo, foram entrevistadas 20 famílias de diferentes localidades do município, onde residia, pelo menos um rapaz ou uma moça com idade entre 14 e 25 anos. O número reduzido de entrevistas se deve à homogeneidade das informações, considerando-se desnecessário um número maior para traçar o perfil.

<sup>22</sup> O Módulo Fiscal é a proporção de terra capaz de garantir o sustento do agricultor e de sua família. As dimensões variam de acordo com a região e o tipo de exploração. Em Barra Bonita, o módulo fiscal é de 20 hectares.

dos filhos. No tempo presente, o reduzido número de membros pode ser explicado, em determinadas situações, pela saída dos filhos mais velhos que não encontram, pela exigüidade da área, espaço de trabalho, na propriedade. No caso de Barra Bonita, 35% das famílias informaram ter um filho ou filha que migrou para a cidade em busca de trabalho e/ ou para dar continuidade aos estudos.

Se por um lado alguns agricultores consideram a terra suficiente, de outro, 45% destacam a importância de ter mais terras, pois, para eles, "falta terra e sobra mão-de-obra", obrigando-os a arrendar "pedaços" de terra dos vizinhos. "O que nós temos não é suficiente, nós arrendamos mais 2 hectares [...] Se fosse depender só dessa terra aqui não dava pra viver" (agricultor nº 18). De forma semelhante, uma agricultora demonstrou-se preocupada com o futuro dos filhos, por não ter condições financeira de adquirir mais terras. "Que nem pra nós o que a gente tem até que dá, só que o filho, que está com 22 anos, ele queria casar e ter uma terra dele e nós não temos pra dar. Se for dividir aí fica pouco pra cada um, nós temos mais um filho em casa" (agricultor nº 13).

Outro caso que chamou a atenção foi de uma família com 4 pessoas, que pela insuficiência dos meios de produção, vendiam sazonalmente sua força de trabalho a outros estabelecimentos agropecuários. Segundo os depoimentos da família nº 6, a propriedade de 10 hectares não absorvia a mão-de-obra de toda família, principalmente porque a terra, segundo eles, era "bastante dobrada"<sup>23</sup>, e nem toda área podia ser utilizada para o cultivo. Sendo assim, enquanto o casal se dedicava a algumas culturas de subsistência e à pecuária leiteira para produção artesanal de queijo, as filhas mantinham uma situação de assalariamento temporário, ou seja, trabalhavam como diaristas em outros estabelecimentos agropecuários.

Nas propriedades onde "falta terra e sobra mão-de-obra" as situações apresentadas acima são bastante comuns, principalmente enquanto os filhos estão estudando. Passada essa etapa, se os pais não têm terra suficiente para repartir entre

---

<sup>23</sup> A expressão "terra dobrada", mencionada pelo entrevistado, referem-se às condições topográficas e pedológicas desfavoráveis. Com base no Atlas Escolar de Santa Catarina (1991), os solos do município são Litólicos, ou seja, solos rasos de fertilidade natural variável. O relevo bastante acidentado e a presença constante de pedras na superfície são fatores que limitam sua utilização agrícola.

os filhos, nem condições financeiras de adquirir outra, a principal estratégia adotada pelos jovens é a migração para as cidades em busca de trabalho e independência econômica.

É evidente que a quantidade e a qualidade da terra não representam fator limitante para a migração, pois existem outras aspirações<sup>24</sup>, mas, sem dúvida alguma, o fator “terra” interfere significativamente na decisão, principalmente, no caso dos rapazes.

### **3. 2 A DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS**

As dificuldades impostas pelo mercado para comercialização dos produtos agropecuários têm levado muitos produtores rurais a diversificar a produção, buscando alternativas de trabalho agrícola.

Em relação às culturas anuais, de acordo com informações do Escritório Municipal de Agricultura de Barra Bonita, destacam-se o milho, produzido em 89% dos estabelecimentos; o feijão, em 48% dos estabelecimentos e o fumo, em 44% dos estabelecimentos. A produção fumageira se desenvolve no sistema de integração e utiliza grandes quantidades de insumos químicos. Constatou-se, na pesquisa de campo, que 80% dos entrevistados produziam milho para a subsistência e para alimentar os animais, e, apenas 20% para vender no mercado. O mesmo acontece com a produção de feijão, 70% das propriedades cultivam o produto visando, principalmente, suprir as necessidades da família, sendo o excedente comercializado.

---

<sup>24</sup> Nem todos os jovens se identificam com a atividade agrícola. A ausência de férias e de fins de semana livres, rendimentos irregulares, trabalho árduo, entre outros, constituem-se num entrave para o desempenho da atividade. Na concepção de alguns jovens, a cidade, diferentemente do campo, oferece “facilidades” e “estabilidade” em termos de trabalho e renda.

Das famílias entrevistadas, 95% utilizavam insumos químicos na produção, alegando não ser mais possível produzir sem esses aditivos. “Hoje em dia não se consegue plantar mais nada sem veneno. Tem que usar três, ou até mais tipos de veneno numa lavoura de milho, senão não dá, as pragas comem tudo e não dá nada [...]” (agricultor nº 18).

É evidente que com o uso de produtos químicos aumentam os custos de produção e acelera-se o processo de degradação ambiental, alimentando um círculo vicioso: quanto mais agrotóxico, mais resistentes se tornam as pragas e, conseqüentemente, há necessidade de ampliar a dosagem dos referidos produtos. Apenas um agricultor, dentre os entrevistados, disse não mais fazer uso desses insumos. Trata-se de um ex-produtor de fumo, que desistiu da atividade, após se intoxicar e ter graves problemas de saúde.

Em Barra Bonita, os agricultores entrevistados, em sua maioria, passaram a utilizar os pacotes tecnológicos na produção agropecuária, após 1980. Admitem terem se tornados dependentes das tecnologias industriais, o que elevou o custo de produção. De acordo com Silva (1982, p. 137)

A tecnificação ocorre na maioria das vezes por imposição do grande capitalista comprador, que exige uma padronização da produção; ou por necessidade inerentes do próprio tipo de cultivo, pois a grande maioria das culturas que os pequenos são pressionados a plantar (tomate, uva, fumo, hortifrutigrangeiros, etc) só são altamente produtivas quando acompanhadas de um verdadeiro ‘pacote tecnológico’, o qual, por sua vez, é uma imposição do grande capital industrial, que produz os chamados ‘insumos modernos’.

A suinocultura foi incorporada pelos produtores familiares de Barra Bonita como especialização produtiva mercantil. Essa atividade, nas décadas de 1970 e 1980, tornou-se a principal alternativa de renda dos agricultores, mas o número de produtores reduziu-se significativamente pós 1990, tanto no município como em toda a região oeste, como mostram diversos pesquisadores, entre os quais Mior (2005).

As sucessivas mudanças tecnológicas, aliadas à elevação nos custos de produção e a perda de autonomia do produtor no processo decisório, excluíram da

atividade uma parcela considerável de suinocultores em Barra Bonita. De acordo com informações do Escritório Municipal da Agricultura de Barra Bonita, atualmente apenas 0,5% dos produtores rurais continuam no sistema de integração. Questionado a respeito das dificuldades enfrentadas na criação, um suinocultor assim se manifestou:

O maior problema que a gente tem aqui é a exigência das empresas, exigem cada vez mais, é exigência ambiental, é exigência sanitária e a gente precisa estar sempre investindo, fazendo dívida, não pára nunca. A gente tem medo de um dia não conseguir mais acompanhar as exigências (agricultor n° 7).

O alto custo de produção aliado ao esgotamento do solo, a baixa produtividade e as exigências das empresas processadoras da matéria-prima fez com que grande parte dos produtores de suínos optassem por outras alternativas de produção, sobressaindo-se a bovinocultura de leite, substituta da suinocultura.

A atividade leiteira foi eleita como estratégia para inserção da agricultura familiar e uma das alternativas para o desenvolvimento da região oeste catarinense, contando com o apoio das políticas públicas tanto para os produtores rurais como para as agroindústrias processadoras (MIOR, 2005). No município de Barra Bonita, a atividade leiteira despontou após 1990, como nova alternativa de renda e é hoje explorada em 90% das propriedades amostradas, estando os produtores também integrados aos laticínios. Embora seja produzido em pequena escala, o leite é, para muitas famílias, a única fonte de renda. Para outras, é uma renda complementar, mensal, que auxilia nas despesas da família e da unidade produtiva.

A tecnologia utilizada na atividade leiteira (material genético, alimentação das matrizes, instalações e manejo da criação) apresentam variações nas propriedades do município de Barra Bonita. Apesar dos laticínios estabelecerem critérios de higiene e “sugerirem” a adoção das tecnologias modernas, como ordenhadeiras e, principalmente, tanques de resfriamento de leite, ainda não é fator limitante para a compra. No entanto, teme-se que a atividade leiteira siga o processo de especialização produtiva da suinocultura, o que reduziria, com o passar dos anos, a oferta do produto a um pequeno número de produtores especializados.

O temor sustenta-se na Instrução Normativa nº 51, que o Ministério da Agricultura publicou em 2002. Essa Instrução Normativa estabelece critérios de higiene, de manejo sanitário, de armazenamento e transporte do leite. Pelas novas regras, o leite de cada propriedade será avaliado regularmente em laboratórios credenciados. Caso seja constatado um alto nível de contaminação por bactérias, presença de antibiótico, pesticida e outras impurezas, assim como baixo teor de gorduras e proteínas, o produto não poderá ser comercializado.

Apesar da Normativa ter sido publicada em 2002, ainda não foi totalmente implementada. O prazo limite para os produtores do sul do Brasil, incluindo-se Barra Bonita, adequarem o produto às novas exigências é 2011 (Anexo I). É importante esclarecer que a Normativa 51 não exige (diretamente) a construção de infra-estruturas e equipamentos modernos, apenas leite de qualidade. Segundo técnico do laticínio Promilk em Barra Bonita: “Mais importante é que os agricultores tenham higiene na ordenha e façam o resfriamento rápido do leite, isso garante a qualidade do produto. Qualidade que pode ser alcançada até com ordenha manual”.

Entretanto entende-se que uma ordenha mecânica associada a um tanque de resfriamento por expansão direta, auxilia significativamente na obtenção do “leite de qualidade”, exigido pelo laticínio, uma vez que a temperatura mais baixa inibe a multiplicação de bactérias, reduzindo a possibilidade de contaminação. Comparado a outros sistemas de resfriamento, inclusive o tanque de resfriamento por emersão, o princípio de expansão direta proporciona melhor eficiência de resfriamento.

Neste caso, quando a Normativa for totalmente implementada, acredita-se que essa tecnologia poderá auxiliar na adequação às novas regras, principalmente no que diz respeito ao nível mínimo de contaminação por bactérias e outras impurezas. A dificuldade, entretanto, está no acesso, tendo em vista o alto custo do equipamento.

Na seqüência, as figuras 2, 3 e 4 ilustram as diferentes características produtivas da pecuária leiteira no município de Barra Bonita.

**Figura 2: Ordenha manual**



Fonte: Pesquisa de campo/ foto: Nádia Stürmer (2007)

**Figura 3: Ordenha mecânica em instalações simples**



Fonte: Pesquisa de campo/ foto: Nádia Stürmer (2007)

**Figura 4: Ordenha mecânica em sala especializada**



**Fonte: Pesquisa de campo/ foto: Nádia Stürmer (2007)**

Quanto à comercialização, a maioria dos agricultores entrevistados, ou seja, 71% vendem o leite para Laticínio Terra Viva<sup>25</sup>, 17% para Laticínio Tirol, 6% para a Promilk e 6% beneficia o leite em casa, produzindo queijo e vendendo direto ao consumidor.

Questionados a respeito das dificuldades enfrentadas no campo, os agricultores, na sua totalidade, demonstraram-se insatisfeitos com o preço pago pelos produtos, oscilação dos preços e o alto custo dos insumos. Para eles, a produção agrícola está se tornando insuficiente para manter a família, sendo necessário buscar alternativas de trabalho para ampliar renda. Comparando o leite com outras atividades foi comum ouvir a frase: “O leite é que salva nós aqui”. Apesar de também haver oscilação no preço do leite, segundo os produtores, a dependência de insumos externos é menor nesta atividade, o que a torna mais rentável em relação a outras.

---

<sup>25</sup> A Laticínio Terra Viva foi construída em 1996 em São Miguel do Oeste e pertence à Cooperativa Regional Oeste da Reforma Agrária (CooperOeste). Foi o primeiro empreendimento agroindustrial dos assentados de reforma agrária em Santa Catarina e conta atualmente com cerca de 665 sócios e mais de 2000 famílias de pequenos agricultores, a maioria deles não pertencem aos assentamentos, como é o caso dos agricultores familiares de Barra Bonita.

Outro aspecto que interfere positivamente na opção pela pecuária leiteira é o fato dela ocupar uma parte da força de trabalho familiar e gerar uma renda monetária mensal e estável. Em relação ao rebanho, observa-se que ele representa “um patrimônio, uma poupança a ser utilizada na forma de novos investimentos produtivos, no atendimento de alguma situação emergencial ou na realização de algum projeto familiar” (NORDER, 2006, p. 71).

Para ampliar a renda e viabilizar sua permanência no meio rural, além das tradicionais produções animais e vegetais alguns agricultores vem investindo comercialmente, embora em escala reduzida, em piscicultura, ovinocultura, apicultura, silvicultura, entre outros.

### **3.3 AS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: COMPLEMENTO DA RENDA FAMILIAR**

Enquanto algumas famílias de agricultores buscam complementar a renda desenvolvendo atividades associadas à agropecuária, em outras, alguns de seus membros têm uma renda complementar fora do estabelecimento, através do trabalho não agrícola. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural é chamada de agricultura em tempo parcial ou pluriatividade.

[...] as famílias pluriativas são aquelas que se caracterizam pela combinação de atividades agrícolas com outras não agrícolas por pessoas que pertencem a uma mesma família e residem no meio rural. Para que a família seja considerada pluriativa, considera-se que pelo menos um de seus membros exerça a combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas (SCHNEIDER et al., 2006, p. 146).

Cazella (2001) considera a pluratividade uma estratégia de reprodução alternativa para a ampliação da renda familiar, ocorrendo quando alguém da unidade familiar exerce uma atividade remunerada não agrícola fora do estabelecimento ou no

seu interior. Para Blanc<sup>26</sup> (apud CAZELLA, 2001, p. 2) “a pluratividade poderia ser considerada uma adaptação do setor agrário às grandes transformações macroeconômicas, em que as famílias agrícolas, visando diversificar suas fontes de rendas, duplicam suas atividades, e, às vezes, sua jornada de trabalho”. A pluriatividade, de acordo com Mattei (2004), pode ser uma condição para manter a população no campo e também para viabilizar as unidades produtivas familiares que não conseguem responder igualmente às demandas do mercado, sustentando-se exclusivamente nas atividades agrícolas.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas é um mecanismo que se coloca como alternativa de renda para a população rural. Das famílias entrevistadas em Barra Bonita, 35% tinham algum membro que desenvolvia atividade não agrícola mesmo morando no estabelecimento. Chama a atenção, nesse caso, o fato de 62% dessas famílias terem pessoas ocupadas no serviço público municipal. Na realidade, o maior gerador de emprego na sede do município é a prefeitura, que gera cerca de 140 postos de trabalho, número expressivo para uma população de 2064 habitantes. De acordo com os depoimentos, mais pessoas fariam a opção se tivessem mais oportunidades de trabalho não agrícola. As atividades secundárias e terciárias são incipientes, pois o município ainda é muito jovem.

Indagados a respeito das motivações que levam membros da família a buscar atividades fora da agricultura, os entrevistados se manifestaram da seguinte forma: “É uma forma de complementar a renda e muitos saem, porque não têm trabalho para todos na propriedade e os rendimentos são poucos para muitos” (agricultor nº 6). “Depender só da colônia, do que a gente produz aqui na roça não dá, a gente gasta muito para produzir, por isso a gente vai atrás de outras coisas para complementar a renda” (agricultor nº 20). Percebeu-se, com base nos depoimentos, que a queda das rendas agrícolas acaba por estimular a busca de fontes adicionais de ingresso econômico para assegurar o atendimento das necessidades familiares.

---

<sup>26</sup> BLANC, M. (1987) Pluractividad y movilidad del trabajo: un enfoque macroeconómico. In: Arkleton Research. Cambio Rural em Europa. Colóquio de Montpellier, p. 89-109.

Com base nos dados analisados, é possível inferir que a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas numa mesma família implica renda mais elevada e conseqüentemente, melhor qualidade de vida. No entanto, entende-se que a melhoria na renda não deve servir de estímulo para o abandono da agricultura, até mesmo, porque a renda não agrícola, dissociada da agrícola, não produziria os mesmos resultados. Ao abandonar definitivamente a atividade agrícola, muitos produtos de subsistência passariam a ser adquiridos fora da propriedade, o que acabaria elevando os gastos com alimentação e conseqüentemente, diminuiriam também os rendimentos totais.

A prática associada de atividades agrícola e não agrícolas no espaço rural não é um fenômeno recente, desde os primeiros anos de colonização, no sul do Brasil, os agricultores desenvolviam múltiplas atividades, a fim de se reproduzirem. Pela dificuldade de acesso ao mercado, os agricultores, por si sós, produziam e beneficiavam seus próprios alimentos, fabricavam instrumentos de trabalho, roupas, entre outros.

A partir da segunda metade do século XX, com o desenvolvimento de novas tecnologias, os agricultores foram gradativamente sendo forçados a especializar sua produção. Com isso, campo e cidade passaram a ter funções específicas e os agricultores mudaram seu perfil, de produtores a consumidores de determinados produtos industriais produzidos nas cidades. Com a elevação no custo de produção e de vida, fruto do desenvolvimento do capitalismo no campo, alguns agricultores familiares vêm hoje diversificando a produção agrícola e/ ou adotando práticas não agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento, a fim de ampliar a renda. Se, no passado, essas atividades eram consideradas de subsistência, agora representam um trabalho que permite uma renda complementar.

Nesse sentido, Mior (2005) não concorda incluir como atividades não agrícolas as que se referem, por exemplo, à agroindústria. Para esse autor, incluir tais atividades entre as não agrícolas é desconsiderar todo processo de agroindustrialização de produtos, na propriedade do agricultor, que remonta às próprias origens da agricultura familiar. Evitando entrar no mérito dessa questão, acredita-se que, independentemente

de incluir ou não os processos de agroindustrialização nas atividades não agrícolas, a renda gerada por essa atividade garante e/ ou auxilia, na reprodução das famílias.

Constatou-se, na pesquisa de campo, que algumas famílias de Barra Bonita beneficiam, de forma artesanal, determinados produtos, como queijo, salame e cachaça, no próprio estabelecimento e vendem direto ao consumidor. Outros ainda vendem o excedente da sua produção: verduras, milho pipoca, milho verde, amendoim, mel, açúcar mascavo, galinha caipira, ovos, peixes ou fazem pães, cucas e anholine sob encomenda.

A venda dos produtos agropecuários direto aos consumidores tem sido uma prática recorrente de algumas famílias em Barra Bonita e vem estimulando a formação de Associações com vistas a agregar valor à produção. É o caso da Associação dos produtores do mel, que conta, atualmente, com dezoito associados. Os sócios pretendem construir uma mini-indústria para beneficiar o mel e expandir a comercialização do produto. Já dispõem do espaço físico e conseguiram adquirir uma centrífuga para extrair o mel. O esforço coletivo resultou na elaboração de um projeto solicitando financiamento para comprar os demais equipamentos e adequar as instalações às condições sanitárias exigidas. O Secretário de Indústria e Comércio do município e também membro da associação, Moacir Bernardi, descreveu a trajetória da associação na implementação da mini-indústria rural.

Um dos primeiros passos foi criar a Associação com estatuto, com CNPJ e a partir desse momento se começou a trabalhar a viabilização de equipamentos pra tirar o mel e também um local pra deixar essas máquinas e conseguir inspeção municipal e depois a SUASA que é uma inspeção federal. [...] então, depois que tiver o local e os equipamentos prontos, à gente vai pedir também essa inspeção [...] pois com o SUASA vai ser possível vender o mel de Barra Bonita em qualquer parte do país.

O Secretário se refere ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), criada pelo Governo Federal, em março de 2006. O Sistema Unificado elimina barreiras municipais para a venda de produtos das agroindústrias familiares, a partir da adoção um sistema único de inspeção, possibilitando, assim, a

comercialização de produtos vegetais e animais em qualquer parte do país, através do credenciamento de estados e municípios ao novo sistema. Hoje, os serviços de inspeção municipal, estadual e federal, atuam de forma isolada. Isso obriga os agricultores a comercializar o seu produto na área de abrangência em que ele foi inspecionado.

De acordo com informações obtidas no site da FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul), a implementação do SUASA é uma forma de fortalecer as agroindústrias familiares. A criação de um selo sanitário único pelo SUASA vai possibilitar a abertura e ampliação de mercado para as agroindústrias familiares, proporcionando melhorias na renda dos agricultores e agricultoras.

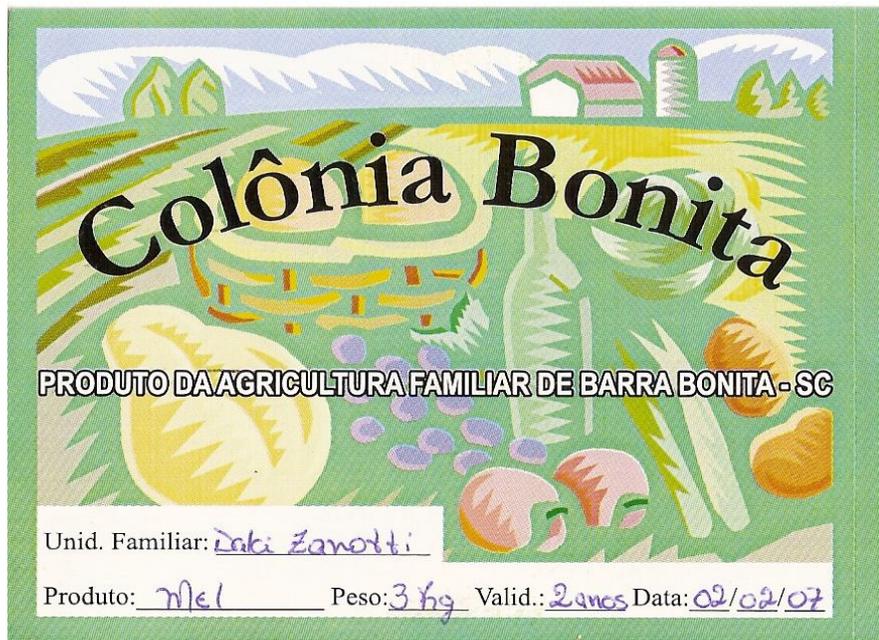
Enquanto a mini-indústria rural não inicia oficialmente suas atividades, os produtores vendem o mel direto aos consumidores do município. Entusiasmado, um produtor relatou suas expectativas:

Nos já vendemos o mel só que é em casa, em litro de refrigerante descartável e nos chegamos a vender mais de três litros por semana. É um dinheiro bom, fora de hora, vai bem. Agora nós já montamos uma associação, depois que tiver tudo pronto, que nós conseguirmos as máquinas e tivermos inspeção, vai ficar bom. Vamos poder vender mais e a gente vai precisar ampliar também [...] Depois que a casa do mel estiver pronta, vai funcionar assim: cada embalagem vai o nome do produtor do mel e por isso se eu vender um mel de má qualidade, o pessoal vai saber que é o meu mel e não vai mais querer. Então a gente vai sempre querer caprichar mais.

Além da Associação do mel, existe uma Associação formada por oito mulheres agricultoras que estão trabalhando com massas (pães,ucas e bolachas). A mini-indústria de massas já tem instalações próprias e no momento, as agricultoras estão reivindicando recursos para aquisição de novos equipamentos. “Nós estamos bem contentes, quase a gente não vence as encomendas, era bom se tivesse umas máquinas melhores, um forno maior também [...] vamos ver se a gente consegue, vai melhorar bastante a produção” (depoimento de uma sócia).

As mini-indústrias irão operar com a marca Colônia Bonita (Figura 5), patenteadada pela prefeitura e concedida aos interessados em agregar valor aos produtos de origem da agricultura familiar do município.

**Figura 5: Rótulo dos produtos coloniais de Barra Bonita**



Fonte: Escritório Municipal de Agricultura – Barra Bonita

Em relação à formação de mini-indústrias rurais ou agroindústrias familiares, Mior (2005) destaca como alternativa para a agricultura familiar a formação de redes horizontais de desenvolvimento rural. “Essas redes sociais são formadas basicamente por agricultores familiares (agora também proprietários de uma pequena unidade de beneficiamento e transformação) pequenos varejistas e consumidores locais” (MIOR, 2005, p. 226).

De acordo com Santos (2004), a tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. Elas trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. “Mas os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente construídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 2004, p. 287-288).

Como foi evidenciado, até o presente momento, o desenvolvimento rural vertical dominou o espaço rural nas últimas três décadas e é hora de promover novas redes de desenvolvimento, agora horizontais. Nesse sentido, Wilkinson<sup>27</sup> (apud MIOR, 2005) entende que a agricultura familiar deveria vir a ocupar um lugar de destaque em processos autônomos de agroindustrialização, como forma de fortalecer sua capacidade de reprodução social. O autor também ressalta a necessidade de políticas públicas em favor de várias formas de agroindustrialização, que abrangem desde o mercado informal até nichos de mercados relacionados a produtos orgânicos, artesanais e de qualidade diferenciada.

Para Mior (2005), existe mercado consumidor para os “produtos diferenciados” que a agroindústria convencional, pelo seu nível de especialização e/ ou padronização, não é mais capaz de atender. Assim,

Sob a égide da produção artesanal, ganham evidência características antes ofuscadas pela produção convencional. O cuidado com a produção de matéria-prima e com o seu processamento, o acompanhamento pessoal de todo processo e o contato direto com o consumidor denotam o surgimento e difusão de uma nova forma de ordenar a produção e consumo de alimentos (MIOR, 2005, p. 225).

Apesar da “rede” se amparar no saber-fazer tradicional, Radomsky (2006, p.122) entende que ela expressa um claro objetivo da inserção mercantil e a “associação é uma forma de estabelecer metas em conjunto, uma espécie de ação coletiva para qual as vendas no mercado é a finalidade principal”. Assim, as associações criadas no município de Barra Bonita têm por finalidade acessar os mercados e garantir a reprodução social das famílias.

Defendendo a agroindústria familiar como alternativa de trabalho e renda, Mior (2005) reconhece que os agricultores familiares têm encontrado uma série de dificuldades, a fim de legalizar seus empreendimentos agroindustriais, principalmente a partir de meados de 1990.

---

<sup>27</sup> WILKINSON, J. Regional Integration and the family farming in the Mercusul countries: news theoretical approaches as supports for alternative strategies. I. GOODMAN; WATTS. Globalising food: agrarian questions and global restructuring. London; New York, 1997.

A transformação da atividade de processamento de alimentos para a agroindústria familiar rural é vista como um dos maiores desafios para a consolidação desta nova estratégia de produção e consumo de alimentos. Várias são as exigências, que vão desde a questão fiscal, passam pela ambiental e, principalmente, sanitária, que estão sendo enfrentadas pelos agricultores familiares e suas representações (MIOR, 2005, p. 209).

Nesse sentido, alguns agricultores ainda resistem a possibilidades de terem legalmente uma unidade de beneficiamento, preferindo a produção e venda informal dos produtos, direto ao consumidor. É o caso de uma das agricultoras entrevistadas que fabricam queijo colonial.

Esses dias veio a moça da secretaria da agricultura pedindo se eu não queria montar uma fabriquinha de queijo, numa sala especial, com inspeção, que eles ajudariam nisso, mas eu não quis. Está dando certo assim, tenho minha freguesia, e eles gostam do queijo do jeito que eu faço. Se botar uma mini-indústria o gosto vai ficar diferente. E depois não quero aquele compromisso de ter uma mini-indústria, é muita burocracia (agricultora nº 6).

Essas informações vão ao encontro das obtidas por Mior (2005), segundo as quais, as agroindústrias familiares do oeste catarinense encontravam dificuldades de manter o “sabor colonial” dos produtos, quando aderiam às exigências da legislação sanitária, principalmente em relação à pasteurização do leite para fabricação do queijo.

A principal questão está na realização ou não da pasteurização do leite durante a etapa industrial para a produção de queijos. Embora seja uma exigência da legislação sanitária, muitos produtores não utilizam. O argumento usado é que a pasteurização tem como efeito a mudança do sabor do queijo, conferindo a este a perda do atributo colonial. Inclusive alguns produtores que estavam fazendo a pasteurização deixaram de fazê-la por receio de perda de clientes e de mercado. Um produtor, por exemplo, chegou a comentar a dificuldade de venda do queijo quando embalado como tipo colonial. O consumidor estaria dizendo que este não mais seria queijo colonial (MIOR, 2005, p. 292).

Apesar dessas e outras dificuldades, é possível implantar agroindústrias familiares no espaço rural, seja individual ou coletiva, através de cooperativas e associações, aproveitando-se de nichos de mercado. Mas para isso, é fundamental aliar conhecimento, capital, capacidade de empreender e reciprocidade no grupo. O

cuidado com a produção e com o beneficiamento permitem à agricultura familiar produzir produtos com qualidade diferenciada em relação às agroindústrias convencionais.

Percebe-se, com isso, que o desenvolvimento rural atual não pode se reduzir ao crescimento agrícola. Cada família rural deve buscar o seu “próprio” desenvolvimento no sentido de inovar de acordo com suas características internas e/ ou da região. Os agricultores precisam observar as potencialidades do lugar, os recursos sociais e naturais disponíveis na propriedade e no entorno, a fim de que seu produto, agrícola ou não agrícola, tenha aceitação no mercado<sup>28</sup>.

Apesar da incidência de atividades não agrícolas em alguns estabelecimentos, a agropecuária ainda representa a principal atividade econômica no município de Barra Bonita, dado o escasso nível de desenvolvimento de outros setores (comércio e indústria). Constatou-se que, em 75% das famílias entrevistadas, a principal fonte de renda é proveniente da pecuária leiteira, seja através da comercialização do leite, seja pela fabricação do queijo. Apenas 5%, (um entrevistado) admitiu ter na atividade não agrícola a principal renda. As demais famílias alternaram suas respostas entre aposentadoria (10%), piscicultura (5%) e avicultura (5%). Apesar de ter um avicultor entre os entrevistados, é importante destacar que a avicultura comercial é pouco praticada, se limitando a três famílias, no município.

Quanto à renda mensal, somando todas as atividades, 65% das famílias recebem aproximadamente de 1 a 3 salários mínimos<sup>29</sup>, e 35% recebem de 3 a 5 salários mínimos. Números consideráveis, se se levar em consideração que nenhuma dessas famílias têm despesas com aluguel de moradia e muitos dos produtos alimentícios são produzidos no próprio estabelecimento. No entanto, não se pode pensar no agricultor do presente com os mesmos níveis de consumo do agricultor do passado. Os custos de produção e de vida aumentaram significativamente, após a introdução das novas tecnologias. “Sabe, às vezes eu fico pensando, não sei se

---

<sup>28</sup> “Produto” aqui entendido como o que gera renda ao agricultor, seja um produto agrícola convencional ou um produto diferenciado como orgânico, artesanal ou colonial. Também pode ser entendido como mão de obra, no caso da pluriatividade ou um serviço, no caso do turismo rural.

<sup>29</sup> No período da pesquisa de campo, o salário mínimo era de R\$ 370,00.

antigamente os lucros na agricultura eram mesmo maiores ou se o custo de vida que era menor. Hoje a gente tem um custo de vida muito maior, e sustentar tudo isso não é fácil” (agricultora nº2). A agricultora se refere às despesas mensais que noutros tempos não existiam, como, por exemplo, gastos com energia elétrica, supermercado, material escolar, roupas e até mesmo água e telefone, em algumas famílias.

Por esse motivo, é importante frisar que a maioria das famílias encontra hoje dificuldades para acumular capital, adquirir mais terras e assim assegurar o futuro dos filhos no campo. Da mesma forma, é importante esclarecer que o fato de não ter encontrado, em campo, renda inferior a um salário mínimo se deve à inclusão, nesta pesquisa, de fontes de renda vindas de fora do estabelecimento, como aposentadoria e trabalho não agrícola.

### **3.4 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AÇÕES EM BARRA BONITA**

Barra Bonita tem se beneficiado das novas políticas de desenvolvimento rural a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF - e do Programa Microbacias.

O PRONAF divide-se em três modalidades: as operações de Crédito Rural (visando apoio financeiro através de custeio e investimento); as atividades de Infra-estrutura e serviços municipais através de obras e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar; e na área de capacitação e profissionalização dos agricultores. Desde sua criação, houve uma evolução do programa em termos do número de contratos efetuados e o volume de recursos aplicados. Os agricultores de Barra Bonita também observaram mudanças em relação ao acesso do PRONAF:

Acho que hoje está mais fácil para consegui que uma vez, porque uma vez nem se sabia que existia. Logo que começou esse Pronaf não era muito divulgado, eram poucos que conseguiam, agora bem mais gente consegue e isso é bom. Aqui eu acho que chegou depois do ano 2000 [...] Eu lembro que no começo eles liberavam só se fosse formado um grupo de agricultores, não confiavam em um só, nós tivemos que formar um grupo de 10 para conseguir o primeiro financiamento do Pronaf, hoje não precisa mais, nisso melhorou também (agricultor nº 19).

Dos agricultores entrevistados, 90% possuíam financiamento pelo PRONAF. Informações obtidas em duas instituições de crédito que atendem ao município dão conta que 135 produtores rurais haviam tido acesso ao financiamento na safra 2006/2007, nas modalidades custeio e investimento<sup>30</sup>.

O PRONAF serve de estímulo para permanência dos agricultores no campo. Segundo os entrevistados, se não fosse o crédito, não teriam como produzir e/ ou investir. “Era bom se não precisasse pegar o dinheiro, mas se não pegar, não tem como comprar os insumos e as coisas que precisa pra produzir, nunca tem um dinheiro sobrando [...]” (agricultor nº 16).

Essa realidade não é compartilhada em todas as propriedades rurais; nem no Brasil, nem em Barra Bonita. De acordo com Mattei (2007), há uma tendência de concentração de recursos do crédito rural, tanto na modalidade de custeio, como na de investimento, na região sul do país e nas categorias mais bem posicionadas economicamente, no âmbito da agricultura familiar brasileira.

Ao avaliar o PRONAF, os agricultores de Barra Bonita manifestaram-se, em geral, satisfeitos, principalmente, em relação aos juros. Mas demonstraram sentir um certo desconforto pelo fato de “ter uma dívida”. Nesse sentido, foi comum ouvir depoimentos do tipo: “Está melhor que uma vez para conseguir, o juro está melhor pelo menos [...] só que tem que se programar, porque depois tem que devolver. Não dá para esbanjar” (agricultor nº 8). Ou então: “É fácil de conseguir agora, mas depois quando chega a hora, tem que pagar. Quem não capricha, depois, não tem para pagar, tem que se organizar bem, quando vem aquele dinheiro” (agricultor nº 13).

---

<sup>30</sup> Informações obtidas nos Bancos Sicoob e Crenor. O Banco do Brasil, principal agência de crédito, não disponibilizou essas informações.

Apesar do PRONAF auxiliar na manutenção das propriedades rurais, percebe-se que ele está a serviço do capital. De acordo com Eidt (2001), os financiamentos parecem ter-se constituído na região, mais como um socorro ao capital do que ao produtor.

A diminuição escandalosa e a descapitalização dos produtores rurais estava chegando a um limite intolerável pelo capital. A constante seleção e resseleção tornou-se uma ameaça ao capital. Com um número reduzido de produtores, existe sempre a possibilidade de uma organização mais efetiva, não obstante, o descarte daqueles que se contrapõe as constantes exigências, torna-se inviável (EIDT, 2001, p. 64).

Em outras palavras, o estágio de pobreza em que a maioria dos agricultores encontravam-se, na década de 1990, representava um risco para o capital, diante da impossibilidade da exploração. Os financiamentos com juros acessíveis possibilitou aos agricultores continuarem produzindo, ou seja, adquirindo os insumos agrícolas e respondendo às expectativas do capital, seja comercial, industrial ou financeiro. Ao se beneficiarem dos financiamentos, os agricultores familiares parecem não se dar conta que também é de interesse do sistema capitalista a manutenção do grupo familiar no campo.

Se facilidades ocorrem no acesso ao PRONAF custeio e investimentos, o mesmo não acontece em relação ao PRONAF Jovem, uma linha de crédito voltada especialmente para a juventude. O PRONAF Jovem foi desenvolvido para atender aos filhos de agricultores familiares entre 16 a 25 anos, que tivessem concluído ou tivessem cursando o último ano de escolas técnicas agrícolas de nível médio ou em centros familiares de formação por alternância. Essa condição limitou o ingresso de muitos jovens no programa, por isso, a partir da safra 2005/2006, o PRONAF passou a dar possibilidade de acesso também aos jovens que têm formação técnico-profissional, com até 100 horas ou estágio em cursos ministrados por entidades voltadas à juventude rural.

Em entrevista à Revista Marco Social, Reginaldo Guimarães, especialista em políticas agrícolas, que ajudou a elaborar o Plano Nacional de Microfinanças para o

governo Lula, afirma que o PRONAF Jovem é ainda pouco conhecido, não só pelos jovens, mas também pelos gerentes dos bancos. Para o pesquisador, é preciso fazer uma grande campanha para divulgação do programa nos sindicatos, nas associações e nas escolas (LAMBRANHO, 2006).

O desconhecimento em relação ao programa pôde ser constatado na pesquisa de campo, pois 60% dos jovens desconheciam a existência dessa linha de crédito, 35% já haviam ouvido falar nela, mas não sabiam nada a respeito e apenas 5% (um jovem) sabia do que se tratava. O jovem era estudante de uma escola técnica agropecuária. Produzir por conta própria é uma saída para os jovens que querem permanecer no campo. Para isso, é necessário que as políticas federais de acesso à terra e ao crédito se façam presentes a fim de oferecer mais oportunidades à juventude rural.

Em relação à linha PRONAF Infra-estrutura e Serviços Municipais, de acordo com informações obtidas no Escritório Municipal da Agricultura, Barra Bonita foi contemplada, em 1998, pelo fato de ter incorporado, em seu território, no ato da emancipação, uma área muito pobre dos municípios de Romelândia e Anchieta. Inicialmente, o valor deveria ser de um milhão de reais a ser pago em quatro anos, porém nenhum município chegou a receber a última parcela. Em 1998 e 1999, Barra Bonita recebeu um montante 340 mil reais e em 2000, recebeu 140 mil reais, totalizando 480 mil, número bem abaixo do esperado, mas, mesmo assim, de fundamental importância para dar início à nova política de desenvolvimento rural.

É importante frisar que, em 2003, com a posse do Governo Lula, ocorreu uma nova mudança institucional e o PRONAF Infra-estrutura passou a ter um caráter regional.

Com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no MDA, a linha Pronaf Infra-estrutura e Serviços Municipais ficou sob a gerência da SDT. A qual passou a financiar projetos que incorporassem a noção de "desenvolvimento territorial". O resultado mais visível dessa mudança é que os municípios deixaram de ser a unidade de referência desta linha de crédito e, em seu lugar, passou-se a beneficiar iniciativas de caráter regional (MATTEI, 2007, p. 146).

Com os recursos obtidos com o PRONAF Infra-estrutura, a prefeitura construiu, em 1999 e 2000, uma Fábrica de Laticínios, Entrepasto de Pescados, Fábrica Rural de Confeção e Indústria de Doces e Conservas. Depois de prontas, as instalações ficaram à disposição de associações, cooperativas e empresas privadas para seu funcionamento.

Com vistas à geração de emprego e renda, o município cede, gratuitamente, as instalações em troca de garantia de mão-de-obra local e, na medida do possível, matéria-prima do município. Dos quatro prédios, apenas dois foram imediatamente ocupados: Fábrica Rural de Confeção e Fábrica de Laticínios. A primeira, de iniciativa privada e de capital externo ao município, está ainda em funcionamento, ao passo que a segunda, administrada por uma cooperativa de agricultores local (Cooperativa de produtores de leite e Industrializados de Barra Bonita - COOPERLIBB), teve sua falência decretada no início de 2006, pela dificuldade de colocação dos produtos no mercado, devido à concorrência.

No segundo semestre de 2006, a empresa D'Oeste de São Miguel do Oeste de doces, conservas, condimentos e ervas medicinais iniciou suas atividades, em Barra Bonita. Após um ano de funcionamento, a empresa começou a sentir dificuldades para conseguir matéria-prima naquele município. A empresa alega que há pouco interesse dos produtores rurais; estes, por sua vez, temem produzir a matéria prima para a agroindústria e posteriormente, não conseguir vender os produtos, já que a empresa não oferece contrato de compra. As frutas e verduras são trazidas, na maior parte, dos municípios vizinhos e os condimentos vêm do estado de São Paulo.

Para ter acesso ao crédito do PRONAF Infra-estrutura, o município teve que formar um Conselho de Desenvolvimento Rural e elaborar um Plano de Trabalho. O Engenheiro Agrônomo Aziz Abou Hatem, responsável pela Epagri local, descreveu a respeito da importância do Conselho para o desenvolvimento rural do município.

Apesar da extinção do pronaf infra-estrutura o conselho permanece, é uma das boas conquistas dos agricultores aqui de Barra Bonita. [...] No primeiro conselho que fizemos no município em 1997 conseguimos somente um

vereador, hoje 80 % dos representantes de agricultores são os suplentes de vereadores ou vereadores, eles assumiram isso como uma tarefa já que eles eram pessoas públicas, assumiram isso como uma responsabilidade [...]. Mas eles foram eleitos nas comunidades como representantes delas [...]. Estamos implementando uma nova forma de fazer política pública que é através do Conselho, do Legislativo e do Executivo [...]. Hoje nós temos dois programas que foram elaborados de maneira participativa que é o Pró-florestal e a Pró-pecuária.

O caso da comunidade eleger vereadores e suplentes como seus representantes do Conselho reflete a inibição dos agricultores e a dificuldade de exercerem funções de liderança. Entretanto, chamou a atenção o fato de 60% dos agricultores entrevistados desconhecer a existência do Conselho.

Em relação à participação dos agricultores nas reuniões, o administrador rural do município, João Carlos Zantedeschi, manifestou-se assim: “Nós temos um problema aqui, o pessoal do interior parece que tem medo de participar, eles não falam, às vezes, tem que levar meio pronto e ver o que eles acham”. É um problema cultural que ocorre também em outras regiões do Brasil. Nesse sentido, Abramovay (2003) faz uma alerta.

Um conselho marcado fundamentalmente pela presença de políticos, de sindicalistas e cooperativas e com tímida participação de agricultores das associações locais corre fortemente o risco de não ser mais que uma fraca correia de transmissão pela qual passam recursos federais (ABRAMOVAY, 2003, p. 68).

Atualmente, outro programa que financia o desenvolvimento rural no município é o projeto Microbacias com recursos do BIRD e do Governo do Estado de Santa Catarina. Nos últimos quatro anos, o município recebeu aproximadamente 350 mil reais pra investir nas propriedades rurais (Quadro 1). Segundo o Agrônomo Aziz Abou Hatem

O projeto Microbacias funciona graças a uma associação de desenvolvimento de Microbacias, sem a associação não é possível entrar no projeto Microbacias. Essa associação é constituída a partir da organização dos agricultores em grupos de animação. A organização é a base do projeto microbacias 2, que é uma das haste do tripé. A segunda haste é a questão ambiental, que tem por o foco a preservação do meio ambiente. A terceira

haste do tripé é a ampliação da renda do agricultor. Então o projeto microbacias tem por objetivo o social (que é a organização deles), a preservação ambiental (que é o motivo principal pelo qual o Banco Mundial financia o recurso), e melhoria na renda das famílias para tirar da exclusão social.

### **Quadro 1. Recursos alocados em Barra Bonita para execução do projeto Microbacias**

#### **Propostas**

<b>Linha apoio</b>	<b>Benefic. VI. Total</b>	
Recursos Naturais e Meio Ambiente	116	55.800,00
Melhoria da Habitação	230	252.053,26
Melhoria da Renda	53	46.555,00
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>354.408,26</b>

Fonte: <http://www.microbacias.sc.gov.br/cmm2/>

Em cada etapa do projeto, é a comunidade quem define suas prioridades através do Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica (PDMH). Segundo o agrônomo, a água foi a principal prioridade apontada pelos moradores das microbacias, sendo construídos quinze poços artesianos para atender à demanda. A segunda prioridade era a habitação, que foi desenvolvida no ano de 2006.

Em relação a estudos anteriores<sup>31</sup>, observou-se uma melhora significativa na infra-estrutura das casas. De maneira geral, predominam, atualmente, casas de alvenaria ou mistas (casas de madeira com banheiro e área de lazer de alvenaria). A melhoria das condições habitacionais se deve, em parte, segundo informações dos próprios agricultores, a recentes Programas de Habitação do governo Federal<sup>32</sup> e Estadual, a exemplo do Programa Microbacias 2, que entre suas metas, prevê a melhoria da habitação rural e o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH. Trata-se de uma linha de crédito direcionada à produção de empreendimentos habitacionais para populações de baixa renda. O diferencial desse programa é a

<sup>31</sup> STURMER, Nádia, R. Paisagem Rural do município de Barra Bonita. In. Relatório de Pesquisa. PIBIC/UNOESC. São Miguel do Oeste, 2001. / STURMER, Nádia Roberta. Motivações do jovens que migram do campo no município de Barra Bonita-SC. 66 f. Monografia. (Especialização em Educação e Meio Ambiente) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2005.

<sup>32</sup> Apenas em 2002, depois de muita luta dos movimentos sociais, foi conquistado o Crédito Moradia para o meio rural, crédito que existia apenas para os trabalhadores do meio urbano.

participação dos agricultores em todo o processo. O envolvimento da comunidade se dá desde a escolha do projeto da casa pelas famílias até a seleção dos primeiros beneficiados.

Nos últimos cinco anos, muitas famílias foram beneficiadas no município com esses programas. De acordo com informações obtidas no setor de Microbacias de Barra Bonita, mais de 90 famílias foram beneficiadas com reforma nas residências, incluindo pintura, aumento de cômodos, construção e reformas de banheiros. No caso do Programa de Subsídio Habitacional Federal, de acordo com Alberto Kozerski, coordenador municipal do Movimento dos Pequenos Agricultores, foram 156 famílias atendidas no município com reformas ou construção de moradias.

O órgão que repassa e administra os recursos do PSH em Barra Bonita é a Cooperativa Central de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária – CREHNOR - de São Miguel do Oeste em parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA. A CREHNOR disponibiliza, em convênio com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal, crédito para a construção, reforma e ampliação de moradias para os pequenos agricultores e assentados da Reforma Agrária. O programa prevê um subsídio do Governo federal de até 6 mil reais por moradia. Para o complemento do projeto, buscam-se alternativas de financiamentos com juros acessíveis.

A partir de 2007, a proposta do Microbacias 2 era trabalhar a renda das famílias rurais. Assim, ainda no primeiro semestre de 2007, uma parceria entre o projeto Microbacia 2, o Escritório Municipal de Agricultura e Epagri local marcou o início de dois projetos relacionados com as “vocações”<sup>33</sup> do município: reflorestamento e pecuária com vistas a ampliar a renda dos agricultores. No período da pesquisa de campo, estava sendo realizada a inscrição dos interessados em participar dos projetos.

---

<sup>33</sup> Estudos realizados por membros da Secretaria Municipal de Agricultura de Barra Bonita detectaram as quatro principais vocações do município: Leite, Piscicultura, Reflorestamento e Turismo Rural. De acordo com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (2005-2008), em grande parte, a indicação dessas vocações se deve ao fato da restrição do relevo.

O programa de desenvolvimento da pecuária de Barra Bonita prevê a implantação de 2000 hectares de áreas piqueteadas em Sistema Pastoreio Rotacionado Voisin (Figura 6) subvencionadas pelo programa no período de 20 anos. Além disso, estima-se que outros 1000 hectares sucederão nas propriedades atendidas, a partir do sucesso experimentado pelos agricultores familiares, correspondendo em torno de 67% da área territorial destinada à pecuária do município de Barra Bonita com esta prática sustentável de pecuária.

**Figura 6: Projeto Sistema Pastoreio Rotacionado Voisin em Barra Bonita.**



Fonte: Foto Epagri / Nádia Stürmer (2007)

O Sistema Voisin é um sistema intensivo de manejo do gado, da pastagem e do solo, proposto por André Voisin, em 1957. O sistema procura manter um equilíbrio entre os três elementos: solo-capim-gado, sem beneficiar um em detrimento de outro. Além disso, é uma tecnologia considerada ecológica, pois permite a sobrevivência de muitas formas de vida na pastagem e no solo, ficando eles livres de degradação.

No manejo do gado, no sistema voisin, o animal não deve permanecer por mais de três dias em um só piquete, para que não venha a cortar mais de uma vez as mesmas forrageiras. A produção de leite, nesse sistema, permite que as vacas tenham

acesso a pasto abundante e de qualidade durante o ano todo. “O resultado é uma boa produtividade por área, com baixo custo por litro de leite, melhor uso dos recursos naturais e aumento da renda familiar. E a regra para se alcançar esse resultado é o bom planejamento da propriedade”, explica a engenheira agrônoma Alessandra Kieling, facilitadora do Microbacias 2 em Barra Bonita.

De modo geral, percebe-se que, tanto os financiamentos do PRONAF, quanto as ações do Projeto Microbacias, tem auxiliado no desenvolvimento socioeconômico das famílias de Barra Bonita, entretanto, independente dessas políticas, os agricultores vêm, pela necessidade de se manterem no mercado, diversificando e inovando, dentro de suas possibilidades, a produção agropecuária. Além disso, muitos buscam ampliar a renda através de atividades não agrícolas. Essas têm sido uma prática recorrente não só no município de Barra Bonita, mas em todo o Brasil rural.

## **4. OUTRAS POTENCIALIDADES DO LUGAR E OS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS**

Apesar das dificuldades socioeconômicas, os agricultores familiares da área de estudo projetam seu futuro com base nas potencialidades do lugar. Sendo assim, os agricultores familiares de Barra Bonita estabelecem suas metas, levando em consideração as condições físicas da propriedade, bem como a viabilidade econômica do seu “produto”, seja ele agrícola ou não agrícola.

### **4.1 POTENCIALIDADES DO LUGAR E O PROJETO FUTURO DOS PRODUTORES FAMILIARES.**

Em relação às perspectivas futuras, os agricultores foram estimulados a responder que outra atividade gostariam de desenvolver na propriedade, caso tivessem condições financeiras. Dos entrevistados, 50% informaram não estar interessados em outra atividade, gostariam apenas investir mais na pecuária leiteira, comprar vacas de boa genética, melhorar as instalações do estábulo, comprar ordenhadeiras, resfriadores, etc., tendo em vista as exigências da Instrução Normativa nº 51. Segundo os agricultores, a melhoria da infra-estrutura, nessa atividade, poderia garantir sua permanência no mercado de laticínios.

Reflorestar a propriedade é o desejo de 15% dos entrevistados, que alegaram como empecilho para a execução do projeto a reduzida extensão da propriedade.

Eu plantaria eucalipto, faria reflorestamento, isso está dando dinheiro, só precisaria ter mais terra, porque demora um pouco pra vir o retorno. Eu não

poderia plantar eucalipto em tudo e parar de produzir sem que eu tivesse outro ganho. Quando eu me aposentar, eu vou fazer isso (agricultor nº 15).

Os demais agricultores alternaram suas respostas: uns investiriam na criação intensiva de gado de corte alegando ser uma solução inteligente: “[...] Hoje não é mais como uma vez, não adianta mais comprar um monte terra, produzir e trabalhar feito louco. Isso não adianta mais, hoje tem que trabalhar mais com a cabeça” (agricultor nº 9). Outros manifestaram desejo de construir estufas e produzir verduras de qualidade em escala comercial, porém temem não haver mercado local.

Um entrevistado mais capitalizado, que já trabalha com piscicultura, se mostrou interessado em construir um pequeno abatedouro de filé de tilápia para agregar valor ao produto e expandir sua comercialização. O mesmo agricultor gostaria também de investir no turismo rural, através de um pesque e pague, porém demonstrou-se cauteloso ao analisar essa possibilidade:

Nós gostaríamos de fazer também um pesque e pague, só que não adianta enquanto Barra Bonita não tiver acesso asfáltico, porque ninguém vai sair dos municípios vizinhos e andar 15 km de estrada de chão. Quando sair o asfalto, nós pretendemos pensar mais isso, porque nós temos quase tudo, faltaria só construir tipo uma lanchonete, um refeitório para as pessoas fazer as refeições (agricultor nº 4).

A criação de infra-estrutura é fundamental a qualquer forma de desenvolvimento rural. No caso de Barra Bonita, o acesso pavimentado<sup>34</sup> poderia atrair mais investimentos privados, bem como suprir a carência de postos de trabalho e frear o êxodo rural, principalmente dos jovens. Em relação a isso, Silva (2003) entende que ao lado da política agrária, deve haver uma proposta de urbanização desse mundo interiorano:

---

<sup>34</sup> Em dezembro de 2007 o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, assinou o edital de concorrência pública para a realização das obras de asfaltamento do acesso ao município de Barra Bonita. As obras estavam previstas para iniciar em março de 2008 com previsão para seu término em meados de 2009.

[...] dotar as vilas rurais de infra-estrutura adequada (luz elétrica, água potável, saneamento básico, ensino, saúde, creches, etc); estimular a instalação de agroindústrias e indústrias de pequeno porte, tanto para aumentar o valor agregado da produção local e evitar os “passeios de safra”, como para absorver a força de trabalho agrícola excedente, especialmente dos jovens (SILVA, 2003, p. 230).

Pode-se observar que os agricultores de Barra Bonita levam sempre em consideração as potencialidades da propriedade e do entorno na execução dos seus projetos de vida, pois de nada adianta investir em novas atividades, se não existe um mercado consumidor para absorver a produção. Enquanto as condições não se efetivam, os agricultores vão buscando soluções alternativas para complementar a renda e se manter no campo.

O município tem belezas naturais que poderiam ser mais bem exploradas turisticamente. O relevo acidentado (figura 7) é propício para o desenvolvimento do agroturismo e turismo de aventura, através da prática de alguns esportes radicais como Asa Delta, Rally de Moto, Veloterra (moto de velocidade em terra) e jipe cross.

**Figura 7: Barra Bonita: paisagística da sede e do entorno**



Fonte: Prefeitura de Barra Bonita - 2005

As lideranças políticas locais têm apoiado alguns eventos relacionados a esses esportes radicais. Em dezembro de 2006, no aniversário do 11º ano de emancipação, o município sediou 9ª etapa regional de Veloterra, além de promover o 1º festival de Asa Delta em Barra Bonita, com pilotos da região oeste de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Na ocasião, foi batido o recorde catarinense de distância livre de Asa Delta (170 Km).

Em 2007, aconteceu, no município, a última etapa do campeonato gaúcho de Asa Delta edição 2007, além do 1º OPEN Sul Brasileiro de Asa Delta, o que evidencia o potencial do município para realização desse tipo de esporte. No mesmo ano, o município sediou os Campeonatos Oestinos de Velocross e de Jipe Cross.

O local da pista de Veloterra e jipe cross (figura 8), assim como o da rampa e pouso da Asa Delta (figura 9) são cedidos pelos agricultores, proprietários dessas áreas, nos períodos de competição. Os agricultores se mostraram desinteressados em explorar turisticamente esses locais, tendo intenção de vender as áreas. Eles alegaram não saber como investir, além de acreditar ser mais lucrativo a venda dos lotes, que correr o risco de investir em infra-estrutura, e o empreendimento “não dar certo”.

Apesar do município em questão localizar-se distante de uma região metropolitana, entende-se que o turismo rural, sendo planejado, organizado e bem administrado tem condições de ser um mecanismo valioso para auxiliar na promoção do desenvolvimento da economia local. É evidente que, pela localização, esse município não virá a se tornar um centro de interesse turístico, nem é isso que se propõe, entretanto essa atividade econômica poderia gerar empregos diretos e indiretos, ampliando a renda das famílias envolvidas e, principalmente, criando perspectivas econômicas para a população jovem residente no meio rural.

Schneider e Fialho (2000, p. 34), que pesquisaram as atividades não agrícolas e o turismo rural, no Rio Grande do Sul, entendem que as atividades ligadas ao turismo em regiões rurais devem ser complementares às atividades agrícolas, pois dependendo da estação do ano, o fluxo de turistas pode sofrer variações. “Desta forma, há a

necessidade de administrar duas atividades, prevenindo frustrações de expectativas que não possam ser alcançadas com o turismo rural”.

**Figura 8: Pista de Veloterra e jipe crosss em Barra Bonita.**



Fonte: Foto André Lazatto/ Nádia Stürmer (2007)

**Figura 9: Vista da rampa de Asa Delta em Barra Bonita.**



Fonte: Foto Nádia Stürmer (2007)

O turismo rural poderá contribuir para o desenvolvimento e a conservação do patrimônio histórico, cultural e natural da região. “Também proporcionam benefícios para a população local, com melhorias na infra-estrutura e nos serviços oferecidos, além de criar mercado para os produtos agrícolas” (SCHNEIDER; FIALHO, 2000, p. 46). Os autores também alertam para os transtornos que o turismo pode trazer à comunidade, em função da influência dos turistas, como os impactos sobre o meio ambiente, o aumento no custo de vida e descaracterização de determinados traços culturais da sociedade local. Esse alerta deve, portanto, ser indicador de cautela e não de desestímulo, pois intervenções conscientes e planejadas por parte da população e do poder público local poderão evitar problemas.

No caso de Barra Bonita, observou-se que, apesar do turismo rural apresentar-se como uma alternativa para a geração de emprego e renda, não parece haver interesse local em investir em infra-estrutura turística, pelo menos inicialmente.

Ainda em relação às perspectivas, houve quem rejeitasse a possibilidade de qualquer tipo de investimento no meio rural, sendo que 10% dos agricultores entrevistados manifestaram desejo imediato de sair da área rural: “Se hoje for para investir, eu vou investir na cidade, até pelos meninos. Futuramente eles vão querer sair” (agricultor nº 19). A família do agricultor nº 16 compartilha essa intenção. “Aqui eu (o marido) acho que tem pouca saída. Eu (a mulher) acho que seria melhor investir na cidade, comprar uma casa ou mais e alugar”. Nesse sentido, um agrônomo, que trabalha na Epagri do município, faz uma crítica aos agricultores:

A maioria dos agricultores hoje não são agricultores são beneficiários, estão atrás do Pronaf, recurso de moradia, recurso de Microbacia [...] e isso faz com que ele queira ser pobre para conseguir os benefícios. O verdadeiro agricultor é aquele que cultiva e o beneficiário é o que espera o benefício ou a aposentadoria rural. Tem muito agricultor hoje aqui que está na propriedade só esperando a aposentadoria.

A aposentadoria rural é, sem dúvida alguma, um elemento importante para a permanência de muitos agricultores, principalmente para os mais desestimulados. De acordo com Sabourin (2006, p. 225), as políticas públicas de distribuição, a exemplo da

aposentadoria, “são interpretadas pelo seu lado monetário como compensações, ganhos sociais, enquanto constituem as mais importantes e, talvez, as últimas, formas de reciprocidade generalizada das nossas sociedades modernas.”

A falta de motivação dos pais pela agricultura reflete na decisão dos filhos em sair do campo, como se verá a seguir. Sobre o futuro da propriedade em termos de continuidade na exploração de atividades agropecuárias, 45% dos entrevistados informaram não terem sucessores, pelo fato de nenhum filho ter interesse em permanecer no campo. Mas 55% informaram que pelo menos um, dentre os filhos, tem intenção de permanecer no estabelecimento e dar continuidade à atividade agrícola. Normalmente são os filhos mais novos.

A migração do campo não é um fenômeno desconhecido das famílias entrevistadas, principalmente para 35% delas, que já possuem filho(s) vivendo em cidades. A respeito do futuro profissional, apenas 15% desejam que os filhos permaneçam no campo e sejam agricultores, 75% disseram não interferir na decisão deles e 10% gostariam apenas que os filhos não fossem agricultores. Todos, porém, independente do destino desejado para os filhos, entendem que o estudo é importante até mesmo para a agricultura.

Nós gostaríamos muito que eles estudassem. A idéia é que o menino trabalhe aqui e estude até se formar no segundo grau e de repente fazer uma faculdade aqui por perto ligada à agricultura que ajudaria a administrar, a trabalhar alguma técnica diferente. Aqui também é importante ter conhecimento (agricultor nº 4).

Atualmente, há uma forte preocupação com a escolarização dos filhos, ao contrário do passado, quando muitos pais impediam os filhos de estudar. “Em alguns casos, tratava-se de difícil acesso à escola, noutros, de ausência de escola e noutros era uma decisão paterna, permitindo a alguns elementos da prole a freqüência às aulas e impedindo-a a outros” (RENK, 2000, p. 153).

Geralmente, os pais priorizavam aos filhos homens o acesso à escola, já que estes seriam futuros chefes de família. Na concepção do pai-patrão, as meninas

deveriam dedicar-se aos afazeres domésticos, cuidar dos irmãos mais novos e ajudar na lavoura. Não havia tempo, nem motivo para as filhas mulheres se ausentarem da propriedade.

O ditado empregado pelos colonos, nas primeiras décadas do século XX, “estudo não enche a barriga de ninguém” modifica-se nas gerações seguintes. A partir de meados de 1970, o estudo passou a ter maior valor entre os colonos do oeste catarinense, incluindo-se Barra Bonita. O estudo passa a ser uma possibilidade para “assegurar o futuro dos filhos”, já que o trabalho na lavoura deixou de ser rentável.

A mudança de atitude em relação ao estudo deve levar em conta a ampliação da rede escolar, a interiorização do ensino dos três graus, permitindo maior acessibilidade aos filhos de colonos. É um movimento concomitante como outras transformações por que passa o mundo rural, tais como o “encolhimento do mundo”, a mundialização da agricultura, o acesso aos meios de comunicação e a ampliação do horizonte dos colonos [...] (RENK, 2000, p. 282-283).

A conseqüência da mudança de atitude em relação à escola se observa através do encaminhamento de um maior número de filhos ao ensino formal, além da elevação no grau de escolaridade da população rural, principalmente na última geração. Para a maioria dos agricultores entrevistados, o estudo é visto como uma oportunidade para melhorar de vida.

## **4.2 O ACESSO DOS JOVENS À EDUCAÇÃO**

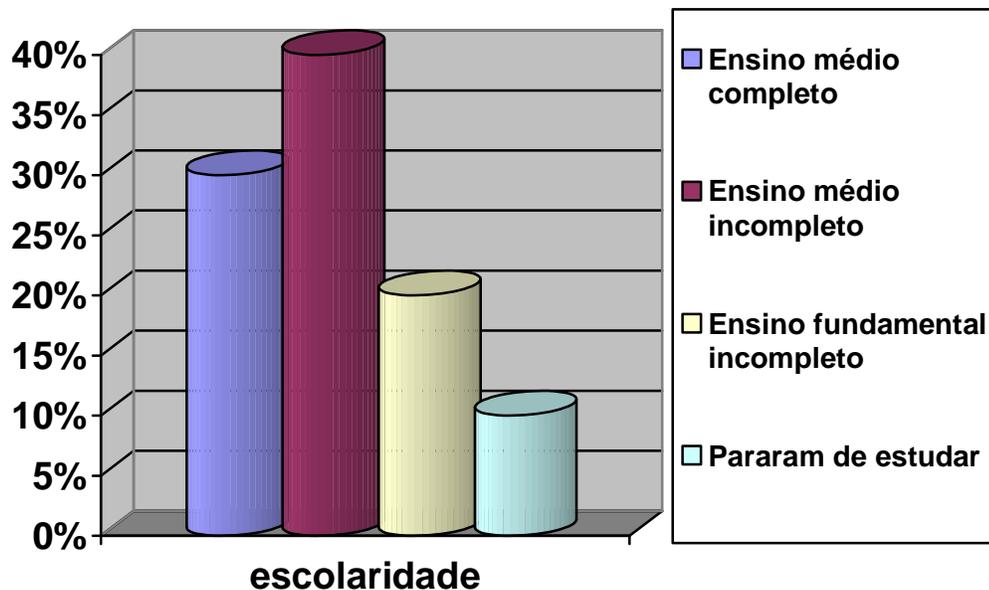
Além de entrevistar os pais, achou-se oportuno entrevistar os filhos dos agricultores familiares, buscando identificar o acesso à educação e suas perspectivas para o futuro. O estudo de campo foi realizado com jovens com idade entre 14 e 25 anos. Chamou a atenção o número expressivo de jovens com ensino médio completo ou em curso.

O ensino médio foi instituído, no município, em 1995, no Colégio Estadual Professora Cecília Lotin e até hoje é a única instituição de ensino médio do município. Em 2007, a escola possuía 109 alunos matriculados nesse nível, sendo que o acesso a essa fase de ensino era facilitado a todos os jovens que tinham interesse em frequentá-lo, inclusive os jovens que residiam nas comunidades mais distantes da sede do município, já que o transporte escolar é gratuito a todos.

O resultado do acesso facilitado à educação, de um lado, foi a elevação do grau de escolaridade dos jovens rurais do município, que não precisam mais se deslocar para outros para estudarem. Por outro lado, os jovens que migram, fazem-no, geralmente, após concluir essa etapa, pois entendem que ela é necessária para competir no mercado de trabalho das cidades.

Em relação ao perfil escolar, constatou-se que 30% dos jovens já haviam concluído o ensino médio, 40% estavam cursando-o e 20% estavam estudando na 8ª série do ensino fundamental, tendo intenção de continuar os estudos. Apenas 10% (2 jovens) haviam concluído o ensino fundamental e parado de estudar (Figura 10).

**Figura 10. Gráfico da escolaridade dos jovens em Barra Bonita (SC)**



Essas informações vão ao encontro das obtidas pela pesquisa de Abramovay et al. (1998), segundo a qual, apenas um jovem em idade escolar, dentre 47 entrevistados no oeste catarinense, não estava estudando.

Mesmo porque, no oeste de Santa Catarina, sem o segundo grau o jovem não obtém nem mesmo empregos de baixa qualificação técnica: o trabalho elementar, mecânico e repetitivo de desossar frangos que passam numa esteira de produção num grande frigorífico supõe a conclusão da oitava série (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 47).

Renk (2000) também faz referência ao bom nível de instrução e educação familiar dos jovens do oeste catarinense. Para a autora, os jovens que migram, sem ter como objetivo o estudo, geralmente optam pela cidade de São Paulo para trabalhar em restaurantes. Os jovens, filhos de colonos, são reconhecidos como “bons trabalhadores” e por isso têm preferência. A preferência por esses jovens rurais reside num aspecto constitutivo da cultura camponesa: a auto-exploração.

Para o empregador, a excelência do recrutamento está exatamente na incorporação dos valores e das práticas camponesas, dentre esses o da intensificação das atividades, resultando em alto grau de auto-exploração. A socialização e a incorporação do habitus camponês será o valor-mor. Esse capital incorporado, fruto da educação difusa, familiar, será usado emblematicamente no contexto urbano, principalmente em grandes centros, para se oporem àqueles socializados na cidade (RENK, 2000, p. 348).

De acordo com publicação da revista VEJA (29 de maio de 2002, p. 52), os jovens do oeste catarinense têm uma condição muito valorizada nos dias de hoje: a empregabilidade. Uma pesquisa da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) revelou que somente duas agências de emprego colocaram 700 jovens do oeste catarinense para trabalhar em churrascarias em São Paulo e no Rio de Janeiro em um ano. A preferência dos empregadores pelos jovens dessa região, segundo essa publicação, deve-se a seu bom nível de instrução, já que a maioria tem pelo menos o segundo grau completo.

No entanto, Silvestro et al. (2001) entendem que, apesar do nível educacional de Santa Catarina estar entre os mais altos do país, permanecem na propriedade paterna geralmente os filhos que já saíram da escola. Em estudo realizado em 10 municípios da região oeste, os autores constaram que

Das 116 famílias entrevistadas tinham saído, até o momento em que foram coletadas as informações, 187 jovens. Desses, 115 mudaram-se para o “meio urbano” e 72 saíram para instalar-se no próprio meio rural, na esmagadora maioria das vezes na condição de agricultores. [...] Pouco mais de um terço dos que destinaram-se ao “meio urbano” tem somente a 4ª série, proporção que sobe além de dois terços, para os que saíram da propriedade paterna para prosseguir na profissão agropecuária. Com nível superior a 5ª série estão menos de um terço que permanecem no meio rural e 45% dos que foram para as cidades. Nenhum dos que se instalaram como agricultor tem nível superior à 8ª série (SILVESTRO, et al., 2001, p. 50-51).

No caso de Barra Bonita, essa realidade parece não se confirmar, pelo menos no que diz respeito à intenção de permanecer na área rural. A maior parte dos jovens rurais que pretendem exercer a profissão agrícola entendem que, hoje, a atividade é incompatível com um baixo nível de escolaridade. Assim, dos jovens que pretendiam permanecer no meio rural (35%), 42,8% já possuíam o ensino médio completo e 28,6% estavam estudando e pretendiam concluí-lo. Apenas 28,6% tinham parado de estudar, mesmo assim haviam concluído o ensino fundamental.

O transporte escolar, subvencionado pela prefeitura local, é, sem dúvida alguma, o principal responsável pelo número expressivo de jovens a freqüentar o ensino médio em Barra Bonita. Sabe-se que essa realidade não é partilhada na maioria dos municípios do oeste catarinense. Estudos realizados na região<sup>35</sup> dão conta que apesar do nível de escolaridade ter aumentado consideravelmente, na região, nas últimas décadas, o ensino médio está ainda distante da maioria dos jovens rurais.

---

<sup>35</sup> MELLO, Marcio Antônio; SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; DORIGON, Clovis; FERRARI, Dilvan Luiz, TESTA, Vilson Marcos. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. 2003. Disponível em: < [http://www.econ.fea.usp/abramovay/artigos\\_cientificos/2003/educacao\\_formal.pdf](http://www.econ.fea.usp/abramovay/artigos_cientificos/2003/educacao_formal.pdf) > Acesso em: 07 fev. 2007. 14 p.

Na absoluta maioria dos casos, está localizado na sede do município, que pela distância e pelo custo do transporte ou alojamento, restringe o acesso de muitos jovens. Nesse contexto, cresce a desvinculação com o meio rural, e com ele, aumenta a possibilidade da migração definitiva do campo para a cidade (MELLO, et al., 2003, p. 11).

Mesmo estudando, os jovens de Barra Bonita participam desde muito cedo da labuta diária da unidade produtiva. Porém observou-se que existe no seu interior uma divisão de trabalho, e nessa divisão, as mulheres, jovens e crianças geralmente ocupam uma posição subordinada de “ajuda”, independente de realizarem as mesmas tarefas que o “chefe da família”.

Na divisão de tarefas, cabe aos homens desenvolver serviços que requerem maior força física e, além disso, utilizar os maquinários agrícolas mais sofisticados. As mulheres ficam encarregadas de desempenhar os trabalhos de caráter mais leve, como cuidar da casa, do jardim, horta, tratar os animais e ajudar na lavoura. Essas atividades, embora consideradas mais leves, exigem uma jornada de trabalho maior do que a dos homens. Assim, na divisão de tarefas, as filhas geralmente ajudam a mãe nos afazeres domésticos e os filhos ajudam o pai na roça.

Grandi (2003) entende que em relação ao uso da tecnologia, a mulher também fica relegada a um segundo plano. Normalmente são os homens que participam dos cursos de Administração Rural e de Capacitação Técnica, oferecidos pela EPAGRI.

[...] no estado de Santa Catarina, no período de 1988/1997, as mulheres ocuparam menos de 25% das vagas nos cursos profissionalizantes oferecidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A (EPAGRI, 1998), e essa participação deu-se em cursos de beneficiamento artesanal de produtos agropecuários, como queijos e compotas, atividades nas quais a presença feminina é constante (GRANDI, 2003, p. 41).

Essa realidade parece se fazer presente desde cedo. Dos jovens, 30% haviam realizado algum curso relacionado à atividade agropecuária, todos do sexo masculino. Esse percentual pode ser considerado inexpressivo, o que evidencia seu desinteresse

pela atividade agrícola. As moças que fizeram curso optaram pelos relacionados à atividade doméstica, como de chás, conservas, tricô, crochê e pintura.

Diante das desigualdades de oportunidades no campo, Brumer (2004, p. 210) descreve os fatores explicativos da seletividade na migração por idade e sexo:

A seletividade na migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidade existente no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão de trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia dos estabelecimentos e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalhos parciais ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; pela exclusão das mulheres na herança da terra.

Sendo assim, a vigência de problemas estruturais na sociedade rural, aliada aos problemas socioeconômicos; as desigualdades sociais e a reprodução de padrões culturais com hierarquia de poder na agricultura familiar constituem-se como fatores responsáveis pela saída dos jovens do campo.

#### **4.3 POSSIBILIDADES DE PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL**

Inseridos no universo rural os jovens, desde cedo, tomam consciência da situação socioeconômica das famílias e traçam suas metas para a vida baseados na vivência pessoal com as famílias. É importante destacar que os jovens, independente das expectativas profissionais, não formulam projetos em que não possam antever as possibilidades de realização.

Constatou-se, na pesquisa de campo, que apenas 35% dos jovens (7 do total), conforme adiantado anteriormente, tinham intenção de permanecer no meio rural e dar

continuidade à exploração agropecuária. O motivo para a permanência baseava-se, principalmente em razões afetivas: apego à comunidade e à família, qualidade de vida diferenciada justificada pela tranquilidade, segurança e extensão da rede de sociabilidade.

Conscientes das dificuldades enfrentadas para se manterem no mercado e garantir a reprodução familiar, esses jovens entendiam que era preciso inovar, introduzir novas técnicas para melhorar a produção e a produtividade. Dos que pretendiam continuar no campo, um estava cursando o ensino médio em colégio agrícola e se mostrou motivado em permanecer nele, pois para ele:

No campo também dá dinheiro se souber trabalhar direito, usando as técnicas certas e sabendo administrar e é isso que eu pretendo fazer [...] quero ficar e pôr em prática tudo que eu estou aprendendo [...] Sei que aqui tem problemas, mas na cidade também deve ter (jovem nº 12).

As “luzes da cidade” nem sempre iluminam os planos de todos que aí projetam seus horizontes profissionais e os desejos de mudar de vida (STROPASSOLAS, 2006). Os prováveis “problemas das cidades”, lembrados pelo jovem nº 12, foram vivenciados por outros que, insatisfeitos com a realidade encontrada, retornaram à propriedade dos pais e manifestaram desejo de permanecer no meio rural. Quando questionado sobre a experiência de morar e trabalhar num centro urbano, o jovem nº 17 se manifestou da seguinte forma: -“Achei que lá era melhor, mas lá é para louco, eu tinha que trabalhar que nem escravo, cumprir horário, era tudo sempre corrido [...] ganhava até mais ou menos, mas gastava muito, o custo de vida era alto”. Nesse sentido, Carneiro (1998) lembra que a migração para as cidades, temporária ou definitiva, expõe os jovens ao contato com um sistema variado de valores, que são absorvidos, ou rejeitados, atuando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura original, quanto no sentido de negá-los.

Após uma breve experiência em um grande centro urbano, o jovem nº 13 também retornou à casa dos pais: “Achei que lá era mais fácil, mas também é difícil de

ganhar a vida, é bastante trabalho também [...] agora quero ver se consigo comprar uma terra pelo Banco da Terra, o pai vai me ajudar construir uma casa e eu quero trabalhar no que é meu, é melhor”.

A inexistência de terras para o seguimento da profissão agrícola se constitui num entrave para a permanência de muitos jovens. De acordo com Silvestro et al. (2001), o horizonte para chegar à condição de proprietário via arrendamento não é considerado como uma alternativa concreta na região oeste de Santa Catarina, o que explica o alto interesse dos pais e também dos jovens em adquirir terra por meio de financiamento junto ao Programa Banco da Terra.

Muitas são as dificuldades de inserção no mercado de um agricultor não – proprietário; entre eles está o acesso ao crédito e às demais políticas de apoio existentes. Além disso, existe um certo constrangimento de origem cultural que coloca a família de agricultores não proprietários em posição social inferior dentro da comunidade (SILVESTRO et al., 2001, p. 88).

A busca da independência econômica é um forte motivo que impulsiona os jovens a querer migrar do campo. Como regra geral, os jovens não têm uma renda própria, a não ser que os recursos sejam obtidos pela venda de seu trabalho a terceiros. Não tendo renda própria e sendo considerados parte da ajuda familiar, os jovens precisam pedir dinheiro aos pais quando desejam ter alguma atividade de lazer ou comprar algum objeto de uso pessoal<sup>36</sup>.

A tentativa frustrada de alcançar a independência na cidade, no caso anteriormente citado, cede lugar ao desejo da “terra própria”. Ter seu próprio estabelecimento é a única maneira de alcançar a independência econômica no meio rural, principalmente para os homens<sup>37</sup>. Todavia, vale salientar que o fato de alguns

---

<sup>36</sup> Indagados a respeito da recompensa recebida pelo trabalho no estabelecimento, todos os jovens entrevistados informaram que, oficialmente, não recebem valor algum pelo trabalho que desempenham, porém, sempre que eles necessitam adquirir algo ou ter uma atividade de lazer, se for de comum acordo, “os pais ajudam”, ou seja, fornecem o dinheiro.

<sup>37</sup> Para os rapazes a possibilidade de alcançar a independência econômica no campo é maior do que para as moças. E isso é possível através do casamento. O casamento passa a ser sinônimo de independência do pai-patrão e de vida própria, mas não para a mulher, que por uma questão cultural, passa de submissa do pai para o marido.

jovens não terem se adaptado à vida urbana não significa que isso acontece com todos que migram, pelo contrário, a maioria dos jovens que saem para trabalhar em centros urbanos, dificilmente, retornam para trabalhar no município.

A independência gerencial e financeira como condição para permanecer no campo também foi constatada por Stropassolas (2006), em pesquisa realizada com jovens migrantes no município de Ouro, oeste de Santa Catarina. Além disso, o estudo indicou que as possibilidades de retornar ao campo são diferentes para rapazes e moças.

Os depoimentos indicam que seria mais difícil as moças voltarem, exceto quando valorizadas com uma profissão alcançada na cidade, de professora ou outras. Já muitos rapazes, por não estarem se “acostumando com a cidade” indicam a possibilidade de retornar; no entanto afirmam que isso se daria numa outra condição, voltaria para trabalhar com independência gerencial e financeira em relação aos pais, com autonomia para decidir seus empreendimentos, um “negócio independente”, desde que amparados com recursos de terra, maquinários, formação profissional e, particularmente, com menos esforço nos processos produtivos (STROPASSOLAS, 2006, p. 322).

Em Barra Bonita, nenhuma das moças entrevistadas havia tido a experiência de morar em cidade, apesar de todas partilharem dessa intenção. Sobre os demais jovens que pretendem ficar morando e trabalhando no meio rural de Barra Bonita, todos têm uma característica em comum, são filhos de agricultores mais capitalizados (em relação aos demais) estando motivados a melhorar a produção e a produtividade agropecuária. Nesse contexto, os filhos se sentem estimulados a permanecer no meio rural e dar continuidade à exploração agropecuária, buscando inovar na maneira de produzir.

Essa constatação vem ao encontro do pensamento de Lamarche (2003), ao afirmar que apesar das numerosas “tormentas” econômicas e políticas que a exploração familiar teve que enfrentar, sua superação se deu graças a sua excepcional capacidade de adaptação. Em contrapartida, as que desapareceram foi, porque não conseguiram modificar seu sistema de produção e nem se adequar às novas exigências.

Atualmente, alguns agricultores familiares encontram-se em dificuldades, porque não são capazes de pensar de outra maneira seu modo de produzir e de viver; são os exploradores que se encontram, hoje, desprovidos de praticamente todo seu patrimônio sociocultural (LAMARCHE, 2003). Ao perder esse patrimônio, os agricultores familiares deixam de buscar soluções alternativas e tendem a migrar para os centros urbanos. Esse fato pode ser constatado no município de Barra Bonita, pois a maioria dos jovens que pretendem migrar do campo são influenciados pelos pais que não vêem mais “futuro” para os filhos no meio rural. A insatisfação em relação às condições socioeconômicas são, na maioria dos casos, um reflexo do pensamento dos pais que projetam nos filhos o desejo de uma vida melhor nas cidades. Nesse sentido, foi comum ouvir dos pais frases do tipo: “A gente espera que eles estudem e não fiquem para serem colonos, a gente não teve a oportunidade de estudar como eles têm” (agricultor nº 3). Ou então: “Eu acho que os filhos não vão querer ficar e eu nem quero isso, eles têm que ver o que eles acham melhor, aqui não está fácil pra fazer um futuro” (agricultor nº 9).

No entanto, Renk (2000) alerta que a migração não pode ser simplesmente lida como “avanço do capitalismo”. Para a autora, a migração de jovens pode ser avaliada, em muitos casos, como negação do projeto camponês, pois não são somente os filhos dos colonos expropriados que migram, migram também filhos de colonos fortes<sup>38</sup>. De fato, em Barra Bonita, dos 13 jovens (65% do total) que pretendem migrar, 23% têm renda familiar mensal superior a 3 salários mínimos.

É interessante observar que os jovens motivados a sair do campo têm sempre como referência uma pessoa conhecida: um irmão, um primo ou um vizinho, que foi morar na cidade, arrumou um trabalho e hoje, como eles dizem, “estão bem colocados”. E é em busca desse sonho que eles também vão atrás. “Eu quero sair, fazer faculdade que nem a minha tia e arrumar um trabalho na cidade” (jovem nº 18).

---

<sup>38</sup> Designação local utilizada para definir um agricultor com poder aquisitivo alto, que dispõe de muitas terras e de maquinários para a realização da prática agrícola.

Percebe-se, nesse e em outros depoimentos, a influência das redes sociais no processo migratório, em que “os pioneiros criam novos laços, sem perder as conexões com a origem, facilitando assim o engajamento de novos migrantes no movimento, o que alimenta um processo cumulativo” (FUSCO, 2001, p. 11). Segundo Dornelas (2001), do ponto de vista das redes sociais, o projeto migratório entre os pobres, é, antes de tudo, um projeto “familiar” – o que não significa negar as causas estruturais que o determinam, mas sim compreender que é no universo do grupo familiar amplo que as pressões de ordem estrutural são vividas, percebidas, representadas e combatidas.

Dentre os jovens que desejam permanecer não se encontrou nenhuma moça. Resultado semelhante já havia sido constatado em pesquisa anterior (STURMER, 2005) em que apenas uma jovem, dentre 42 entrevistadas, pretendia continuar morando no campo, no município de Barra Bonita. A decisão estava fundamentada no fato da moça estar noiva de um rapaz do município, que também era agricultor.

São as moças as mais predispostas a abandonar o campo. É o que Brumer (2004) e Stropasolas (2004) intitulam de seletividade de gênero no processo migratório, caracterizado por um maior índice de migração de mulheres jovens do que dos demais grupos etários e de sexo. A seletividade de gênero no processo migratório, apesar de ser pouco explicitada nos relatórios oficiais ou mesmo nos estudos acadêmicos, é perceptível aos que pesquisam o meio rural. Analisando o depoimento dos jovens é possível observar maior descontentamento das moças, principalmente entre as filhas de agricultores empobrecidos, mas não menos importante entre as filhas de agricultores mais capitalizados.

Hoje a maioria das moças se recusam a constituir família com filho de outro agricultor, querem, como elas mesmas dizem, “mudar de vida” e para isso vão para a cidade em busca de estudo e trabalho. O fato é que a vida no campo é mais atraente para os rapazes do que para as moças, pois, para os rapazes que herdaram a terra ou têm apoio para levar adiante as atividades produtivas, podem elaborar projetos de vida alternativos. Já para as moças, uma vida como esposa de um agricultor pode ser rejeitada diante das aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional. As jovens,

na sua maioria, não se identificam mais com o estilo de vida e de trabalho dos pais, considerado por elas, árduo, monótono, pouco rentável, com poucas perspectivas de mudanças ou ascensão social.

Comparada com outras atividades, a agricultura é avaliada pelos jovens, de ambos os sexos, de maneira mais negativa do que positiva. Entre os aspectos negativos, são destacados: a ausência de férias, de fins-de-semana livres e de horários de trabalhos regulares; a atividade agrícola penosa, dura e difícil, submetendo os trabalhadores ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis; e os rendimentos baixos, irregulares e aleatórios; além de pouca opção para diversão. O jovem nº 19 descreve as vantagens, que, na sua concepção, a cidade oferece em relação ao campo. “Eu quero sair, porque na cidade tem mais emprego, eu acho que se consegue dinheiro mais fácil e é um dinheiro mensal”.

É evidente que há certo exagero, dir-se-ia até ilusão, no que se refere “às vantagens” oferecidas pelas cidades, no entanto é importante deixar claro que, na maioria dos casos, a migração acontece muito mais pelo insucesso do campo do que pelas consideradas “vantagens” das cidades, ou como diz Silvestro et al. (2001, p. 30), a “migração é provocada menos por uma atração real das luzes da cidade que pela falta de perspectivas promissoras no meio rural”.

Assim como Stropassolas (2006) constatou em um estudo de caso da região oeste de Santa Catarina, uma parcela importante dos jovens rurais de Barra Bonita também expressou vontade de não se afastar da região, realizando seus projetos de vida nas comunidades rurais ou nas sedes das pequenas cidades, em função da valorização das instituições e manifestações culturais das comunidades rurais. Sendo assim, apesar da insatisfação socioeconômica, a maioria dos jovens manifestou desejo de permanecer no lugar, caso ele oferecesse maiores oportunidades de trabalho e renda.

A valorização do rural não agrícola poderia estar atenuando o desinteresse, principalmente das moças, pelo meio rural já que são as que mais rejeitam o exercício da profissão agrícola. A introdução de novas funções poderá constituir “uma alternativa

para as mulheres, diminuindo sua migração para a cidade, satisfazendo também os rapazes que encontram dificuldades para encontrar moças que queiram casar e permanecer no meio rural” (STROPASSOLAS, 2006, p. 79). Apesar do número de moças entrevistadas ser reduzido, 50% delas afirmaram que se tivessem um emprego no município, permaneceriam no campo. “Eu gosto de morar aqui, mas não dá muito dinheiro, se eu conseguisse um outro trabalho aqui no município, eu não saía do campo” (jovem nº 6).

Quanto aos rapazes, 93% afirmaram que permaneceriam no caso de haver uma ampliação na renda agrícola ou a possibilidade de trabalho não agrícola. “Aqui é bom morar e se tivesse melhores oportunidades de emprego, eu não iria sair daqui nunca, porque só na agricultura, eu acho que é difícil de se manter” (jovem nº 17). “Eu gostaria de morar aqui, mas não de trabalhar. Eu queria ter um emprego fora da agricultura. Se eu não conseguir aqui, daí eu vou procurar em outro lugar” (jovem nº 15).

Resultado semelhante Abramovay et al. (1998) encontraram em pesquisa realizada em outros municípios na região oeste. Embora 31,25% das moças tenham respondido que queriam deixar a agricultura, 43,75% delas aceitariam permanecer no campo, caso pudessem desenvolver “atividades diferentes dos homens”. “Esta é uma pista importante pois o desenvolvimento no interior das famílias de atividades menos desgastantes talvez seja um caminho para tornar a vida no campo mais atraente para as moças” (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 78).

Não se quer aqui subestimar a atividade agrícola como estratégia de desenvolvimento rural, apenas insistir na importância de empregos rurais não agrícolas, nesse processo. No caso de Barra Bonita, querer migrar do campo significa migrar do município, tendo em vista a reduzida oferta de mão-de-obra fora da agricultura. Nesse sentido, compartilha-se com Abramovay et al. (1998), quando afirmam que é necessário se fazer investimentos sociais e econômicos, dando aos jovens motivação para a sua permanência no meio rural e nas pequenas cidades do interior. Isso reduzirá o êxodo para as grandes cidades, criando opções locais para que suas expectativas possam ser alcançadas.

Na mesma perspectiva, Silvestro et al. (2001) entendem que é necessário que organizações voltadas ao desenvolvimento rural percebam que esse não é sinônimo de agrícola e orientem suas ações, seu pessoal técnico, seus instrumentos de desenvolvimento, investimento em infra-estrutura e capacitação, para esse mundo rural heterogêneo, que necessita de uma visão multidisciplinar em sintonia as potencialidades locais.

É preciso que as políticas públicas criem condições aos jovens que desejam construir seu futuro profissional no meio rural. Silvestro et al. (2001) sugerem algumas políticas que poderiam motivar a permanência dos jovens no meio rural: o reordenamento fundiário; educação e formação profissional; capacitação profissional; programa de moradia rural; e criação de novas oportunidades de rendas.

O acesso à terra é condição básica para a permanência dos jovens no exercício da profissão agropecuária. É necessário, segundo Silvestro et al. (2001, p. 109), “conceber políticas específicas de reordenamento fundiário, que permitam a transferência de propriedades sem sucessores para jovens agricultores, garantindo que estes estabelecimentos permaneçam nas mãos da agricultura familiar.” Da mesma forma, é necessário um programa de habitação no meio rural que possibilite a nova unidade produtiva condições dignas de moradia. Em meio a um “mundo capitalista” de apelo ao consumo e à beleza estética, casas com bom nível de conforto melhoram a auto-estima e garantem satisfação, também, das famílias agricultoras.

Em se tratando de educação e formação profissional, embora os jovens de Barra Bonita tenham bons níveis de escolarização, o maior desafio está em fazê-lo em condições de qualidade. “É fundamental que se criem mecanismos que permitam aos filhos de agricultores – sobretudo aqueles com desempenho econômico mais precário – o acesso aos cursos técnicos de nível médio voltados para a agricultura e ao meio rural” (SILVESTRO et al., 2001, p. 111).

A capacitação profissional dos jovens é um elemento importante para estimular sua permanência. Para isso, faz-se necessário uma sinergia entre os diferentes atores: organizações locais, Epagri, sindicatos, ONG e Conselhos Municipais de

Desenvolvimento Rural. Silvestro et al. (2001) destacam que, juntamente com os programas de capacitação, devam ser criadas linhas de crédito específicas para a instalação de jovens agricultores, que contemplem a viabilização do projeto econômico da nova unidade. Da mesma forma, os autores entendem que o aprendizado e o uso da informática devem fazer parte do universo de formação dos jovens, pois

O acesso às novas tecnologias é tão fundamental para a cidadania dos jovens agricultores quanto a acesso à educação, ao crédito e aos mercados. Sem a informatização das regiões de agricultura familiar, é totalmente ilusório imaginar uma política de desenvolvimento rural capaz de despertar o entusiasmo dos jovens (SILVESTRO et al., 2001, p. 113).

De maneira análoga, Stropasolas (2006, p. 331) entende ser essencial a implantação de políticas e projetos que facilitem a instalação, a formação profissional e a reprodução social dos jovens nas pequenas localidades. Entretanto, acredita-se, tal como o autor, que essas iniciativas “serão mais promissoras se não visarem apenas à capacitação dos jovens para um exercício mais efetivo dos processos produtivos, mas ampliarem seus conteúdos e práticas para a busca da cidadania”.

Conforme mencionado insistentemente ao longo de todo trabalho, a criação de novas oportunidades de renda poderia valorizar o espaço rural e atenuar êxodo para as cidades, pois a produção primária por si só não é mais capaz de criar postos de trabalho necessários para atender ao desejo de permanência dos jovens no meio rural.

Além disso, somente a atividade agrícola não gera renda atrativa para satisfazer as expectativas dos jovens, principalmente das moças que buscam atividades menos penosas que o trabalho na agricultura. As políticas públicas devem ter a preocupação de viabilizar as atividades agrícolas no interior da agricultura familiar e ao mesmo tempo criar um ambiente propício para o surgimento de atividades não agrícolas [...] (SILVESTRO et al., 2001, p. 115).

A criação de agroindústrias familiares assim como a produção orgânica, a produção com qualidade artesanal, o agroturismo, dentre outros, apresentam-se como uma alternativa para a geração de postos de trabalho (direto e indireto) e renda no campo. Entretanto, Mello et al. (2003) entendem que esses novos empreendimentos

exigem um complexo processo de aprendizagem, que envolvem um conjunto de atividades que não são somente aquelas ligadas ao conhecimento e às atividades tradicionais da produção familiar.

É necessário aprender e explorar novos processos de produção, novas formas de organização desta produção e novos conhecimentos e capacidades de lidar com o mercado e com os organismos financiadores. São, portanto conhecimentos, práticas e valores de certa forma distintos daqueles que até então faziam parte do universo dos agricultores familiares. A gestão de uma propriedade familiar com produção diferenciada e inserida no mercado, como é o caso daquela que está presente no Oeste de Santa Catarina, é intensiva em conhecimentos multidisciplinar, sobretudo quando se trata da produção com características diferenciadas. Neste caso o agricultor tem que combinar conhecimentos específicos da produção agrícola (agronômicos, climáticos, biológicos, mercado, etc.) com conhecimento de gerenciamento (análise de projetos, análises financeiras, organização do estabelecimento, contabilidade, etc.) (MELLO et al., 2003, p. 12).

No caso de Barra Bonita, as experiências mencionadas acima, bem como os novos empreendimentos, ainda, estão distantes da maioria das famílias, no entanto iniciativas nesse sentido começam a fazer parte das estratégias de reprodução de algumas famílias, com tendência de ampliação.

Por fim, acredita-se, tal como Abramovay et al. (1998), que o interesse dos jovens pela vida no meio rural passa pela valorização de suas iniciativas e pelas responsabilidades que eles puderem assumir no interior das unidades produtivas. Para isso, é fundamental que os jovens possam ser contemplados com programas de capacitação e linhas de crédito, que propiciem a base material de sua afirmação como futuros agricultores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o processo de mercantilização, os agricultores familiares se tornaram cada vez mais subordinados às forças externas, no caso, o mercado, para se reproduzirem, pois para conseguir vender os produtos, precisam produzir dentro dos padrões estabelecidos pelas empresas compradoras. Para atingirem a qualidade exigida, necessitam adquirir insumos fora da propriedade. Dessa forma, os agricultores familiares passaram a desempenhar um novo papel, o de compradores de insumos industriais, o que elevou o custo de produção.

Na década de 1990, com o agravamento da crise socioeconômica e ambiental, fruto do esgotamento do modelo desenvolvimentista, modificou-se a política econômica mundial. Com isso, pós 1990, o governo brasileiro também alterou o modelo de desenvolvimento rural, criando o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Microbacias. Em Barra Bonita, no período da pesquisa de campo, os agricultores familiares encontravam-se, em geral, satisfeitos com as “novas” políticas de desenvolvimento rural. Entretanto percebeu-se um certo desconforto pelo fato de “estarem sempre devendo”. Segundo eles, apesar dos juros serem baixos, o temor por não conseguir honrar anualmente com o compromisso bancário é constante.

Verificou-se que apesar das dificuldades, muitos agricultores familiares lutam para sobreviver e manter sua propriedade e, para isso, eles lançam mão de diversas estratégias de reprodução, mesmo que dominados pelo capital. A noção de estratégia de reprodução ajuda a entender como a forma familiar de produção vem conseguindo se reproduzir, tanto no período denominado de modo de vida colonial, com produção quase que totalmente de subsistência como atualmente, mais voltada para o mercado. Os agricultores sempre utilizaram determinados recursos, alternativas, mecanismos. Enfim, determinadas estratégias, tais como migração, a busca de atividades não agrícolas, inserção nas agroindústrias, entre outras, com vistas a assegurar a sua sobrevivência. Na verdade, as famílias adotam determinadas estratégias como

respostas a pressões externas, ou seja, se metamorfoseiam sob a necessidade de se reproduzirem. Contudo, no período contemporâneo, as estratégias visam à inserção no mercado como forma de gerar e/ ou complementar a renda.

No município de Barra Bonita, algumas famílias rurais também estão criando mecanismos para viabilizar sua permanência no meio rural. Novas alternativas agrícolas e não agrícolas estão fazendo parte das estratégias de reprodução familiar, merecendo destaque a formação de associações de agricultores para o beneficiamento do mel, para fabricação de pães e massas, além da venda informal de excedentes agrícolas, fabricação caseira de queijo, entre outros. Dentre as alternativas econômicas adotadas pelos agricultores, a produção e comercialização de leite é a que mais gera renda no município, sendo fortalecida a partir da década de 1990, em meio a uma crise que afetou a suinocultura. Sendo assim, toda (ou quase toda) a produção agropecuária tem por finalidade o mercado, formal ou informal.

Apesar do esforço dos pais em criar alternativas econômicas para garantir a reprodução da família, muitos filhos sentem-se desestimulados em permanecer morando e trabalhando no espaço rural. Sabe-se que as condições socioeconômicas desfavoráveis não são o único motivo pelo desestímulo em permanecer na atividade, porém são o fator relevante. Mesmo nas propriedades com melhor infra-estrutura, os pais entendem que as transformações em curso do mundo rural possibilitam fornecer condições de trabalho no campo para apenas um filho, “forçando” os demais a migrarem.

Para incentivar a permanência dos agricultores familiares, principalmente dos jovens, é preciso criar condições socioeconômicas condizentes com suas expectativas a fim de que elas sejam alcançadas no próprio lugar. Entende-se que a geração de emprego e renda no espaço rural não vão sanar por completo o êxodo rural, mas, possivelmente, irão frear a migração rural-urbana, desenvolver os pequenos municípios e amenizar os problemas decorrentes da superpopulação urbana.

No caso de Barra Bonita, pelas condições topográficas e pedológicas desfavoráveis, onde as opções de produção agrícola são reduzidas, a pecuária, o

reflorestamento, a piscicultura e o turismo rural surgem como potencialidades que merecem “atenção” especial do poder público local, para que se tornem instrumentos eficazes de desenvolvimento rural. Além disso, é preciso que a família agricultora queira e busque soluções para superar a crise, pois de nada adianta propor uma alternativa eficaz se não há identificação com a atividade. Decisões tomadas “de cima para baixo” normalmente não funcionam.

Dentre a população rural, são os jovens os mais insatisfeitos com as condições socioeconômicas das famílias e que querem migrar. Normalmente, morando com as famílias, os jovens não têm renda própria, nem controle e gestão do processo decisório das atividades mais rentáveis financeiramente. É em busca de liberdade e independência financeira que muitos jovens migram. Oportunizar o direito de participar das decisões da propriedade, bem como dos rendimentos poderia tornar a atividade agropecuária mais atrativa para os jovens.

De acordo com a amostra pesquisada, a produção agrícola, para atender o mercado, está se tornando inviável, sendo necessário buscar outras alternativas de trabalho para ampliar a renda. Apesar da insatisfação socioeconômica, a maioria dos jovens manifestou desejo de permanecer no lugar, caso eles oferecesse maiores oportunidades de trabalho e renda.

Entende-se que as políticas públicas devem levar em consideração as transformações socioeconômicas que ocorreram no espaço rural, nas últimas décadas. No caso da agricultura familiar tão ou mais importante que apoiar o desenvolvimento agrícola, é apoiar o desenvolvimento rural. Desenvolver o espaço rural implica gerar emprego e renda, no intento de melhorar a qualidade de vida da população e diminuir a pressão por empregos nos centros urbanos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 152 p.

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; CORTINA, Nelson; BALDISSERA, Ivan Tadeu; FERRARI, Dilvan Luiz; TESTA, Vilson Marcos. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 101 p.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Crise do Fordismo, Industrialização Difusa e Transformação da Agricultura Familiar**. Caderno do CEAS, Salvador, nº 169, maio-junho 1997. p.33-46

ALTANN, Rubens et al. **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.112 p.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis, 2006. 256 p.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Colonização do extremo oeste catarinense: Contribuições para a história campestre da América Latina**. Disponível em : [www.alasru.org/cdalasru2006/17%20GT%20Paulo%20Ricardo%20Bavaresco.pdf](http://www.alasru.org/cdalasru2006/17%20GT%20Paulo%20Ricardo%20Bavaresco.pdf) > Acesso em 19 de outubro de 2007.

BRUMER, Anita. **Gênero e Agricultura: a situação da mulher do Rio Grande do Sul**. In. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, CFH/CCE/UFCS, vol.12 nº 1/2004. p. 205-227.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. 150 p.

CASTRO. Demian Garcia. Regionalização do Estado do Rio de Janeiro: Uma Nota sobre Desenvolvimento e Publicas Públicas. In. MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO,

Miguel Ângelo (Orgs.) **Revisitando o território fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

CAZELLA, Ademir e MATTEI, Lauro. **Multifuncionalidade agrícola e pluratividade das famílias agricultoras: novas bases interpretativas para repensar o desenvolvimento rural**. Florianópolis, texto para discussão, 2001. 22p.

DORNELAS, Sidnei Marco. Redes Sociais na Migração. **Travessia-Revista do Migrante**. São Paulo, p. 05-10. maio-ago. 2001.

EIDT, Paulino. Agricultura de subsistência para a comercial na região do extremo oeste catarinense. In FONTANA, Airton (org). **Construindo a Sustentabilidade**. São Miguel do Oeste: Mclee, 2001. p. 61- 70.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999. 263 p.

FUSCO, Wilson. Redes Familiares na Emigração Valadareense para os Estados Unidos. **Travessia-Revista do Migrante**. São Paulo, p. 11-16. maio-ago. 2001.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA (Instituto Cepa/SC). **Avaliação socioeconômica do projeto microbacias – relatório de avaliação final**. 1999. Disponível em: <http://www.microbacias.sc.gov.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2007.

GRANDI, Alessandra Bueno De. **Relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina**. In. PAULILO, Maria Inez Silveira; SCHMIDT, Wilson. Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

GRANDO, Paulo Jonas. **O Extremo -Oeste Catarinense: características da organização espacial e perspectiva de desenvolvimento sócio-econômico**. In FONTANA, Airton. Construindo a sustentabilidade. São Miguel do Oeste: Mclee, 2001. p. 21-44.

LAMARCHE, H. **Introdução geral.** In: LAMARCHE, H. (Coord.). A Agricultura familiar: comparação internacional. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 13-31.

LAMBRANHO, Lúcio. Quem nos dá crédito? **Marco Social: Juventude e Territórios Rurais.** Rio de Janeiro: Instituto Sousa Cruz. Vol. 08, Nº 01/2006. p. 52-55.

MATTEI, Lauro. Sistema Familiar de produção: algumas questões para o debate. **Revista de Ciências Humanas,** Florianópolis: EDUFSC , abril de 2004. p. 205-223.

MATTEI, Lauro. Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O Caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, v.38, nº1, p. 143-158. jan-mar.2007

MATTEI, Lauro. A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense. In. MATTEI, Lauro. **Idéias e ações.** Florianópolis: CEPAGRO, 1998. 18 p.

MELLO, Márcio Antônio de. **A trajetória da produção e a transformação do leite no oeste catarinense e a busca de vias alternativas.** Dissertação apresentada no curso de Pós –graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, dezembro de 1998.

MELLO, Marcio Antônio; SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; DORIGON, Clovis; FERRARI, Dilvan Luiz, TESTA, Vilson Marcos. **Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores.** 2003, Disponível em: [http://www.econ.fea.usp/abramovay/artigos\\_cientificos/2003/educacao\\_formal.pdf](http://www.econ.fea.usp/abramovay/artigos_cientificos/2003/educacao_formal.pdf) > Acesso em 07 de fevereiro de 2007. 14 p.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: ARGOS editora universitária, 2005. 338 p.

MOREIRA, Antônio Carlos. **A Educação rural no processo de modernização da agricultura em São Miguel do Oeste- SC.** Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina- Campus de São Miguel do Oeste. Abril de 1995.

MOREIRA, Antônio Carlos. **Caminhos a serem construídos para uma sociedade sustentável.** In FONTANA, Airton. Construindo a Sustentabilidade. São Miguel do Oeste: Mclee, 2001. p. 71-83.

MUSSOI, Eros M. - **Agricultura Familiar: reflexões a partir de novas perspectivas.** In: VIEIRA, Paulo Freire (org.) A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis: APED, 2002, p. 25-57.

MUSSOI, Eros Marion. **Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade.** In PAULILO, Maria Ignêz, SCHMIDT, Wilson (Orgs.). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 211-235

NORDER, Luiz Antônio C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In. SHNEIDER, Sergio (Org.) **A diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 57-81.

ONDE AS COISAS DÃO CERTO. **Revista VEJA,** São Paulo, 29 de maio de 2002: p. 48-52.

RADOMSKY, Guilherme F. Waterloo. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In. SHNEIDER, Sergio (Org.) **A diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 104-133.

RENK, Arlene. **Sociodicéia as avessas.** Chapecó: Grifos, 2000. 440 p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovação na agricultura.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. 272 p.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In. SHNEIDER, Sergio (Org.) **A diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 215-239.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 4ª edição, 2004. 392 p.

\_\_\_\_\_. **A Totalidade do Diabo: Como as formas Geográficas difundem o Capital e Mudam Estruturas Sociais.** In. Economia Espacial: Críticas e alternativas. Editora Hucitec: São Paulo, 1979. p. 153-167.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Geográfico como categoria Filosófica.** In. Terra Livre nº5. AGB: São Paulo, 1988. p. 09-19

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Edusp, 5ª edição, 2004. 96 p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985

SCHNEIDER, Sergio et al. A Pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In. SCHNEIDER, Sergio (Org.) **A diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 137-164

SCHNEIDER, Sergio. et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. In. SCHNEIDER, S; SILVA, M. K. e MARQUES, P.E.M. (Orgs) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p.21-49.

SCHNEIDER, Sérgio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In ALMEIDA, Joaquim Enécio; RIEDL, Mário (Orgs) **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento.** Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 15-50.

Secretaria Executiva Estadual do PRAPEM / MICROBACIAS 2. Auto gestão comunitária com a Associação de Desenvolvimento da Microbacias. Florianópolis- SC, 2007. 23 p.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa.** São Paulo: Zahar Editores, 1982. 192 p.

SILVA, José Graziano. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2ª edição, 2003. 238 p.

SILVA F. C. A.; HEIDEN, F. C.; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2ª ed. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003. 99 p.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio Antônio; DORIGON, Clovis; BALDISSERA, Ivan Tadeu. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

SIMON, Álvaro Afonso; SCHEIBE, Luiz Fernando; POMPÊO, César Augusto. Fases da extensão rural catarinense em relação ao uso dos recursos naturais. In. GUIVANT, Julia Sília, et al. (Orgs.) **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 53-86

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O Valor (do) Casamento na agricultura Familiar**. In. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, CFH/CCE/UFCS, vol.12 nº 1/2004. p. 253-267.

STURMER, Nádía Roberta. **Motivações do jovens que migram do campo no município de Barra Bonita-SC**. 66 f. Monografia. (Especialização em Educação e Meio Ambiente) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2005.

TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L.C.; BALDISSEIRA, I.T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Propostas para discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247 p.

VEIGA, José Eli da. Et alli. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS?NEAD) 2001. 108 p.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias- o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. 304 p.

VILELA, Sergio Luiz de Oliveira. **Qual Política Para o Campo Brasileiro? (Do Banco Mundial Ao Pronaf: A Trajetória De Um Novo Modelo?)**. XXXV Congresso da SOBER, 1997. Disponível em: [http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/artigos\\_trabalhos.html](http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/artigos_trabalhos.html) > Acesso em 06 de julho de 2006. 18 p.

### **Sites pesquisados:**

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Diversos títulos. Disponível em <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>. Acesso em 25 de outubro de 2007.

COOPEROESTE TERRA VIVA. São Miguel do Oeste. Diversos títulos. Disponível em: <http://www.terravivasc.com.br>. Acesso em 22 de novembro de 2007.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO BRASIL (FETRAF-SUL). Chapecó. Diversos títulos. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br>. Acesso em 12 de setembro de 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. DECRETO FEDERAL Nº 94.076/1987 (MICROBACIAS) Disponível em: [http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal\\_lista.asp?campo=882](http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=882)

PORTAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO. Brasília. Diversos títulos. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/> . Acesso em 14 de junho de 2007

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL/ PROJETO MICROBACIAS 2. Diversos títulos. Disponível em: <http://www.microbacias.sc.gov.br>. Acesso em 8 de outubro de 2007.

SISTEMA VOISIN. Disponível em: <http://www.sistemavoisin.com.br/default/modules/news> - Acesso em 27 de setembro de 2007.

## ANEXOS

### ANEXO I

- Requisitos microbiológicos, físicos, químicos, de CCS, de resíduos químicos a serem avaliados pela Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite:

Índice medido (por propriedade rural ou por tanque comunitário)	Até 01.7. 2005 Regiões: S/SE/CO Até 01.7. 2007 Regiões: N/NE	De 01.7. 2005 Até 01.7. 2008 Regiões: S/SE/CO De 01.7. 2007 Até 01.7.2010 Regiões: N / NE	A partir de 01.7. 2008 Até 01.7. 2011 Regiões: S/SE/CO A partir de 01.7. 2010 até 01.7.2012 Regiões: N / NE	A partir de 01.7. 2011 Regiões: S/SE/CO A partir de 01.7. 2012 Regiões: N/NE
Contagem Padrão em Placas (CPP), expressa em UFC/mL (mínimo de 01 análise mensal, com média geométrica sobre período de 03 meses) Método FIL 100 B: 1991	Máximo 1,0 x 10 <sup>6</sup> , para estabelecimentos que se habilitarem antecipadamente aos termos do presente RTIQ	Máximo 1,0 x 10 <sup>6</sup> , para todos os estabelecimentos, nos termos do presente RTIQ	Máximo de 7,5 x 10 <sup>5</sup>	Máximo de 1,0 x 10 <sup>5</sup> (individual) Máximo de 3,0 x 10 <sup>5</sup> (leite de conjunto)
Contagem de Células Somáticas (CCS), expressa em CS/mL (mínimo de 01 análise mensal, com média geométrica sobre período de 03 meses) Método FIL 148 A : 1995	Máximo 1,0 x 10 <sup>6</sup> para estabelecimentos que se habilitarem antecipadamente ao presente RTIQ	Máximo 1,0 x 10 <sup>6</sup> para todos os estabelecimentos, nos termos deste RTIQ	Máximo de 7,5 x 10 <sup>5</sup>	Máximo de 4,0 x 10 <sup>5</sup>
<p>Pesquisa de Resíduos de Antibióticos/outras Inibidores do crescimento microbiano: Limites Máximos previstos no Programa Nacional de Controle de Resíduos - MAPA</p> <p>Temperatura máxima de conservação do leite: 7°C na propriedade rural /Tanque comunitário e 10°C No estabelecimento processador.</p> <p>Composição Centesimal: Índices estabelecidos na Tabela 1 do presente RTIQ. Métodos Analíticos de Referência: Matéria Gorda, g /100 g (FIL 1 C: 1987); Extrato seco desengordurado, g/100 g (FIL 21 B: 1987); Índice Croscópico (FIL 108 A: 1989); Proteínas, g /100g (FIL 20 B:1993)</p>				
Prazos de vigência Leite tipo C, Cru ou Pasteurizado, conforme descrito em RTIQ específico:	Até 01.7.2005, nas Regiões:S /SE / CO e Até 01.7. 2007, nas Regiões: N / NE			

## **ANEXO II**

### **ENTREVISTA COM O SECRETARIO DA AGRICULTURA E/ OU RESPONSÁVEL.**

#### **1. CARACTERÍSTICA FUNDIÁRIA E DA PRODUÇÃO**

1.1 Número de estabelecimentos: \_\_\_\_\_

1.2 Área média dos estabelecimentos: \_\_\_\_\_

1.3 Módulo fiscal do município: \_\_\_\_\_

1.4 Principais produtos agropecuários (cultivos e criações) do município: \_\_\_\_\_

#### **2. O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

2.1 O município recebeu recursos do Pronaf infra-estrutura no último ano? Qual o montante? Como e em que foi investido? \_\_\_\_\_

2.2 Quantos agricultores do município conseguiram financiamento do Pronaf na linha “financiamento de produção” no último ano? \_\_\_\_\_

2.3 Algum jovem do município conseguiu acessar recursos do Pronaf Jovem?

2.4 Qual a importância do Pronaf para o desenvolvimento econômico do município?

---

2.5 O município recebe outro tipo de recurso público para apoiar o desenvolvimento rural? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.6 O município desenvolve o Projeto Microbacias? Como ele está sendo desenvolvido no município? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### **3. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO**

3.1 Quem participa do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.2 Qual a frequência das reuniões e que assuntos entram na pauta?  
\_\_\_\_\_

3.3 Quem decide a pauta das reuniões? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3.4 De que forma as decisões tomadas são postas em prática?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### **4. APLICAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

4.1 Os projetos apresentados no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável 2005/2008 por Barra Bonita estão sendo colocados em prática? Como está o desenvolvimento dos projetos? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4.2 Os agricultores estão aderindo às novas alternativas de trabalho e renda? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4.3 Os jovens participam ou tem interesse em participar de reuniões e, ou treinamentos? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4.4 Com relação às agroindústrias construídas pela prefeitura, quais estão em funcionamento? Que dificuldades enfrentam? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4.5 Quantos empregos diretos as agroindústrias geram? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANEXO III****ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES**

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Comunidade onde se encontra o estabelecimento: \_\_\_\_\_

**1 . CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA E DO ESTABELECIMENTO**

1.1 Tamanho do estabelecimento: \_\_\_\_\_

1.2 Como conseguiu adquiri-lo?

 compra       posse       herança       não é proprietário

1.3 O tamanho do estabelecimento atende as necessidades da família? \_\_\_\_\_

1.4 Número de pessoas que vivem no estabelecimento: \_\_\_\_\_

1.5 Idade e escolaridade dos membros da família:

Membro	Idade	Escolaridade

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA / USO DA TERRA, BASE TECNOLÓGICA E RELAÇÃO DE TRABALHO

### 2.1 Produção Vegetal

Principais Cultivos	Subsistência	Mercado
milho		
feijão		
fumo		
mandioca		
soja		
outros		

### 2.2 Produção Animal

Principais Criações	Subsistência	Mercado
Gado leiteiro		
Gado de corte		
Suínos		
Aves		
Abelhas		

Peixes		
Ovelhas		
Outros		

2.3 Utiliza produtos químicos na produção? Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2.4 Quantas pessoas trabalham no estabelecimento: \_\_\_\_\_

2.5 Função da mão-de-obra diária na propriedade:

Membro	Idade	Função (plantar, colher, trato dos animais, lidas domésticas e/ou outras)
Pai		
Mãe		
Filhos		
Empregados		

### 3. O TRABALHO FAMILIAR E A ATIVIDADE NÃO AGRÍCOLA

3.1 Algum membro da família desenvolve alguma atividade não agrícola? (caso a afirmação for positiva) O membro ainda mora no estabelecimento?

---



---



---

3.1.1 Ocupação dos membros da família em Barra Bonita:

<b>Membro</b>	<b>Ocupação</b>
	agrícola
	artesanato
	serviço doméstico
	indústria
	comércio
	construção civil
	serviço público
	aposentado

3.2 Na sua opinião o que leva alguns membros da família a buscar atividades fora da agricultura? \_\_\_\_\_

---

### 4. COMERCIALIZAÇÃO E RENDA DA PRODUÇÃO

4.1 Como e onde comercializa seus produtos? Possui integração com alguma agroindústria convencional? Qual? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4.2 Beneficia algum produto na propriedade? Qual \_\_\_\_\_

4.3 Qual a principal renda do estabelecimento? \_\_\_\_\_

4.4 Renda mensal da família:

( ) até um salário mínimo      ( ) 1 a 3 salários mínimos

( ) 3 a 5 salários mínimos      ( ) mais de 5 salários

4.5 Como é feita a divisão dos lucros entre os membros da família? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## **5. RELAÇÃO COM OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) E COM AS NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS.**

5.1 Recebe atualmente assistência técnica de algum órgão? De quem? Considera importante? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5.2 Possui algum financiamento atualmente? Qual? Para que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5.3 Como avalia as linhas de financiamento para a agricultura familiar? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5.4 Quais as maiores dificuldades que os agricultores familiares enfrentam na

produção hoje? \_\_\_\_\_

5.5 Participa de algum projeto desenvolvido pela Secretaria de Agricultura do município em parceria com a Epagri? \_\_\_\_\_

5.6 Participou de cursos oferecidos pela secretaria de agricultura/ Epagri? Sobre o que? Considera importante? \_\_\_\_\_

5.7 Tem conhecimento das discussões realizadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município? Participa ou conhece alguém que participa? \_\_\_\_\_

---

## 6. PERSPECTIVAS FUTURAS

6.1 Se tivesse condições financeiras gostaria de desenvolver outra atividade na propriedade? ( ) sim ( ) não

Qual?

6.2 A família, discute sobre o futuro da propriedade em termos de continuidade na exploração de atividades agropecuárias? Qual a forma prevista para a partilha do patrimônio familiar entre os filhos? \_\_\_\_\_

6.3 Os filhos tem interesse em permanecer no campo? \_\_\_\_\_

6.4 Algum membro da família já migrou para a área urbana? Porque?

---

---

6.5 Se dependesse do Sr(a) o futuro profissional dos filhos, em que profissão gostaria que eles trabalhassem? Por quê?\_\_\_\_\_

---

**ANEXO IV****ENTREVISTA COM OS JOVENS****1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1 Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

1.2 Comunidade: \_\_\_\_\_

1.3 Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_

1.4 Idade: \_\_\_\_\_

**2. TRABALHO AGRÍCOLA**

2.1 Trabalha com a família? Em que atividade? \_\_\_\_\_

2.2 Que recompensa você recebe pelo trabalho no estabelecimento? Como é feita a divisão dos lucros?

---

**3. POLÍTICAS PÚBLICAS**

3.1 Participou de algum curso relacionado à atividade agropecuária? Acha importante? Porque? \_\_\_\_\_

3.2 Conhece o Pronaf Jovem? Você solicitou? Porque? \_\_\_\_\_

**4. AVALIAÇÃO DA VIDA NO CAMPO E ASPIRAÇÃO FUTURA**

4.1 O que acha da vida no meio rural? (pontos positivos e negativos) \_\_\_\_\_

4.2 Sua família, discute em conjunto sobre o que é melhor fazer na propriedade?

Sobre o futuro da propriedade: discutem a sucessão e a partilha da propriedade entre os filhos? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4.3 Pensou ou pensa em sair do campo? Porque? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4.4 Qual é o seu maior desejo para o futuro? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_